UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

O Espaço Público e a Cidade Contemporânea:
as praças de Salvador entre o discurso e a intervenção

Ana Gabriela Wanderley Soriano

Salvador
2006

ANA GABRIELA WANDERLEY SORIANO

O Espaço Público e a Cidade Contemporânea:
as praças de Salvador entre o discurso e a intervenção

Dissertação apresentada para o Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo

Orientadora: Prof. Dra. Ana Fernandes

Salvador
Dezembro 2006

SORIANO, Ana Gabriela Wanderley.
O Espaço Público e a Cidade Contemporânea: as praças de Salvador entre o discurso e a intervenção / Ana Gabriela Wanderley Soriano. Salvador: A. G. W. Soriano, 2006.

1 v.

Orientador: Professora Ana Fernandes
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Faculdade de Arquitetura
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Ana Gabriela Wanderley Soriano

O Espaço Público e a Cidade Contemporânea:
as praças de Salvador entre o discurso e a intervenção

Salvador, 15 de dezembro de 2006

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Ana Fernandes (orientadora)
Doutora em Planejamento e Ambiente, Universidade de Paris XII.
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia.

Prof Dr. Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes
Doutor em Ciências Sociais, Université de Tours.
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia.

Prof Dra. Maria Aruane Garzedin
Doutora em Arte, Espaço Público e Sociedade, Universidad de Barcelona.
Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia.

A Adilza, Domingos, Ruth, Luciana, Carolina, Walter, Victor e Raphael, que sempre acreditaram em mim, me dando o apoio necessário nas horas mais importantes e a Nivaldo, colega, companheiro e minha inspiração.

AGRADECIMENTOS

A Ana Fernandes, pela orientação, paciência e, principalmente, pelo carinho que execedeu a relação orientador-orientando;

A Liliane, pela amizade e pelo compartilhamento de aventuras e experiências;

Ao Sr Nivaldo e Márcia Andrade, pelo apoio “logístico” e, especialmente, pelo carinho;

Aos amigos de PPG que ganhei na minha vinda a Salvador, em especial Wodrum e Clewton;

Ao Prof Marco Aurélio e Prof Maria Aruane, pelas pertinentes colocações a respeito do tema e pela participação e disponibilidade em meus exames de qualificação;

Aos funcionários da Biblioteca da Fundação Mario Leal Ferreira, pela disposição e atenção;

A Jandira e Silvandira, pelo apoio técnico e receptivo;

Ao CNPq, pelo apoio concedido através de bolsa que auxiliou meus estudos e a conclusão do meu trabalho.

RESUMO

Esse trabalho tem a proposta de estudar as intervenções contemporâneas nas praças públicas, observando as tônicas dadas por parte das administrações governamentais. Caracterizadas historicamente por ser um espaço de convivência social, a praça passa atualmente por um processo de revalorização do seu papel dentro das sociedades contemporâneas. A partir de sua reconhecida relevância na paisagem urbana e pela verificação da constante apropriação por parte da população local, as praças públicas apresentam-se como objetos de interessante valor na construção de uma imagem positiva das cidades. Para tanto, os administradores públicos, aliados à iniciativa privada, iniciam um processo de resgate e reformulação destes espaços, no intuito de dar-lhes novas configurações e ressaltar sua relevância no contexto urbano. Nesta perspectiva, a Prefeitura Municipal de Salvador, lança, em 1999, o Projeto do Polígono da Identidade Cultural cujo principal objetivo é resgatar espaços de significação, a fim de constituir uma "identidade" que represente e traduza a diversidade das manifestações históricas e culturais. Neste contexto, o presente trabalho busca compreender, como objeto de estudo, as características das principais intervenções ocorridas a partir da década de 1990, dedicando especial atenção às praças elencadas dentro do Projeto do Polígono da Identidade Cultural, confrontando as opções projetuais às diretrizes estipuladas pela administração municipal, verificadas em materiais de divulgação da própria Prefeitura.

ABSTRACT

This paper aims to study contemporary interventions on public squares, observing the emphasis given by the government administrators. Historically characterized as a space of social coexistence, the square is currently undergoing a process of revaluation of its role within contemporary societies. Departing from its recognized importance in the urban landscape and from the constant verification of its use by the local population, public squares appear as objects of interesting value within the process of construction of a positive image of cities. To this end, public administrators, allied to the private sector, begin a process of recovery and redesign of these spaces, in order to give them new appearances and to highlight their relevance in the urban context. From this perspective, the Municipality of Salvador started in 1999 the *Projeto do Polígono da Identidade Cultural* (Cultural Identity Polygon Project) whose main goal is to rescue spaces of meaning, to constitute an "identity" that represents and reflects the diversity of historical and cultural manifestations. In this context, this paper aims to understand, as its object of study, the characteristics of the most important interventions held since the 1990s, paying particular attention to those areas listed in the *Projeto do Polígono da Identidade Cultural*, comparing the design options to the guidelines defined by the municipal administration, noted in promotional materials from the Municipality of Salvador.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS 08

LISTA DE TABELAS / LISTA DE MAPAS 12

INTRODUÇÃO 13

CAPÍTULO I – A PRAÇA PÚBLICA COMO OBJETO DE REFLEXÃO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA 19

1.1 – A Cidade-Global 19

1.2 – *Marketing* de cidades e o turismo 24

1.3 – O Planejamento Estratégico como estratégia 27

1.2 – O espaço público 38

1.3 – A praça pública: objeto-espetáculo 45

CAPÍTULO II – SALVADOR: PLANOS E PROJETOS 56

2.1 – Projetos Especiais 61

2.1.1 – Promenade da Orla Marítima 63

2.1.2 – Polígono da Identidade Cultural 72

2.1.3 – Via Náutica 79

2.2 – Antecedentes: projetos emblemáticos 88

2.2.1 – Dique do Tororó 91

2.2.2 – Parque Histórico do Pelourinho 97

CAPÍTULO III – EM BUSCA DA IDENTIDADE: AS PRAÇAS PÚBLICAS DENTRO DO PROJETO DO POLÍGONO DA IDENTIDADE CULTURAL 105

3.1 – Uma leitura das praças do Projeto do Polígono da Identidade Cultural 107

3.2 – Estudos de Casos 119

3.2.1 – Praça da Sé 121

3.2.2 – Praça do Campo Grande 139

CONSIDERAÇÕES FINAIS 163

BIBLIOGRAFIA 168

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Harbor Place, Baltimore 37
Figura 02 – Planta da Piazza del Campo, Siena 47
Figura 03 – Plaza Mayor, Madri 47
Figura 04 – Praça de São Marcos, Veneza 48
Figura 05 – Praça do Campidoglio, Roma 48
Figura 06 – Praça de São Pedro, Roma 48
Figura 07 – Circus, Bath 49
Figura 08 – Royal Crescent, Bath 49
Figura 09 – Schouwburgplein, Roterdã 54
Figura 10 – Plaça Real, Barcelona 54
Figura 11 – Praça do Ferreira, Fortaleza 54
Figura 12 – Praça do Marco Zero, Recife 54
Figura 13 – Banner do site oficial da Prefeitura Municipal de Salvador 60
Figura 14 – Projeto do Promenade da Orla Marítima de Salvador 64
Figura 15 – Projeto Promenade da Barra 66
Figura 16 – Tratamento do entorno do Forte Santa Maria 66
Figura 17 – Tratamento do entorno do Farol da Barra 66
Figura 18 – Projeto para o Morro do Cristo 67
Figura 19 – Ponta do Padrão 67
Figura 20 – Projeto Promenade Ondina/Praia da Paciência 67
Figura 21 e 22 – Praça Bahia Sol 68
Figura 23 – Mirante de Iemanjá 68
Figura 24 – Escultura de Mestre Didi 68
Figura 25 – Espaço da nova Igreja de Santana 69
Figura 26 – Largo da Mariquita e do Mercado do Peixe 69
Figura 27 – Promenade de Amaralina 69
Figura 28 – Proposta da criação de um binário viário na Praia de Armação 70
Figura 29 – Projeto para o Jardim de Alah 70
Figura 30 – Projeto para a Praia de Armação 70
Figura 31 – Espaços do Projeto do Polígono da Identidade Cultural 74
Figura 32 – Mirante dos Aflitos 75
Figura 33 – Passeio Público 76
Figura 34 – Elevador Lacerda 77
Figura 35 – Ponta do Humaitá 77
Figura 36 – Largo da Soledade 78
Figura 37 – Largo da Lapinha 78
Figura 38 – Largo de Pirajá 78
Figura 39 – Localização dos cais do Projeto Via Náutica 81
Figura 40 – Cais Porto da Barra 82
Figura 41 – Cais da Gamboa 83
Figura 42 – Vista da Bahia Marina e do frontispício da cidade 84
Figura 43 – Cais do Porto de Salvador 85
Figura 44 – Cais de Água de Meninos 86
Figura 45 – Cais da Ponta de Humaitá 87
Figura 46 – Cais do Bonfim 87
Figura 47 – Cais da Ribeira 88
Figura 48 – Parque Metropolitano do Abaeté 89
Figura 49 – Parque Costa Azul 89
Figura 50 – Parque Metropolitano do Pituaçu 90
Figura 51 – Jardim dos Namorados 90

Figura 52 – Dique do Tororó e as esculturas dos orixás 93
Figura 53 – Antigas práticas domésticas realizadas no Dique 94
Figura 54 – Restaurante A Porteira, Dique do Tororó 95
Figura 55 – Paisagismo de contenção na margem do lago 95
Figura 56 – Prática da pesca do Dique 95
Figura 57 – Prática do remo no Dique 95
Figura 58 – Esculturas dos Orixás, do artista plástico Tati Moreno 96
Figura 59 – Símbolos da cultura afro-baiana 98
Figura 60 – Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador 99
Figura 61 – Foto aérea da área recuperada no Centro Histórico 100
Figura 62 – Imagem do Pelourinho que é veiculada pela mídia 101
Figura 63 – Praça ACM 103
Figura 64 – Escultura “Maria da Praça”, Praça ACM 103
Figura 65 – Fonte do século XVII, Praça ACM 103
Figura 66 – Praça do Campo Grande: vegetação frondosa 111
Figura 67 – Largo Dois de Julho: pouca vegetação 111
Figura 68 – Largo de Pirajá: inexistência de cobertura vegetal 111
Figura 69 – Largo da Madragoa: árvores com generosas sombras 111
Figura 70 – Praça da Sé: fonte 113
Figura 71 – Praça do Campo Grande: fonte 113
Figura 72 – Largo do Papagaio: anfiteatro 113
Figura 73 – Largo da Lapinha: mesas e bancos para o lazer 113
Figura 74 – Largo da Lapinha: os diferentes ambientes 114
Figura 75 – Largo da Lapinha: anfiteatro 114
Figura 76 – Largo do Papagaio: desnível para ressaltar o busto 115
Figura 77 – Largo Dois de Julho: desnível com destaque da pérgula circular 115
Figura 78 – Largo da Madragoa: revestimentos para espaços distintos 115
Figura 79 – Largo da Soledade: pavimentação definindo espaços 115
Figura 80 – Largo da Madragoa: revestimentos em pastilha cerâmica 116
Figura 81 – Praça da Inglaterra: revestimento em aço 116
Figura 82 – Igreja de São Bartolomeu de Pirajá e o Panteão 117
Figura 83 – Largo de Pirajá 117
Figura 84 – Lapinha: busto do General Labatut 118
Figura 85 – Soledade: estátua de Maria Quitéria 118
Figura 86 – Praça da Inglaterra: estátua de J. J. Seabra 119
Figura 87 – Praça Deodoro: escultura “Integração das Américas” 119
Figura 88 – Largo do Papagaio: busto de Ernesto Simões Filho 119
Figura 89 – Largo da Madragoa: nenhuma referência histórica ou artística 119
Figura 90 – Monumento ao Dois de Julho, Praça do Campo Grande 119
Figura 91 – Busto do Frei Sardinha, Praça da Sé 119
Figura 92 – Estátua de D.Pedro II, Praça Almeida Couto 119
Figura 93 – Praça da Sé, década de 1950 123
Figura 94 – Praça da Sé, 1998 123
Figura 95 – Palácio Arquiepsicopal 125
Figura 96 – Cine Excelsior, Edifício da COELBA e a Catedral Metropolitana 125
Figura 97 – Santa Casa de Misericórdia 125
Figura 98 – Casario do entorno da Praça da Sé 125
Figura 99 – Placa sinalizadora do Memorial das Baianas 127
Figura 100 – Corredor com cobertura em policarbonato 127
Figura 101 – Revestimento do pórtico, Memorial das Baianas 127
Figura 102 – Memorial das Baianas 127
Figura 103 – Escultura da Baiana localizada na Praça da Sé 128
Figura 104 – Presença das Baianas na Praça da Sé 128
Figura 105 – Monumento da Cruz Caída 128

Figura 106 – Estátua de Dom Pedro Fernandes Sardinha. 129
Figura 107 – Estátua de Thomé de Souza 129
Figura 108 – Eixo longitudinal marcado por monumentos, Praça da Sé 130
Figura 109 – Conjunto de bancos e jardim, Praça da Sé 131
Figura 110 – Diferentes tipos de revestimento, Praça da Sé 131
Figura 111 – Fonte cibernética com o desenho da Cruz de Malta 132
Figura 112 – Fonte sob o efeito das luzes e cores 132
Figura 113 – Praça da Sé, vista noturna 133
Figura 114 – Michaelplatz, Viena, Áustria 134
Figura 115 – Praça do Ferreira, Fortaleza/CE 134
Figura 116 – Exposição de uma das fundações da antiga Sé 134
Figura 117 – Espaços com a instalação de plataformas sobre as ruínas 134
Figura 118 e 119 – Placas informativas 135
Figura 120 – Percurso do piso, Praça da Sé 135
Figura 121 – Ruínas do Colégio Jesuíta com placa informativa 135
Figura 122 – Acessibilidade a diferentes níveis da praça 137
Figura 123 – Desnível para acessar o belvedere da Praça da Sé 137
Figura 124 – Praça da Sé, foto aérea 138
Figura 125 – Área do Campo Grande, em 1870 140
Figura 126 – Praça Dois de Julho, 1912 141
Figura 127 – Planta baixa da intervenção da Praça do Campo Grande 143
Figura 128 – Praça Campo Grande, em 1934 143
Figura 129 – Praça Campo Grande, foto aérea 143
Figura 130 – Praça Campo Grande: vegetação ornamental 144
Figura 131 – Praça Campo Grande: telas de proteção dos canteiros 144
Figura 132 – Tratamento da calçada do entorno da praça 145
Figura 133 – Piso de solo cimentado anterior à intervenção de 2003 145
Figura 134 – Diagramação do piso dos eixos de travessia 146
Figura 135 – Piso do eixo transversal 146
Figura 136 – Pista de cooper 146
Figura 137 – Desenho do piso nas proximidades do lago 146
Figura 138 – Calçada externa 146
Figura 139 – Fonte do Campo Grande 147
Figura 140 – Pérgula em sua versão original de tipologia. 147
Figura 141 – Pérgula, no entorno da fonte 148
Figura 142 – Vista no interior da pérgula com a instalação da cobertura 148
Figura 143 – Desenho do poste refletindo a estética do século XIX 149
Figura 144 – Vista da circulação: aglomeração de globos 149
Figura 145 – Guarda-corpo instalado no Campo Grande, ainda no século XIX 150
Figura 146 – Grade: inspiração nos desenhos de Carybé 151
Figura 147 – Detalhe dos desenhos do gradil 151
Figura 148 – Bancos na calçada externa da praça 151
Figura 149 – O lago criando um ambiente bucólico 153
Figura 150 – Lago cercado por elementos que complementam o cenário 153
Figura 151 – Grande demanda na utilização pelo público infantil 154
Figura 152 – Parque infantil 154
Figura 153 – Bancos em madeira e ferro 155
Figura 154 – Bancos em granito 155
Figura 155 – Projeto adaptado para telefones públicos 155
Figura 156 – Suporte para telefones públicos 155
Figura 157 – Banheiros públicos internos 156
Figura 158 – Banheiros externos com acesso pago 156
Figura 159 – Circuito das festividades do Dia da Independência do Brasil 157
Figura 160 – Circuito do carnaval circulando a praça 158

Figura 161 – Circuito do Cortejo do 2 de Julho 159
Figura 162 – Monumento ao Dois de Julho 159
Figura 163 – Detalhe das figuras do Monumento 159
Figura 164 – Projeto para o Memorial do Campo Grande 160
Figura 165 – Um morador de rua mexe na lixeira 161

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Fluxo Internacional de Turistas segundo principais Cidades Receptoras, Brasil – 2003 58
Tabela 02 – Levantamento de praças e largos por R.A. 105
Tabela 03 – Quadro Geral das Praças e Largos do Projeto do Polígono da Identidade Cultural 108

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Mapa das Regiões Administrativas de Salvador (R.A.). 105
Mapa 02 – Praças do Polígono da Identidade Cultural
Mapa 03 – Planta de localização das demolições ocorridas no início do século XX, Praça da Sé 122

INTRODUÇÃO

Caracterizada por ser um objeto de visibilidade e de visível rica apropriação por parte da população, a praça pública ressurge, na cidade contemporânea, como alvo, instrumento e artigo de consumo no processo de valorização e inserção dos grandes centros urbanos no mercado mundial. Para integrarem um selecionado grupo de “cidades-modelo”, administradores não medirão esforços, investimentos e discursos para captarem recursos e holofotes para suas respectivas cidades, dando-lhes mais visibilidade dentro deste circuito internacional.

Com o ativo processo de globalização verifica-se a composição de um quadro em que o território se configura como uma rede de centros formada pelas grandes capitais mundiais que se articulam, direta ou indiretamente, entre si conformando um sistema de fluxos que acarreta em uma concorrência mútua, cujo alvo é atrair investimentos e ampliar o seu raio de atuação e influência. Nesta perspectiva de competição, países, regiões e cidades adotaram estratégias para oferecer melhores condições aos potenciais investidores. No âmbito das políticas urbanas tais ações assumem a forma do que se costumou designar, entre outros termos, de “Marketing Urbano” e “Empreendedorismo” sob as orientações do “Planejamento Estratégico Urbano”, consolidado a partir da experiência de Barcelona, na Espanha, na promoção de cidades.

A cidade de Salvador, capital da Bahia, com toda sua potencialidade mítica já consolidada, se lança na empreitada de construir uma imagem urbana sob tais moldes do mercado e, para tanto, utilizará suas praças públicas como palco deste espetáculo. Na ocasião de seus 450 anos, o poder público, através da Prefeitura Municipal, propõe a identificação e requalificação dos espaços públicos, nomeados como ícones da imagem urbana da cidade, dentro do projeto denominado “Polígono da Identidade Cultural”, buscando consolidar um imaginário popular síntese da diversidade cultural de Salvador. Observa-se, portanto, um importante passo no sentido de recuperar e resgatar a memória urbana utilizando-a como produto de venda e consumo de Salvador.

A partir deste contexto, o presente trabalho tem como foco central a intenção de compreender as características das intervenções nas praças públicas através das linhas projetuais aliadas aos discursos dos principais promotores da cidade contemporânea, que ao tentar resgatar a qualidade do ambiente urbano criam, ou recriam, novos espaços como elementos básicos para a inserção no mercado globalizado de cidades. Partindo da premissa abordada por Foucault, os objetos não preexistem ao discurso, mas são por ele constituídos. Dessa forma,

> Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de

> espantoso, visto que o discurso (...) não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é o objeto do desejo, e visto que – isso a história não cansa de nos ensinar – o discurso não é somente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar. (FOUCAULT, 2004:10)

Nesta perspectiva, entra em cena o chamado Planejamento Estratégico de Cidades, que vem sendo difundido no Brasil e na América Latina através da ação somada de instituições privadas, agências multilaterais e de cooperação, em conjunto com consultores internacionais, destacando-se, sobretudo, os catalães, respaldados pelo bem sucedido resultado atingido em Barcelona. Seu objetivo centra-se na implantação de uma nova modalidade de planejamento, procurando alcançar resultados mais oportunos e de rápida resposta ao novo contexto e padrões do mundo globalizado.

> O dinamismo dos fluxos econômicos, as incertezas diante da globalização e a necessidade de adequar as cidades aos requerimentos dessa nova ordem vão justificar a adoção do planejamento estratégico em diversas cidades norte-americanas, européias e, recentemente, nas cidades latino-americanas. (OLIVEIRA, 2005:16)

Buscar-se-á, portanto, identificar e refletir acerca como esses fatores levaram os espaços públicos, mais especificamente as praças, a se tornarem *objeto-espetáculo* da cidade contemporânea, tornarem-se instrumentos de fortalecimento de administrações, legitimando os administradores e proporcionando a promoção das cidades.

A cultura, neste contexto, é utilizada como estratégia para tais intervenções e planos, fazendo adequações das formas e imagens de acordo com as condições e conveniências impostas pelo mercado. A partir de então, os monumentos e espaços que possuam alguma teor histórico tornam-se passivos de se transformarem em "produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos" (CHOAY, 2001:201). Dessa forma, a apreensão do olhar reduz-se ao prazer marcadamente estético, a partir de uma compreensão do espaço em seu aspecto positivo, que vai desde a representação de lugares seguros, alegres e higienizados ao fator de sua autenticidade.

Dentro desta perspectiva, a proliferação dos "particularismos"[1], de fundo cultural, que tem como meta o presente buscando-se o passado, apresenta-se como maneira de valorizar e inserir os lugares no cenário internacional. Esta busca pela autenticidade, revela-se como um "elemento de caráter pedagógico" quando se propõe a comprovar a veracidade

[1] Entenda-se "particularismos" como fragmentos distribuídos pelo tecido urbano, onde se observa uma necessidade de provar a autenticidade e importância do local.

da história que aflora pelas paredes, tetos e pisos da arquitetura e do tecido urbano, além de seu aspecto de espetáculo quando se propõe como elemento de atratividade.

Neste aspecto, alguns teóricos apontam para uma produção fragmentar de códigos culturais. A crescente utilização desses "particularismos" – visto que este não é um processo tão recente – através de vestígios arqueológicos, na missão de "confirmar" a veracidade do valor local, torna-se cada vez mais freqüentes nas intervenções contemporâneas. Isto levará, na tentativa de buscar o autêntico como meio de legitimar estas intervenções urbanas, na utilização e submissão a uma série de "regras", estipuladas por órgãos de preservação que se baseiam em experiências internacionais, que orientam as ações em núcleos históricos, caminhando no sentido estetizante.

Essas "regras" se apresentam como forma de semelhanças do consumo, visto que são criadas para os mesmos consumidores, clientes e público que devem interpretar igualmente as mensagens, imagens e signos de diferentes lugares e tempos, é o que Hall denomina de "homogeneização cultural":

> as diferenças e as distinções culturais, que até então definiam a identidade, ficam reduzidas a uma espécie de língua franca internacional ou de moeda global, em termos das quais todas as tradições específicas e todas as diferentes identidades podem ser traduzidas. Este fenômeno é conhecido como 'homogeneização cultural'. (HALL, 2005:76)

Dentro desta contextualização, o presente trabalho pretende investigar, discutir e gerar reflexões acerca dos principais aspectos, conceitos, pensamentos e exemplos práticos das intervenções nos espaços públicos da cidade contemporânea. O trabalho parte da premissa da existência de uma relação entre a produção da nova estética dos espaços que sofreram intervenção e a construção de uma imagem positiva e vendável da cidade, buscando seu diferencial através da descoberta das "vocações e especializações urbanas". Para tanto, o trabalho divide-se em três capítulos de forma a abranger e promover uma reflexão, conforme descrito a seguir.

No primeiro capítulo, intitulado "A praça pública como objeto de reflexão na cidade contemporânea", tenta-se delinear uma base conceitual acerca do que será tratado no decorrer do texto. Neste intuito, será realizada, a princípio, uma contextualização no que diz respeito aos direcionamentos econômicos das cidades contemporâneas dentro do que se denominou de globalização. Para a definição da atual composição mundial, surgiram termos que buscam definir as relações estabelecidas mundialmente entre as cidades e regiões. Como expoente desta configuração, origina-se a conceituação de "cidade-global", cunhada pela economista Saskia Sassen, que estabelece uma série de parâmetros e hierarquizações das cidades no contexto global.

A partir desta contextualização, inicia-se uma reflexão acerca de definições a respeito desta nova modalidade de planejamento, o Planejamento Estratégico Urbano, como fórmula estratégica para a mudança nas feições e resoluções de reversão do quadro caótico das cidades contemporâneas. Nesta perspectiva, objetiva-se buscar entender suas ações, através de exemplos concretizados, sobre o tecido urbano estudando seus principais promotores. Em seguida, tentar-se-á definir os significados e posturas, no contexto atual, do espaço e praça públicos, caracterizando-os historicamente e, principalmente, observando sua função na cidade contemporânea e a apropriação destes elementos urbanos.

A praça pública, mais especificamente, como objeto de trabalho, receberá especial atenção no intuito de compreender sua caracterização como *objeto-espetáculo* da cena urbana atual, em que também, no bojo das ações públicas, acaba por promover uma certa sociabilidade citadina, historicamente desvalorizada até recentemente. Em sua nova configuração e função, a praça pública revela-se como um instrumento de resgate dos valores culturais e de referência simbólica da sociedade, fazendo aflorar memórias urbanas de identificação de um determinado povo, seja através de ruínas, seja pelo realce dado a determinados monumentos e cultos históricos, seja pela inserção de novas referências.

Como complementação desta base conceitual, o presente trabalho buscará identificar, no decorrer das definições, as práticas urbanas contemporâneas, relacionando-as ao tratamento dispensado às intervenções, especialmente, nas praças públicas. Neste contexto, serão confrontadas as reflexões sobre a cidade, os interesses do mercado e as viabilidades de melhorias. Observa-se que muitos desses aspectos são apreciados sob a ótica conhecida como “urbanismo pós-moderno” – conceito este sem uma unanimidade entre autores[2].

O segundo capítulo, intitulado “Salvador: planos e projetos”, está destinado a expor as principais ações, identificadas na última década, em que se estabelece a relação entre a intervenção e o discurso de *marketing* na cidade de Salvador. Em um primeiro momento, são identificados alguns projetos intitulados “especiais” que abrangem parcelas do tecido urbano de interesse para a construção da boa imagem da cidade, sendo trabalhados os seus respectivos conceitos, planos e ações. Três dos principais projetos, definidos e

[2] O presente trabalho não pretende entrar no debate da questão acerca da conceituação, apenas trazer posições dos diferentes autores no que diz respeito à cidade contemporânea.

promovidos pela Prefeitura Municipal[3], nas gestões de Antonio Imbassahy (1997-2000 e 2001-2004), serão alvos de reflexão.

O primeiro destes é o projeto do Promenade da Orla Marítima (1998), em que se trata da requalificação do trecho da orla atlântica da cidade, compreendido entre o Porto da Barra e a praia de Armação, procurando dar uma nova linguagem projetual. Este projeto buscou estabelecer dois importantes enfoques: o primeiro pautado na história e no simbolismo, concentrado no trecho do Porto da Barra ao Rio Vermelho; e o segundo, de caráter esportivo e de lazer, no trecho de Amaralina e praia de Armação. O segundo projeto trata-se do Polígono da Identidade Cultural[4], idealizado pelo arquiteto Assis Reis que, na ocasião dos 450 anos de Salvador, a prefeitura propõe requalificar os espaços públicos da cidade buscando "confeccionar" uma identidade cultural ao soteropolitano. E, por fim, o projeto da Via Náutica (2000), onde, através da construção de estações de atracadouro, denominadas de "Cais", promove-se o lazer e a cultura náutica bem como o resgate da importância da Baía de Todos os Santos e todas as suas peculiaridades como um produto de forte apelo visual e de exploração turística.

Como forma de compreender as intervenções de discurso representativo, serão estudados dois dos principais projetos implantados em princípios da década de 1990, que se estabeleceram como antecessores dessa nova empreitada de intervenções. Estes projetos foram planejados e executados pelo Governo do Estado: o Parque do Dique do Tororó e o Pelourinho. Ambos os projetos, apesar de implantados em sítios distintos, contemplam algumas características comuns, como, por exemplo, o fato de se constituírem espaços de relevante valor histórico, e, portanto, são espaços de significância cultural de grande potencial de consumo.

E, por fim, o terceiro capítulo, intitulado "Em busca da identidade: as praças públicas e o Projeto do Polígono da Identidade Cultural", direciona-se a estudar, como objeto empírico do presente trabalho, as intervenções nas praças da cidade de Salvador contempladas dentro do projeto do Polígono da Identidade Cultural. Por ser este um projeto de grande relevância, dentro do expressivo número de reformas que as praças públicas da cidade vêm sofrendo, e principalmente por seu discurso e embasamento norteado pela idéia de construção da identidade e da imagem da cidade, o projeto do Polígono alia o discurso cultural de resgate de memórias e representações ao discurso de promoção da cidade e, conseqüentemente, dos seus próprios representantes.

---

[3] A exceção do primeiro, o projeto da Via Náutica, que conta com a parceria do Governo do Estado.

[4] Para este projeto será dedicado, no Capítulo III, especial reflexão, através do Estudo de Casos.

Para o presente estudo, são identificados os três eixos de atuação – Cidade Alta, Cidade Baixa e Eixo da Independência –, identificado dentro do Projeto, fazendo um levantamento e reflexões a respeito das reformulações das praças públicas a partir das linhas definidas por cada projeto, agregando o seu valor representativo dentro do contexto da cidade e do Polígono. Em seguida, será feito um estudo de casos com o objetivo de aprofundar algumas questões. Para tanto, foram selecionadas a Praça da Sé e a Praça 2 de Julho, conhecida como Campo Grande, como praças de importante valor tanto simbólico como estrutural na história da cidade.

Dessa forma, procura-se buscar informações e dados a fim de fomentar uma discussão a respeito do lugar da praça pública na cidade contemporânea, seja como objeto de promoção e visibilidade destas e dos administradores das cidades, seja como processo de resgate de tecidos de importância histórica e simbólica das cidades.

> Cabe aos arquitetos e urbanistas redirecionarem sua prática, fundamentando-se em postura crítica o suficiente de modo a, dentro do que se entende por sociedade pós-moderna, ainda poderem orientar o desenho das cidades para os futuros pluralistas e democráticos, respeitosos da idossincrasia dos lugares e da individualidade de seus cidadãos. (DEL RIO, 1997:71)

CAPÍTULO I

A PRAÇA PÚBLICA COMO OBJETO DE REFLEXÃO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

1.1 – A CIDADE-GLOBAL

A crise econômica mundial, a partir dos anos de 1970, desencadeou uma série de transformações que alteraram o papel e a estruturação das principais cidades, modificando, também, a relação entre estas e a economia mundial, processo que se costumou denominar globalização. O termo "global" apareceu inicialmente nas escolas norte-americanas de administração, em seguida foi disseminado através do viés econômico, invadiu alguns discursos políticos e, enfim, tornou-se popularizado como sinônimo de modernidade e progresso, divulgado pela mídia. "A globalização é o estágio supremo da internacionalização" (SANTOS *apud* RIBEIRO, 2002:79). Conforme Santos, o intercâmbio entre os países marcou o período mercantil dos séculos XVII e XVIII, ganhou novas bases e impulsos com a industrialização no final do século XIX, e, mais contemporaneamente, adquiriu maior intensidade e novas feições marcando, então, o denominado "estágio supremo da internacionalização".

Para tanto, há uma associação entre a ideologia de integração da economia global e os processos de informação em uma tentativa de "ajuste" necessário perante a crise estrutural prenunciada, "ajuste" este cunhado com a nova eficiência de sistemas na era da comunicação que, através de ícones festejadamente capitalistas – internet, telefonia, satélite, etc –, simbolizam e potencializam o termo globalização em seu caráter progressista e solucionador. A partir da década de 1970, tanto o alcance quanto o ritmo de integração global aumentaram visivelmente, fazendo com que os fluxos se acelerassem. Vive-se um período em que a base desta revolução está no progresso tecnológico, constando-se aí a grande importância dada ao desenvolvimento científico.

Atuante em uma escala mundial, a globalização é capaz de atravessar fronteiras, conectar e integrar comunidades, em um novo formato de combinações espaço-tempo, proporcionando novas realidades e experiências num mundo interconectado. Portanto, é possível que a informação seja difundida instantaneamente em diferentes pontos do planeta. Dessa forma, todos os lugares tendem a se tornar "globais", onde o que acontece em determinado *lócus* tem relação com o que acontece nos demais, com impacto imediato em pessoas e lugares distantes e diversos, dando a sensação, ou ilusão, de se viver no que se costumou, ou tornou moda, denominar de "aldeia global": um mundo sem fronteiras.

> Aos poucos, ou de repente, o mundo se torna grande e pequeno, homogêneo e plural, articulado e multiplicado. (IANNI, 1997:89)

Essas novas características resultam em um dos aspectos mais importantes na nova ordem mundial: a expressão, cunhada pelo geógrafo inglês David Harvey, "compressão espaço-temporal" percebida, na aceleração dos processos, através da idéia de um mundo menor, comunicando-se a menores distâncias, diante da alteração na sensação do próximo e do distante.

Harvey (2002), aponta a crise do início dos anos 1970 como um período de transição de um padrão de acumulação capitalista rígido – o fordismo[5] – para os novos modos de acumulação do capital – a acumulação flexível[6]. Esta transição, por sua vez, aponta para a mudança dos usos e significados do espaço e do tempo. Para Harvey, o mundo atravessa, nas últimas décadas, uma intensa fase do que o geógrafo denominou de compressão do tempo-espaço, indicando as transformações qualitativas do espaço e do tempo que de tal forma conduziram a "alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos" (p. 219). Harvey ressalta que a "aceleração do ritmo da vida" é uma das características principais da história do capitalismo, em que as possibilidades de deslocamento e o rompimento de barreiras espaciais se desenvolvem de tal forma que "o mundo parece encolher sobre nós" (p. 219).

> À medida que o espaço parece encolher numa 'aldeia global' de telecomunicações e numa 'espaçonave terra' de interdependências ecológicas e econômicas – para usar apenas duas imagens conhecidas e corriqueiras –, e que os horizontes temporais se reduzem a um ponto em que só existe o presente (o mundo esquizofrênico), temos de aprender a lidar com um avassalador sentido de compressão dos nossos mundos espacial e temporal. (HARVEY 2002:219)

Essa definida compressão tempo-espaço, presente em Harvey, compõe duas das três figuras do excesso (o tempo, o espaço e o ego) identificadas pelo antropólogo francês Marc Augé (1994) no que denominou de "Supermodernidade". O conceito criado por Augé, para designar o momento atual, caracteriza-se, primordialmente, pela superabundância dos fatos e a velocidade das informações. Conforme Augé, a superabundância do tempo, conseqüente da pletora dos fatos, é uma das características da supermodernidade, compondo a primeira figura do excesso: o excesso do tempo. Em sua segunda figura, Augé refere-se ao espaço, representada pela era das mudanças de escala, onde se vive um mundo em que os meios de deslocamentos são "super-rápidos". O excesso do espaço e do tempo provoca um relativo encolhimento planetário, pela

---

[5] "o que havia de especial em Ford (...) era sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de massa, (...) em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista." (HARVEY, 2002:121)

[6] Termo utilizado por Harvey, que outros autores denominaram "capitalismo tardio", marcado pelo confronto com a rigidez do fordismo: "se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo." (HARVEY 2002:140)

rapidez que se transpõem as distâncias e as informações dos fatos: reduz-se à medida de horas a distância entre os grandes centros, quando anteriormente contava-se em meses as navegações; o conhecimento de fatos de qualquer espécie é transmitido através de satélites, captado por antenas, proporcionando uma “visão instantânea” dos acontecimentos no outro extremo do planeta. Ao fim, devido a tal superabundância, torna-se difícil a apreensão do espaço, conforme o antropólogo.

> O mundo da supermodernidade não tem as dimensões daquele no qual pensamos viver, pois vivemos num mundo que ainda não aprendemos a olhar. Temos que reaprender a pensar o espaço. (AUGÉ, 1994: 37)

Enfim, a adoção de redefinições políticas, econômicas e sociais, com a mudança estrutural na dinâmica da economia, levou a mudanças que, conseqüentemente, resvalaram na transformação da organização espacial. As novas configurações não acarretaram uma dissolução do sistema, mas sim uma nova geografia mundial. Portanto, o que se percebe de novo na denominada globalização, tomando como referência o processo histórico, é a velocidade dos fatos e das comunicações em escala global que, aliada à aceleração do tempo e à rapidez dos deslocamentos, acarretou no fato do espaço mundial ficar mais integrado e aparentemente menor.

> Os lugares continuam fixos; é neles que temos ‘raízes’. Entretanto, o espaço pode ser ‘cruzado’ num piscar de olhos – por avião a jato, por fax ou por satélite. (HALL, 2005:72)

As transformações e reestruturações ocorridas na composição da economia mundial têm contribuído para o papel estratégico desempenhado pelos grandes centros urbanos elencando diversos "atributos" necessários a essa atuação. Vários autores tentam hierarquizar as cidades dando-lhes mais ou menos importância, no cenário mundial, à medida que apresentam uma maior ou menor capacidade diante desta "adaptação".

Para a economista argentino-holandesa Saskia Sassen, a atual conjuntura do capitalismo reclama a nova reflexão da cidade que deveria ser pensada sem fronteiras, tendo em vista os processos econômicos globais.

> A globalização da economia, acompanhada pelo surgimento de uma cultura global, alterou profundamente a realidade social, econômica e política dos Estados-Nação, das regiões transnacionais e das cidades. (...) À medida que essas cidades [Nova Iorque, Tóquio, Londres, São Paulo, Hong Kong, Toronto, Miami, Sidnei, entre outras] prosperaram, passaram a ter mais em comum umas com as outras do que com centros regionais existentes em seus próprios Estados-Nação, muitos dos quais declinaram quanto à sua importância. (SASSEN, 1998:11-12)

Partindo dessa premissa, Sassen desenvolve o conceito de “cidade global”[7] – difundido conceitualmente não apenas no meio acadêmico de urbanismo, mas também em outras disciplinas: sociologia, economia, ciências políticas, etc – cujas características se baseiam em cidades que se configuram como pontos nodais entre a economia nacional e o mercado mundial, contando em seu território com a presença de importantes transnacionais e, sobretudo, a sobrepujança das atividades exercidas pelo setor de serviços especializados e de alta tecnologia, em detrimento das industriais.

A “cidade global” deve permitir o importante e imprescindível fluxo de pessoas e capitais, transformando-se em um palco de grande volume de negócios. O perfil terciário dessas cidades denota uma nova organização espacial, onde as atividades industriais e agrícolas se dispersaram pelo território, concentrando em específicos centros urbanos as funções ligadas ao serviço e atividades de produção de conhecimento.

> As cidades globais são os lugares-chaves para os serviços avançados e para as telecomunicações necessárias à implementação e ao gerenciamento das operações econômicas globais. (SASSEN, 1998:35)

Estrategicamente distribuídas e identificadas pela economista, na década de 1980, as “cidades globais” de Tóquio, Londres e Nova Iorque constituem centros estratégicos de uma rede mundial de cidades capazes de estabelecer conexões de fluxos dinamizados e demandados pela nova ordem da economia mundial. Para Sassen, o conceito de “cidade global” só faz sentido se a cidade em questão for uma componente de uma rede hierarquizada global de locais estratégicos no mundo: “não há cidades globais em isolado” (RODRIGUES, 2003). Na década de 1990, Sassen afirma que essa rede de cidades sofreu um rápido aumento devido, principalmente, à expansão da economia global, compondo um número de cerca de 40 cidades (entre elas São Paulo) que obedecem a uma forte hierarquização no seio dessa rede e localizando como componentes do *status* de “cidade global” as cidades de Paris e Frankfurt, integrantes da “zona do euro”, juntando-se a Londres, Nova Iorque e Tóquio na “divisão de topo”.

Como critérios de avaliação para a inserção de determinada cidade na rede, são elencadas algumas características e, a depender do grau de aprimoramento dos serviços e relações com o mercado internacional, a cidade candidata somará pontos que definirá sua posição nas divisões. Os principais critérios de avaliação são: fluxos de passageiros

[7] Vale ressaltar que o conceito desenvolvido por Sassen se preocupa prioritariamente com as novas configurações direcionadas às exigências do mundo contemporâneo, dando menor importância às desigualdades sociais presentes nas cidades dos chamados paises periféricos. Para outros autores como Milton Santos, por exemplo, a noção de “cidade global” abarca também a produção de diferenças e exclusão sociais presentes nas grandes metrópoles devendo estas ser consideradas, na mesma medida, na nova dinâmica da globalização.

nos aeroportos, ponto de circuito de cruzeiros, número de empresas internacionais de serviço global, fluxos comerciais, localização dos centros de decisão das sedes regionais das multinacionais, geografia de posicionamento das multinacionais, aliança entre mercados financeiros, posicionamento geo-político e geo-econômico, serviços à elite profissional, bienais e festivais, mercado de arte, redes “alternativas” (ambientalistas, direitos humanos, etc), redes transnacionais de infra-estrutura comunicacional em que se insere (RODRIGUES, 2003).

O modelo de “cidade global” se estrutura em torno da idéia da preparação e adequação desta às novas exigências da economia, servindo de suporte para os intensos fluxos de capitais e de pessoas. As transformações decorrentes dão às cidades um novo papel estratégico na geografia mundial, onde as mesmas devem seguir “cartilhas” que orientam acerca das políticas urbanas a serem adotadas no intuito de inseri-las no mundo globalizado. No seio das novas dinâmicas econômicas as cidades devem se tornar mais competitivas, demonstrando sua capacidade de proporcionar base física convenientemente ajustável a esse novo cenário. Dessa forma, através da idéia de “cidade global”, a globalização penetra definitivamente o campo do urbanismo.

> Não é surpresa constatar que teóricos que defendem e difundem a idéia de cidade-global sejam exatamente os mesmos a refletir sobre formas de planejamento urbano que permitam à cidade alcançar tão almejado objetivo. (FERREIRA, 2003:157)

As “cidades globais” são, portanto, importantes centros de controle e comando da economia mundial. Seu perímetro de influência e ação extrapola os limites geopolíticos e ideológicos, podendo encontrar cidades do quilate de Nova Iorque, Londres e Tóquio, mas, também, cidades globais periféricas tendo uma área de abrangência mais local, porém com as mesmas características e condições de domínio, apresentando uma diversificada infra-estrutura, como São Paulo e Cingapura. Dessa forma, as cidades adquirem uma hierarquia de articulações espaciais.

Portanto, a cidade deve preparar-se para as novas exigências da economia global, e, para isto, deve ser servida por redes de hotelaria de padrão internacional, sofisticadas agências de serviços especializados e sistemas e empresas de informação de ponta, garantindo suporte físico suficiente e adequado aos fluxos econômicos. Neste cenário, ao abrir mão da base de produção industrial incrementando e centrando esforços no setor de serviços, comércio, turismo e eventos, as cidades, que sempre foram lócus privilegiado do capitalismo e palco importante para sua expansão, mais do que nunca competem cada vez mais entre si. Segundo Sassen, as cidades na globalização devem

se centrar na especialização e se tornarem competitivas, caso contrário estariam fadadas à morte.

> A característica principal desse processo é a primazia do global sobre o local na **busca de vocações e especializações urbanas**. (grifos nossos) (LOPES, 1998:38)

1.2 – *MARKETING* DE CIDADES E O TURISMO

A partir da década de 1980 o planejamento urbano entra em crise resultando na utilização indiscriminada de termos que passaram a promover e guiar as intervenções na cidade existente, como por exemplo: reabilitação (referindo-se a habilitar novamente) e revitalização (referindo-se a dar vida)[8]. Harvey (2002:69) aponta para este fenômeno da substituição do planejamento urbano – caracterizado por ser composto por equipes multidisciplinares para o projeto de planos em larga escala, centrado em propostas de zoneamento, definidas em códigos de postura – pelo projeto urbano que simboliza a intervenção na cidade em pequenas áreas, em fragmentos da cidade, fundamentados, geralmente, na cultura arquitetônica. A partir de então, renuncia-se a grande escala dos planos em favor dos projetos urbanos de frações da cidade.

> Como é impossível comandar a metrópole exceto aos pedaços, o projeto urbano (e observe-se que os pós-modernistas antes projetam do que planejam) deseja somente ser sensível às tradições vernáculas, às histórias locais, aos desejos, necessidades e fantasias particulares (...) (HARVEY, 2002:69)

A noção de projeto urbano, em oposição às práticas tecnocráticas e doutrinas centralizadoras do planejamento de então, passou a ser preponderante nos processos e programas urbanísticos. Operando sobre fragmentos da cidade e contando com a parceria do poder público com a iniciativa privada, propondo-se substituir o tradicional plano, as intervenções pontuais priorizam especialmente a atuação no espaço público. Construída em torno da oposição ao zoneamento, pautou-se na recuperação ou renovação dos valores simbólicos e materiais da cidade. Nestes projetos são investidos consideráveis recursos em estruturas e edificações que possam promover a boa imagem midiática local, dando, assim, notável projeção no cenário nacional e internacional.

Ao dar ênfase aos aspectos culturais e, conseqüentemente, simbólicos, como forma de atrair olhares economicamente interessantes, os projetos urbanos não apenas promovem

[8] Essa enxurrada de termos, especialmente os com o prefixo “re” (requalificação, revitalização, reabilitação, renovação, regeneração etc), gera algumas discussões a respeito de suas definições ocasionando um certo modismo na sua utilização.

transformações no âmbito físico-espacial, mas envolvem considerações de ordem identitária na construção da imagem das cidades. Portanto, produzir uma identidade para a cidade significa criar ou descobrir um diferencial que possa distinguir cada cidade no panorama mundial, tendo esta diferenciação baseada, principalmente, na especificidade da cultura local.

A aplicação do chamado *city marketing* tornou-se o principal instrumento para buscar a diferenciação entre os lugares. Intensivas campanhas de divulgação e de sustentação da imagem do local são realizadas com influência direta no planejamento. A venda da cidade passa a fazer parte integrante do novo "planejamento" do local. As cidades passam a ser tratadas como produtos para venda, e o *marketing* é a fundamental ferramenta para que se possa aumentar o nível de atração da cidade-produto. Dessa forma, a imagem passa a ter papel fundamental na competitividade entre cidades no mundo globalizado, tornando cada vez mais evidente esta disputa pela preferência dos consumidores. Atualmente é dada extrema importância à elaboração de projetos de cidade que acompanhem uma estratégia de *marketing*, e, assim, facilitando e incentivando a atuação de agentes privados.

Na cidade contemporânea a concorrência entre cidades ganha impulso com o desenvolvimento avançado da indústria turística, que possui a tarefa de formar um imaginário que identifique em cada lugar um ambiente saudável e turisticamente atrativo, amenizando as imperfeições – sociais, econômicas ou políticas – de forma que o turista apreenda, em seu olhar fugaz, os aspectos desejáveis e vendáveis. Tal pensamento leva à produção de lugares como bens de consumo imediato e de fácil leitura, resumindo a diversidade de suas práticas em favor da construção de uma imagem resumida dos lugares.

Conceber esta configuração em prol do turismo, fazendo com que esta faça parte de um ideal mais globalizado, implica na simplificação e tradução dos símbolos locais para que estes componham o seu "cartão postal". Todo um arsenal de produtos e serviços, necessários e "impostos" pelo "novo" planejamento, possibilita o acesso das pessoas aos lugares que assumem cada vez mais o papel de objetos de consumo, com valor comercial e podendo ser reproduzidos de tal forma que se tornam protótipos de não-lugares[9].

[9] Segundo AUGÉ (1994:73): "Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar."

A indústria do turismo cria, de forma expressiva, um mundo fictício e mistificado de lazer, em que o espaço transforma-se em cenários para o espetáculo, criando ilusões, “metamorfoseando a realidade” para seduzir e atrair pessoas e, conseqüentemente, capital. O turismo passa a atuar como um articulador entre a cultura local e a mundial, dissolvendo fronteiras e favorecendo a formação de não-lugares a partir da universalização dos hábitos e das condutas. Essa tendência à homogeneização põe em risco a riqueza da identidade e simbolismo da cultura local, regional e nacional em prol das concepções e valores de uma cultura mundial. O não-lugar cria/constrói simulacros de lugares através da não-identidade e produz padrões de comportamentos. O desejo original de conhecer e vivenciar os lugares, cujas imagens são vinculadas e sugestionadas pelos meios de comunicação, é reduzido a um simples contato e reconhecimento, com visões parciais e instantâneas.

O poder das imagens concebidas e veiculadas pode trazer informações distorcidas de acordo com a manipulação destas, através dos meios de comunicação cada vez mais rápidos e acessíveis, em favor de interesses e de interessados. A formação de uma imagem sintetizadora torna-se importante, dentro do pensamento das práticas do mercado de cidades, visto que objetiva-se à criação de um “cartão postal” apelativo, sedutor e de fácil assimilação, constituindo-se em um “registro temático dos cartões e mapas turísticos e faz as delícias de qualquer viajante mais desavisado” (FERRARA *in* YÁZIGI, 1996:196).

O turista é tratado como um mero consumidor incapaz de ter outros interesses e curiosidades a não ser os que estão descritos nos roteiros e sinalizações “orientadoras”. Através de placas informativas, contendo dados e pequenos comentários históricos, o visitante é apresentado ao lugar de forma rápida, sem precisar desprender tempo para um conhecimento mais profundo. Coletando pequenas informações a respeito dos monumentos e sítios, o turista é levado à idéia de satisfação de conhecimento dos espaços, não necessariamente estabelecendo com esse uma relação de vivência ou mesmo de conhecimento, no sentido mais completo.

> Não se atravessa mais as cidades, mas os pontos notáveis são sinalizados por painéis em que está inscrito um verdadeiro comentário. O viajante fica, de certo modo, dispensado de parar e até mesmo de olhar. (AUGÉ, 1994:89)

Os próprios pacotes turísticos são a manifestação deste fato, onde controlam, delimitam e guiam os caminhos do turista. Segue-se, portanto, a máxima de quanto mais melhor e, assim, passam por um sem número de cidades em um espaço de tempo menor, para melhor aproveitá-lo.

> ... veja tudo depressa para dizer que viu tudo, registre e fotografe... *flânerie*, passos lentos, olhares perdidos não cabem. (CARLOS *in* YÁZIGI, 1996:30)

O espaço produzido pela indústria turística acaba por criar uma identificação frugal, esvaziando o sentido e a densidade dos lugares. Na intenção de promover uma concentração de símbolos, referências e sintetização para uma fácil e rápida apreensão, dada a importância do tempo para o consumo, o turismo favorece a proliferação de áreas produzidas artificialmente, mudando a natureza do lugar para não-lugar.

> ... diferencia-se [não-lugar] do lugar pelo seu processo de constituição, é, nesse caso, produto da indústria turística que com sua atividade produz simulacros ou constrói simulacros de lugares, através da não-identidade. (CARLOS *in* YÁZIGI, 1996:29)

1.3 – O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COMO ESTRATÉGIA

> Plano estratégico é a definição de um projeto de cidade que unifique diagnósticos, concretize atuações públicas e privadas e estabeleça um quadro coerente de mobilização e de cooperação dos atores sociais urbanos. (BORJA *in* FISHER, 1996:98)

O chamado Planejamento Estratégico Urbano vem sendo difundido no Brasil e na América Latina através da ação somada de instituições privadas, agências multilaterais e de cooperação – Banco Mundial, BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), Agência Habitat das Nações Unidas – em conjunto e sob a batuta de consultores internacionais, destacando-se, sobretudo os catalães, respaldados pelo bem sucedido resultado atingido em Barcelona. A prática do Planejamento Estratégico, a partir de então, difundiu-se rapidamente pelo mundo.

Na verdade, a metodologia e conceitos aplicados ao Planejamento Estratégico Urbano advêm originalmente dos preceitos militares instituídos nas ações estratégicas de ataque e defesa. A partir da década de 1970, procurou-se reverter esses conceitos e postura para o Planejamento Estratégico Empresarial sendo sistematizado pela Harvard Business School, onde intencionava aplicar ações a favor das manobras para alavancar empresas catapultando-as ao mercado.

> O Sistema de Planejamento Estratégico tem como objetivo principal a coordenação dos vários níveis e funções estratégicas de uma organização em um projeto global. Considera quatro pontos principais que são a **missão**, onde queremos ir; as **estratégias**, como chegar lá; o **orçamento**, o que podemos fazer; e o **controle**, como medir o andamento do processo. (grifos nossos) (LOPES, 1998:81)

Barcelona[10] obteve reconhecimento internacional em sua campanha e promoção e tornou-se a mais conhecida e difundida das cidades cujo Planejamento Estratégico foi efetivado. Tal fato foi possível quando seus administradores investiram enormes esforços econômicos e de trabalho em uma pesada campanha de *marketing* da cidade, na época da preparação para os Jogos Olímpicos de 1992, com o início do planejamento das estratégias em 1988. Naquele momento, Barcelona empenhava-se em ter um destaque dentro do cenário europeu e contribuir para que a Espanha pudesse ingressar na Comunidade Econômica Européia. Aliado a este fator estava um objetivo de ordem política, em que o Partido Socialista da Catalunha (PSC), recém-chegado ao governo após um longo período de ditadura franquista, via uma interessante oportunidade para seu fortalecimento junto a organizações da sociedade. Todo o investimento teve retorno lucrativo, visto que, atualmente, Barcelona tornou-se centro de excelência de exportação de experiências e de material humano para o planejamento.

As diretrizes dominantes na implantação do Planejamento Estratégico têm sua tônica na ação conjunta entre agentes públicos e privados com o objetivo de agregar ao lugar atrativos, títulos, símbolos, slogans, de forma a buscar a tão almejada atratividade, potencializando seu lugar dentro do mercado competitivo.

Ao se direcionar os esforços, baseados no Planejamento Estratégico, a ações no lugar público, pretende, portanto, realizar um deslocamento para o setor e espaço urbano de diretrizes semelhantes às tomadas pelas empresas, visto que as cidades são encaradas como se encontrassem diante de circunstâncias e desafios similares. Segundo seus defensores, os benefícios da atuação dos atores públicos e privados, mencionados acima, permitirão à sociedade a abertura de novas perspectivas de acumulação de capital e de progresso social, retirando das cidades a imagem caótica verificada até então. Sendo beneficiados com a aplicação do Planejamento Estratégico os cidadãos, "como clientes e formadores da cidade", e os dois grandes protagonistas: de um lado o poder público, através da promoção de seus administradores, e por outro, a iniciativa privada "como agentes econômicos, sociais e culturais da cidade" (LOPES 1998:99).

> O Plano Estratégico de Cidades é um plano de ação, formulado a partir do **consenso de atores públicos e privados**, dentro de uma **visão ampla dos espaços e da sociedade local e global**, definindo projetos tangíveis e intangíveis, cuja implementação se baseia no compromisso de um grande número de atores públicos e privados. (grifos nossos) (LOPES, 1998:94-95)

[10] Está atualmente em sua quarta versão – o primeiro Plano Estratégico data de 1988 (OLIVEIRA, 2005).

Acredita-se, de acordo com a cartilha neoliberal, que seja esta a única maneira e postura de enfrentar as novas condições impostas pela globalização. As propostas de planos, trazidas pelo neoliberalismo, surgem com conceitos de cidades mundiais, globais, estratégicas, redes, pólos, etc, podendo ser entendidos e absorvidos como modismos. Portanto, o Planejamento Estratégico contrapõe-se ao planejamento funcionalista modernista e busca referências em parâmetros ligados à gestão empresarial.

Ao mesmo tempo, os governos e cidadãos são tomados por uma enxurrada de informações – através de imagens, documentos, exposições, publicações, etc – de experiências de sucesso que seguiram esta metodologia. A exemplo de Barcelona – conforme citado anteriormente – , que através de figuras como Jordi Borja – quer seja por suas consultorias ou por seus textos –, difunde as virtudes do novo modelo, tido de resultado positivo. Um modelo onde a cidade é concebida e pensada unicamente como uma empresa que se move num ambiente global repressor – apesar de todo o discurso democrático –, onde a estética é efêmera e homogênea, promovida pelo espetáculo e pela mercantilização da cultura, que gera uma marca para a cidade.

Tendo como paradigma o sucesso de Barcelona e como principais representantes um grupo de planejadores catalães, este modelo de planejamento sugere a elaboração de um “projeto de cidade” que teria como objetivo levá-la à conquista de sua posição global. O maior desafio encontra-se em aumentar o potencial competitivo das cidades no sentido de responder às demandas globais e atrair recursos humanos e financeiros internacionais.

Inserir as cidades em uma rede de cidades-globais passa a ser, então, a visão da única maneira de se pensar o futuro de acordo com o Planejamento Estratégico, sendo a competitividade “entre-cidades” sua problemática central. Dentro dessa rede global, a cidade deve ser e mostrar-se produtiva, competitiva, globalizada e conectada a redes internacionais de negócios e investimentos, pois a idéia é a de que a cidade globalizada encontrará mais chances de sobrevivência quanto mais inserida estiver na competição pela atração de investimentos e de sedes de grandes empresas transnacionais.

É a complexidade do mundo moderno, dentro do conceito de mercado global, que exige a necessidade de um planejamento estratégico: instrumento de ações imediatas que permitam transformações e adaptações das cidades ao novo ambiente econômico e social, resolvendo os confrontos das diversas lógicas do mercado, do patrimônio e do cidadão, buscado definir os objetivos e as linhas estratégicas mais adequadas pra posicionar-se no mundo das cidades.

> A cidade intencional é a cidade pensada, projetada e construída de forma a potencializar as oportunidades e reduzir as ameaças, buscando desenvolver os seus pontos fortes e reforçar seus pontos fracos, dentro de uma visão de futuro gerada pelo desejo da sociedade, em um esforço coletivo de ação e realização. (LOPES, 1998:21)

No Brasil, o planejamento estratégico e o *marketing* de cidade estão sendo apresentados como instrumentos promissores na solução das novas situações "caóticas" provocadas pela globalização da economia. As propostas surgem com vistas a atrair mais investimentos diante da crise e da competição pela atração de recursos, onde os objetivos são mais econômicos que urbanísticos. É um número cada vez mais crescente de cidades que contratam os serviços dos consultores catalães e de seus discípulos no intuito de promover grandes projetos aplicando conceitos e modelos muito similares.

O modelo de gestão do Planejamento Estratégico Urbano não se limita apenas a um estudo teórico e apresentação de fórmulas operacionais, mas possui alguns outros objetivos que mediam a relação da cidade com a lógica do mercado, como forma de incentivar a adesão.

> Assegurar a melhoria da democracia urbana e incrementar a competitividade da cidade, mantendo um equilíbrio entre a lógica de mercado e a lógica do patrimônio, ou seja, entre a necessidade de atualizar-se e a de manter a tradição e as raízes como forma de integração social de seus habitantes. (LOPES, 1998:15)

Nesta linha de pensamento, as cidades são colocadas em um mercado e ambiente competitivo.

> Se durante largo período o debate acerca da questão urbana remetia, entre outros, a temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo, a nova questão urbana teria, agora, como nexo central a problemática da competitividade urbana. (VAINER *in* ARANTES, 2000:76)

Está, então, declarada a disputa entre cidades para se tornarem espaços atraentes de capital. Pensar e intervir estrategicamente nas cidades é criar um ambiente competitivo a partir dos grandes empreendimentos passíveis de atração de grandes negócios, grandes investimentos econômicos e grandes eventos culturais. O "modelo Barcelona" de ordenamento urbano segue a lógica mercadológica deixando as cidades reféns das grandes empresas. Os investimentos no campo social são deixados de lado pelas autoridades, em detrimento aos investimentos por parte do poder público em parcerias com o poder privado, definindo os caminhos das cidades. Portanto, o Planejamento Estratégico Urbano é uma adaptação da gestão empresarial, que toma decisões considerando o ambiente regido pelos princípios mercadológicos. Neste sentido, a lógica

do mercado vem se sobrepor à lógica da cidade tornando-a escrava, cada vez mais, dos grandes investimentos resultantes dos acordos entre o poder público e o poder privado.

Os governos, neste contexto, em uma associação entre a esfera pública e a privada, deixam cada vez mais sob os cuidados do mercado o controle e ações nos espaços urbanos, transformando-os progressivamente em produtos destinados ao consumo, conforme foi visto no sub-item anterior. Como atribuição do poder público fica o papel de regulamentar e fiscalizar as atividades das instituições privadas. Passa-se, portanto, por uma mudança político-econômica no âmbito da questão urbana onde suas principais preocupações concentram-se na busca de investimentos de capital, atração de novos negócios e produção de serviços e preços que sejam adequadamente competitivos e qualificados. Não é incomum "o comportamento de muitos prefeitos, que mais parecem vendedores ambulantes que dirigentes políticos" (VAINER *in* ARANTES 2000:78), os quais se põem na posição de negociação junto a empresas estrangeiras na intenção de angariar estímulos financeiros na vinda de novos empreendimentos. Tendo em vista que a qualidade de vida está diretamente relacionada à qualidade da cidade, esta pode e deve ser adquirida através de melhorias em sua estruturação e paisagem urbanas que, por sua vez, estão diretamente associados à implantação de grandes projetos que têm o poder de definir a capacidade empreendedora e de modernização das cidades.

> Não se pode entender a competitividade internacional e a boa imagem de cidades que não são grandes capitais – como Lille, Montpellier ou Estrasburgo, na França – sem levar em conta a forte personalidade e o dinamismo de seus prefeitos (Mauroy, Frêche, Trautman) (BORJA *in* FISHER, 1996:83)

O Plano Estratégico Urbano leva a administração local a adotar posturas de empreendedorismo através das políticas voltadas para o seu desenvolvimento visando aos grandes empreendimentos imobiliários. As cidades, ao adotarem os planos estratégicos nas suas administrações, consideram que os mesmos são um instrumento de (re)ordenamento urbano que têm por objetivo redinamizar a economia local.

Enfim, a cidade é traduzida como um produto à venda e, como qualquer produto que se encontra em uma prateleira de supermercado, necessita de investimentos de marketing para que possa se tornar atrativo e consumível e superar a concorrência. Este aspecto pode ser constatado no saliente marketing urbano visível e imposto nos planos e processos de planejamento e gestão das cidades, podendo ser tomado como exemplo os recentes Planos Diretores das cidades brasileiras. Referenciando o PDDUA 2002 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – de Salvador lê-se claramente a necessidade de construção de uma imagem da cidade e da formatação de uma

identidade que sintetize sua diversidade cultural, no intuito de adaptá-las – imagem e identidade cultural da cidade – aos moldes e exigências do mercado, servindo de ferramenta de importante valor para o desenvolvimento local.

> iniciativas de **recuperação, valorização e reaparelhamento de espaços públicos e logradouros**, principalmente os de **valor referencial e simbólico**, contribuirão para **fixar a imagem da Cidade como fator de atração** (grifos nossos) (PPDUA/Salvador 2002, Anexo A.43, Política Geral de Desenvolvimento – Fundamentos)

A condição de positividade, propagada pelos disseminadores do planejamento estratégico com a promessa de regeneração dos males urbanos, terá sua síntese, conforme Vainer (ARANTES, 2000) na cidade baseada em três analogias constitutivas: como pátria – na criação de uma condição de patriotismo, auto-estima, harmonia, exclusão dos conflitos –; como empresa – interpretada na eficácia das ações a partir da transposição do planejamento estratégico da corporação privada para o território –; e como mercadoria – na promoção e venda de um espaço seguro, justo e democrático, atrativo e competitivo –, sendo assim a tradução de uma mola propulsora para o alavancamento do desenvolvimento almejado. Os planos estratégicos, por sua vez, se apresentam como os principais legitimadores e condicionadores das ações empreendidas em prol da requalificação espacial das cidades na contemporaneidade, deixando claro o vínculo destes elementos com a visão empresarialista da promoção da cidade-produto.

Analisando os discursos elaborados pelos seus defensores e difusores pode-se constatar a presença de palavras e expressões-chave, que dão a tônica do discurso: renascimento das cidades, respeito à memória coletiva, respeito à escala local, governabilidade, ênfase na gestão e nos projetos urbanos, competitividade, promoção do produto-cidade, importância dada ao poder da imagem das cidades, forte apelo visual, maior poder de atração. São evidências consensuais e homogeneizantes que seguem regras pré-estabelecidas, difundidas e postas em prática nas mais diversas regiões do planeta, quer seja em países desenvolvidos, quer seja em países periféricos.

Tal modelo pode ser visto com clareza, em "manuais" tais como o elaborado pelo CIDEU[11] – *Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano* – onde a metodologia do Plano Estratégico sob a ótica catalã é adotada por outras administrações municipais de vários países que o integram promovendo um intercâmbio de projetos: são 68 cidades associadas, da Espanha, Portugal e, a grande maioria, da América Latina,

[11] Associação entre cidades, sediada em Barcelona, que tem por objetivo impulsionar as cidades-membro à realização de planos estratégicos urbanos, como instrumento de ordenamento futuro das cidades.

sendo 8 destas brasileiras – Salvador, Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Natal, Fortaleza, Juiz de Fora, Belo Horizonte e Vitória.

Das cidades brasileiras associadas ao CIDEU, conforme Oliveira (2005), quatro passaram pelos processos de conclusão dos seus respectivos planos estratégicos, quais sejam Rio de Janeiro/RJ, Juiz de Fora/MG, Região Metropolitana de Fortaleza/CE e Nova Iguaçu/RJ, tendo nesses casos as fases de elaboração dos planos concluídas antes de 2000 e encontrando-se os mesmos em fase de implantação. Os planos das demais cidades tomaram dois destinos: há os casos em que ainda estão em fase de elaboração e outros casos em que estas "assumiram o compromisso de encaminhar o processo" (OLIVEIRA, 2005:17).

Em Salvador, alvo de estudo do presente trabalho, a administração municipal de Lídice da Mata (1993-1996) filiou-se ao CIDEU, no início do mandato, em 1993, porém não chegou a concluir a elaboração do plano para a cidade. E, embora tenha ainda sua filiação mantida até hoje, nas administrações seguintes, do prefeito Antonio Imbassahy, o processo de planejamento foi suspenso. Mas o que se percebe é que, alguns direcionamentos tomados tanto pela prefeitura municipal quanto pelo governo do estado[12], durante o período de 1997 a 2004, refletem e absorvem os conceitos propagados pelo Planejamento Estratégico, especialmente as ações ligadas aos órgãos de turismo.

As orientações contidas na cartilha do CIDEU podem ser claramente vislumbradas e aplicadas tanto em planos para cidades como Barcelona, Rio de Janeiro, Curitiba, bem como em cidades de menor escala, numa unificação de ações e de representações das cidades.

> A missão do CIDEU é promover a maneira estratégica de pensar nos processos de desenho e gestão de projetos urbanos para o desenvolvimento sustentável das cidades iberoamericanas através da planificação estratégica.
>
> Seus objetivos são:
>
> - Impulsionar o **desenvolvimento econômico e social** das cidades iberoamericanas através da PEU (Planificação Estratégica Urbana).
>
> - Promover a reflexão a respeito das estratégias urbanas e facilitar sua circulação.
>
> - Estruturar uma rede de cidades para **melhorar o posicionamento estratégico** das mesmas.
>
> - Promover a troca cultural para a incorporação de tecnologias digitais no que tange a atuação da PEU e para **construir comunidades virtuais.** (grifos nossos)

[12] Este fato poderá ser observado alguns casos que serão expostos no decorrer do texto do presente trabalho.

> Quais são as finalidades da Planificação Estratégica Urbana?
>
> - Determinar os objetivos estratégicos para uma cidade, que permitam conseguir uma **posição de competitividade e de qualidade de vida**, a médio prazo.
>
> - Estimular a convergência das estratégias dos agentes, com capacidade e recursos, no objetivo factível de cidade desejada.
>
> Que benefícios COMPORTA para a cidade?
>
> - Uma **visão global da cidade como território** em um processo de troca permanente.
>
> - O alvo de um **objetivo comum** de cidade.
>
> - Uma melhor aproveitamento dos recursos escassos diante de problemas de magnitude crescente.
>
> - Uma superação dos custos da improvisação.
>
> - Dotar a cidade de **elementos de competitividade** que permitam assegurar o **progresso econômico e social** dos cidadãos. (grifos nossos) (CIDEU, s/d)

A produção de imagens tem um papel cada vez mais relevante na formulação de novas estratégias econômicas e urbanas destinadas, sobretudo, para a internacionalização da cidade. Sob o aspecto do marketing é sabido que a marca é fator de vital importância na diferenciação de um produto/serviço na mente do consumidor influenciando-o diretamente na hora da decisão de compra. A construção da cidade-produto se desenvolve através de processos de reestruturação urbana no qual se faz necessária a vinculação de uma imagem para que essa possa ver vendida, inserindo-a, portanto, no mercado. Para tanto, consultores internacionais, na condição de reconhecidamente *experts* em planejamento, desempenham importante papel na difusão da idéia de cidade como mercadoria e, assim, traçam planos e estratégias de promoção das mesmas através, por exemplo, da propagação da necessidade de se construir uma imagem síntese como forma de identificação no mercado, tornando-se instrumento de difusão e afirmação da cidade.

O mercado mundial de cidades permite a movimentação e, simultaneamente, é movido por alguns outros mercados necessários para que as estratégias sejam bem sucedidas. Dentro desse bojo encontra-se o mercado de empresas, com interesse em investir capital, seja no setor comercial, no de serviços ou através de instalação de multinacionais; o mercado imobiliário, através da gerência das operações locais, que contam com investimento de capital estrangeiro, muitas vezes; o mercado consumista, que se espelha cada vez mais nas experiências de cidades-modelo passando a adquirir um comportamento de consumo semelhante, seja este o consumidor interno (usuário direto), ou seja este o consumidor externo (visitante); o não menos imprescindível

mercado turístico, que acaba por criar categorias de exploração dos “cenários” criados (ou recriados) através da especificação de atividades: turismo ecológico, urbano, negócios, cultural, compras, terceira idade, juvenil, etc; o mercado das agências multilaterais, que manifesta profundo interesse na promoção e difusão de imagens e experiências de cidades estrategicamente planejadas, e, assim, impulsionar o próximo e último mercado: o mercado das consultorias, sejam estas concretizadas através dos atores privados ou públicos, autoridades políticas ou dos, já mencionados, *experts* do planejamento internacional em busca de um *know-how* proclamado, acumulando experiências de sucesso.

E, desta forma, constitui-se como uma das principais idéias dos “neoplanejadores urbanos” e dos principais atores envolvidos, o fato de que a cidade é uma mercadoria a ser vendida – visto os diversos interesses envolvidos – e está inserida em um mercado extremamente competitivo onde se encontram outras cidades em condição semelhante.

Sob a premissa de que os lugares no mundo se articulam de acordo com a economia global, a constituição de certos parâmetros de reformulação urbana são delineados, de acordo com os promotores e disseminadores, impreterivelmente como “regras” de aceitação e viabilização de inserção no mercado, ou seja, uma cidade para se integrar a um mundo globalizado necessita de prover-se de equipamentos/serviços que a deixe conectada e adequadamente contextualizada com o modelo de cidade universalmente estabelecido.

Diante desta colocação, não é surpreendente que propostas de planos estratégicos de diferentes cidades sejam tão parecidos, afinal, todos se lançam ao mesmo objetivo de vender o lugar aos mesmos compradores os quais, constantemente, possuem as mesmas necessidades. Os governos devem, portanto, promover a venda através de uma imagem síntese, “forte e positiva”, alicerçadas em serviços e infra-estrutura capaz de atrair os olhares de investidores importantes e interessantes para o *marketing* local.

> ...pode-se afirmar que, transformada em coisa a ser vendida e comprada, tal como constrói o discurso do planejamento estratégico, a cidade não é apenas uma mercadoria mas também, e sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis. (VAINER, 2000:83)

Vale salientar que as reformulações sofridas no espaço em prol da atração dos investidores “importantes e interessantes” devem também ter o poder de seduzir consumidores e usuários igualmente “importantes e interessantes” – não sendo estrategicamente proveitoso a presença de visitantes e/ou usuários de poder aquisitivo e

classe social inferior aos objetivados pelos promotores das cidades, configurando-se ações e um quadro velho conhecido de gentrificação.

Aliado ao fato da maioria das grandes cidades ter parado de crescer em ritmo acelerado, entre outros fatores, observou-se que o urbanismo deixou de ser um urbanismo previsão ou de “planejamento” para assumir uma postura mais imediatista diante dos problemas já existentes. Consciente da grande limitação dos recursos financeiros do Estado ou de quaisquer entidades públicas, o “novo” planejamento valoriza a sua capacidade promotora e propõe que o urbanismo contemporâneo seja baseado na negociação, objetivando aproveitar e criar oportunidades para o desenvolvimento local. Neste modelo de planejamento, os projetos urbanos nascem e se desenvolvem numa aberta, flexível e, sobretudo, desprovida relação de qualquer sentido de subordinação com o plano.

Esse "novo" planejamento divide as ações de intervenção no espaço urbano em várias escalas, a maioria delas vinculadas às comunicações ou às atividades conectadas à economia globalizada: teleportos, centros empresariais, espaços para feiras e congressos, parques tecnológicos, operações de embelezamento e modernização dos espaços públicos, etc. A grande maioria dessas intervenções e eventos apresenta um forte apelo visual com o claro objetivo de atrair a atenção do público. E, fora o fato dos grandes projetos de intervenção serem freqüentemente desenhados por arquitetos componentes do *star-system* da arquitetura internacional, que normalmente produzem trabalhos com o objetivo de dar mais visibilidade para a cidade e legitimar uma série de intervenções pontuais desarticuladas, que beneficiam grupos privilegiados através da valorização imobiliária.

> Neste contexto, o papel da reutilização das áreas portuárias centrais e de suas frentes marítimas é fundamental: num processo de revitalização, intervenções pontuais de qualidade e inseridas a um planejamento estratégico, tendem a gerar impactos positivos e crescentes sobre o seu entorno – o centro – e a cidade como um todo. Esse processo, bem conduzido e com um correto faseamento, leva à maximização dos investimentos e ao sucesso nos campos econômico, cultural, habitacional, turístico, recreacional, entre tantos outros que se complementam. (DELRIO, 2001)

As antigas áreas portuárias aparecem, dentro do contexto de revitalização dos centros das cidades, como um grande atrativo para as intervenções estratégicas: em primeiro lugar, por todo o simbolismo histórico, por ter sido berço e lugar central das grandes metrópoles; em segundo lugar, do ponto de vista funcional, o grande fluxo atual de comércio de mercadorias, grandes equipamentos de manobra, movimentos de carga e descarga, trânsito e chegada de transportes ferroviários e/ou rodoviários, etc, ficam prejudicados devido à localização central do escoamento portuário, provocando uma

tendência atual de transferir o porto para lugares mais afastados que possam ser planejados a favor da demanda; e, por último, voltando aos objetivos das intervenções, diz respeito à presença de equipamentos e infra-estrutura que não se “adequam” aos princípios dos projetos urbanos contemporâneos, impossibilitando a integração da área.

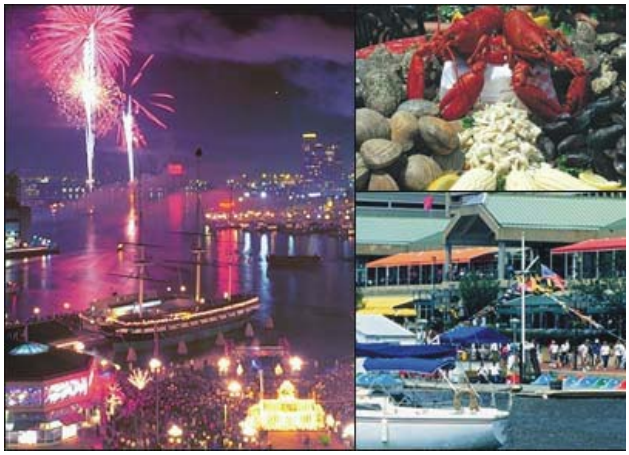


Figura 01: Harbor Place, Baltimore, Estados Unidos. (Fonte: HARBORPLACE, s/d)

A liberação dessas grandes áreas e estruturas é aproveitada em prol dos planos de desenvolvimento urbano, possibilitando a inversão/conversão de equipamentos de acordo com o novo planejamento estratégico, dos possíveis arranjos de oportunidades e das operações de revitalização urbana. Os setores recreativo, turístico, cultural bem como o de negócios têm se mostrado os principais dinamizadores e interessados na exploração destas áreas, aproveitando-se das peculiaridades geográfica, histórica e estrutural das áreas portuárias na construção de imagens e símbolos que possam ser atrativos e vendáveis. Numa mistura de uso do solo apareceram nas velhas estruturas portuárias, a partir da década de 80, cenários compostos por museus, aquários, marinas, pavilhão de exposições, além do efeito da *mallificação*, principalmente nas intervenções das cidades norte-americanas. Harvey assim destaca, por exemplo, o projeto de intervenção no centro de Baltimore para a construção do Harbor Place (Figura 01).

> Bastou um passo para a comercialização institucionalizada de um espetáculo mais ou menos permanente na construção de Harbor Place (um desenvolvimento à beira-mar que, segundo dizem, hoje atrai mais pessoas que a Disneylândia), de um centro de ciências, de um aquário, de um centro de convenções, de uma marina, de inúmeros hotéis, de cidadelas do prazer de toda espécie. Julgada por muitos um notável sucesso (apesar de o impacto sobre a pobreza, a falta de habitação, a assistência médica e o fornecimento de oportunidades de educação na cidade ter sido insignificante e, talvez, negativo), essa forma de desenvolvimento exigia uma arquitetura totalmente diferente do modernismo austero da renovação do centro das cidades que dominara os anos 60. Uma arquitetura do espetáculo, com sua sensação de brilho superficial e de prazer participativo transitório, de exibição e de efemeridade, de jouissance, se tornou essencial para o sucesso de um projeto dessa espécie. (HARVEY, 2002:91)

Dessa forma, esses espaços podem oferecer uma experiência diferenciada: um conjunto de “leitura histórica” do local aliada a compras, alimentação e diversão em um ambiente naturalmente aprazível. Isso só é possível com a substituição de elementos indesejáveis

– no caso os rebocadores, equipamentos de carga/descarga, os próprios estivadores, etc representantes do “atraso” – por elementos de “limpeza visual”, como cafés elegantes, equipamentos de lazer e cultura, barcos de passeio, etc. Provocando o fenômeno, já anteriormente citado: a gentrificação.

> ...o planejamento dito estratégico pode não ser mais do que um outro eufemismo para gentrification, sem no entanto afirmar que sejam exatamente a mesma coisa – quem sabe a sua apoteose: uma cidade estrategicamente planificada de A a Z nada mais seria, enfim, do que uma cidade inteiramente gentrificada (...) pois afinal o que importa nisto tudo é sempre determinar quem sai e quem entra, só que agora se trata de uma apropriação do espaço legitimada pelo upgrading cultural. (ARANTES, 2000:31)

1.2 – O ESPAÇO PÚBLICO

> Por se constituir tanto um espaço físico quanto social, o estudo do espaço público envolve também os aspectos espaciais e os simbólicos e significativos da experiência humana, englobando na sua definição conceitos de diferentes áreas do conhecimento: arquitetura, psicologia, antropologia, sociologia, etc. (GARDEZIN, 1996:27-28)

O conceito de espaço público define-se diferentemente em função do corpo teórico com o qual se trabalha. Se analisado em seu viés filosófico, o espaço público está associado à idéia de expressão do pensamento, do exercício da construção do discurso, ligando seu significado à prática da democracia. Se analisado na definição sociológica, por sua vez, o espaço público se caracteriza, fundamentalmente, por ser o espaço do encontro entre indivíduos de uma mesma comunidade, possibilitando assim o fortalecimento das relações coletivas no convívio social. Na concepção jurídica, o espaço público é definido acerca dos conceitos de propriedade e apropriação, diferenciando-se estruturalmente dos espaços privados, possuindo como “administrador” o poder público. Já no campo urbanístico, o espaço público se apresenta como espaços abertos definidos no desenho da cidade.

Mediante aos diferentes conceitos empregados, o espaço público se configura como o espaço físico, urbanisticamente falando, destinado ao uso e convívio comum da população de uma determinada sociedade, prestando e exercendo diversas funções nos diferentes setores da vida desta: reunião, mercado, festa, trabalho, conversa, justiça, religião, música. O espaço público, então, sustenta sua importância indispensável à vida urbana, onde os cidadãos se reconhecem como membros de uma comunidade e participantes da construção de sua história coletiva, como prolongamento das próprias vidas individuais. Desta forma, apresenta-se, portanto, como configurador de aspectos

como: abrigo da sociabilidade, símbolo coletivo e mediador das desigualdades. Em suma, o espaço público é um componente fundamental para a organização da vida coletiva e a representação de uma sociedade.

O espaço público pode assumir conceituações diferenciadas mediante seu contexto e sua relação com a cidade durante a história, caracterizando conceitual e estruturalmente a sua inserção na malha urbana. Um mesmo espaço pode, no decorrer do tempo, assumir características de mercado, posteriormente de espaço político e mais adiante ser um espaço meramente estético e contemplativo, ou seja, modifica-se através do tempo descrevendo a contextualização social, política, cultural e urbanística característica de cada momento. Dessa forma, o espaço público se apresenta como um importante signo urbano podendo descrever, através de suas transformações, a leitura histórica de uma cidade, assim como ressalta Rolnik:

> Não são somente os textos que a cidade produz e contém (documentos, ordens, inventários) que fixam esta memória, a própria arquitetura urbana cumpre também este papel. O desenho das ruas e das casas, das praças e dos templos, além de conter a experiência daqueles que os construíram, denotam o seu mundo. (ROLNIK, 1995:16-17)

Com as primeiras experiências de ordenamento das cidades, ainda no século XIX, e o surgimento e o desenvolvimento do pensamento urbanístico ao longo do século XX, observa-se os diferentes papéis desempenhados pelo espaço público, onde ora foi tratado e configurado de forma a privilegiar a circulação especialmente de pedestres, sendo palco e cenário da vida social e política das cidades; ora foi relegado à função de articulador de espaços priorizando a circulação do automóvel, ou até mesmo sendo abandonados e tratados como espaços residuais.

No século XIX, as intervenções realizadas por Haussmann e Cerdà denotavam a importância de abrir e organizar a circulação no tecido urbano, antes desordenado. Por um lado, o desenho de Ildefonso Cerdà (1859-1864) inseria um novo traçado em torno do casco antigo de Barcelona, atuando em um terreno de expansão da cidade, de forma a compor um novo território baseado e seguindo um plano previamente estipulado. Já a experiência do Barão de Haussmann, no segundo quartel do século XIX, que serviu de modelo para a reformulação de diversas cidades, promovia a abertura de vias no tecido antigo de Paris, proporcionando uma melhor circulação de pessoas e mercadorias em um ambiente mais "saudável"[13]. Ambas experiências pautavam-se na concepção do espaço público em torno do mote da circulação física no ambiente citadino, tendo um esmero no

[13] Vale salientar que as operações de remodelação das cidades européias e brasileiras, baseadas no modelo haussmaniano, possuíam também um caráter higienista: tanto em sua conotação técnica quanto em sua conotação social.

enfoque do cenário da vida pública em que a estética e organização urbana preponderavam nos projetos.

A partir do urbanismo denominado por Choay (2002) de Culturalista, as idéias difundidas nas obras e nos escritos, com destaque a Camillo Sitte[14] (1889) e Ebenezer Howard[15] (1898) destacavam a importância dos espaços abertos no território urbano, chamando, assim, a atenção dos que projetavam as cidades, procurando resgatar a "antiga unidade orgânica da cidade, sob a ação desintegradora da industrialização" (CHOAY 2002:11). O pensamento baseava-se no "conceito cultural de cidade sobre a noção material de cidade" (CHOAY 2002:27), onde assinalava-se o espaço público como importante instrumento para garantir a qualidade ambiental, em Howard, e estética das cidades, em Sitte.

No urbanismo moderno dos CIAMs (Congresso Internacional da Arquitetura Moderna), tendo como principal registro teórico a Carta de Atenas (1933) – cuja a máxima realização se concretiza na cidade de Brasília –, apregoava a liberação do solo de forma a possibilitar ganhos em espaço de circulação e ampliação de superfícies verdes, com construções localizadas de formas pontuais e a grandes distâncias uma das outras. Porém este fato acarretou em uma diferenciação de proporções entre espaço construído e a superfície livre. Ao procurar constituir uma idéia de ganhos para um bem utilidade pública, os ganhos de solos liberados pelas edificações acabaram atingindo escalas que dificultaram a apropriação do espaço de uso comum, a exemplo nas superquadras e avenidas de Brasília. Desta forma, a cidade configurava-se pela composição de edificações isoladas e de áreas verdes cortadas por vias expressas.

A partir da década de 1960, com o insucesso e as críticas ao Movimento Moderno, iniciou-se uma maior reflexão a respeito da forma, importância e função do espaço público nas cidades, originando um movimento de reconquista da cidade no qual o espaço público passou ao papel de protagonista na revalorização do tecido urbano.

As manifestações decorrentes da grande abertura ao debate público levantavam questões sobre a qualidade ambiental urbana. A vida e o espaço públicos das cidades tornaram-se objetos significativos deste debate, fazendo com que sua arquitetura presenciasse um importante momento de constante desenvolvimento.

A partir de então, os espaços públicos, anteriormente ocupados e projetados em prol da circulação dos automóveis, mudaram seu caráter constituindo-se em espaços preferenciais para pedestres, convidando o cidadão ao passeio, à contemplação e à

[14] A obra "A Construção das Cidades segundo os Princípios Artísticos".
[15] A obra "Cidades-Jardins do Amanhã".

atividade pública. As cidades passaram a criar espaços para diversas formas de interação humana, ao que o cientista político Michael Walzer denominou de “espaço multifuncional”, “pensado para uma variedade de usos, participantes e usuários” (ROGERS, 2001:9) – em oposição ao “espaço monofuncional” que se concebe com uma única função –, onde as pessoas estão dispostas a ver e ser vistas, a se encontrarem e participar das atividades da vida comunitária. Enfim, os espaços públicos se manifestam, no final do século XX, com uma nova forma e propondo-se a novos conteúdos.

Caracterizados, portanto, por serem lugares privilegiados da *mise en scène* da sociedade contemporânea, os espaços públicos, historicamente, são capazes de traduzir e expor as desigualdades e diferenças sociais; ser palco da política, história e expressões culturais de um lugar; além de exercer o papel de articulador de diversos territórios dentro da cidade. Ao longo do século XX, os espaços públicos foram alvos de descaracterização e desvalorização em prol da circulação, com grande ênfase ao veículo, e da instalação de grandes equipamentos. Nas últimas décadas, a requalificação desses elementos de valor patrimonial e cultural ganhou novos significados no contexto da globalização. Redesenhados, recuperados e apropriados, conforme manda o figurino, os espaços públicos vêm retomando sua importância sendo contemplados pelos novos projetos urbanos das grandes cidades.

> Até bem pouco tempo, a abordagem da cidade, tanto no plano prático das intervenções urbanas, tanto no âmbito do discurso teórico específico, se dava prioritariamente em termos de racionalidade, funcionalidade, salubridade, eficiência, ordenação das funções. (ARANTES, 2001:136)

O tema “reforma urbana” ressurge sob os olhares das políticas públicas onde as cidades são tratadas como atração, na tentativa de construção de uma imagem mercadológica, ligada ao consumo, em que o “produto-cidade” encontra-se disponível para ser visto, visitado e consumido. Grandes projetos e empreendimentos de renovação das cidades procuram atrair novas atividades econômicas e investimentos, principalmente em áreas consideradas degradadas, porém detentoras de espaços de significação, respaldando-se em intervenções baseadas nos valores culturais e históricos.

Observa-se, então, uma mudança no pensar das decisões urbanísticas no que tange o espaço público. Pode-se afirmar que há uma “descoberta”, ou redescoberta, deste elemento como um cenário propício para ações urbanísticas em prol da revalorização do patrimônio cultural das cidades, provocando um fortalecimento de sua atratividade. O campo do projeto dos espaços públicos se ofereceu como objeto passível das traduções

dos desejos do mundo contemporâneo. A vida urbana passou, então, a ser “encenada” nos novos espaços públicos.

A idéia de “espetacularizar” os espaços sugere uma possibilidade de “reversão” da sensação caótica vivida pelas grandes cidades, principalmente em suas áreas centrais, a exemplo do próprio Pelourinho, no denominado centro histórico de Salvador, transformando-os em espaços alegres, e, acima de tudo, em espaços para práticas ditas “culturais”, devendo abrigar um grande número de equipamentos direcionados a esta função: centros culturais, museus, teatros, bibliotecas, de acordo com as exigências vigentes do mercado de cidades. Os governos locais passam, então, a promover uma série de atividades e eventos artísticos – apresentações musicais, folclóricas, dança, teatro – que consolidam o caráter turístico e cenográfico do lugar. O espaço urbano passa então a ser marcado por um verdadeiro universo de simulações e exibições visuais.

A composição do cenário da cidade objetiva encantar os moradores e os visitantes: seja através da preocupação e esmero em acentuar os traços marcantes da arquitetura colonial, destacando seus elementos e detalhes arquitetônicos com cores; seja através de abrir grandes espaços livres à circulação, com pisos trabalhados em granito ou fontes-espetáculo, e que se utilizam, em alguns casos, de achados arqueológicos como cenas do espetáculo. O espaço urbano é transformado em um verdadeiro palco de simulações e exibições manipulando, assim, o desejo de uma sociedade de consumo, deixando clara a atuação empresarialista na promoção da cidade – não necessariamente traduzindo as significações do lugar, que são, por algumas vezes, simplesmente inventadas sem qualquer relação com a história e cultura locais. Para Santos (RIBEIRO, 2002:89):

> Importam-se empresas e exportam-se lugares... Escolhem-se, também, pela mesma via, os lugares que devem ser objeto de ocupação privilegiada e de valorização, isto é, de exportação.

Esta atratividade é uma forma de inserir estes espaços em um mundo competitivo, onde as cidades buscam a captação de novos investimentos e o mercado tem se acirrado. A intenção é promover a imagem positiva dos grandes centros urbanos, prontos para o consumo. Organizar os espaços públicos no intuito de reforçar a imagem da cidade transformou-se em meio de atrair capital e pessoas. Conforme Harvey (2002:92):

> Dar determinada imagem à cidade através da organização de espaços urbanos espetaculares se tornou um meio de atrair capital e pessoas (do tipo certo) num período (que começou em 1973) de competição interurbana e de empreendedorismo urbano intensificados.

As cidades e lugares contemporâneos tomam muito mais cuidados em construir essa imagem positiva, espelho da alta qualidade dos espaços, e para tanto sua arquitetura e

seus projetos urbanos devem atender a essas necessidades. E o fato de se encontrarem pressionadas pelas exigências da globalização resultam em uma série de repetições de modelos bem sucedidos em outras cidades.

Com a construção da cena urbana, o que se percebe é uma indisponibilidade de diálogo com o ambiente local, configurando-se como uma ação de negação do próprio lugar onde os projetos estão sendo assentados. Muitas vezes, criam-se espaços públicos indiferentes, privados de qualquer individualidade, em um ambiente "estéril, impessoal e diferente do resto da cidade 'normal'" (DEL RIO, 1990:40).

> o significado em arquitectura é resultado da interação das intenções culturais com o objecto de percepção: um modifica o outro num infinito processo cibernético de hipóteses e correcções (,,,) a forma urbana não era, nem podia ser, inteiramente destituída de significado (...) o arquitecto deve inserir a sua nova criação num tempo e num lugar particulares, de forma a que ela estabeleça um elo intermédio entre os significados passados e futuros (JENCKS, 1985:299-300).

O que se observa, diante das reformulações contemporâneas dos espaços públicos, é que há um "esforço", ou melhor dizer, um "discurso", por parte dos promotores das cidades, em que se procura reforçar a busca pela "identidade local" – como forma de construir uma imagem –, mesmo que de maneira pontual, buscando uma requalificação que "respeite" o contexto, morfologia e tipologia na qual está sendo inserida. Porém tem se convertido no seu sentido contrário, conforme ressaltou Harvey ao se referir a 'série de repetição de modelos bem sucedidos', sem que haja uma leitura do ambiente pré-existente. Tudo isto em favor de um esforço da salvação da cidade, realizando intervenções pontuais, em espaços escolhidos a dedo, e que possam servir de objeto de representação da cidade. Desta maneira, seguindo as cartilhas e modelos "bem sucedidos", conforme Oriol Bohigas (ALMEIDA, 2001), daria início a um processo de "metástase benigna" em que um ponto requalificado serviria de irradiação ao seu entorno ou a demais pontos no tecido urbano.

> A forma espacial da cidade contemporânea revelou-se uma colcha de retalhos, de restos, de pedaços incongruentes, ao lado de um cenário de composições artificialmente projetadas. (BOYER)

As cidades que, nas últimas décadas do século XX, passaram por grandes reformulações, a exemplo de Barcelona, Berlim e Paris, tiveram o aparente e contestado caos urbano combatido pelos poderes públicos, sendo "amenizado" pela construção de generosos espaços públicos sob o lema de requalificação da vida urbana, permitindo ao habitante voltar às ruas, ao encontro das pessoas.

A tônica do discurso de intervenção em diversas cidades, como no caso da cidade de Salvador, vem como forma de recuperar as identidades históricas e inserir as cidades no panorama cultural mundial, no intuito de colocá-las sob os holofotes da mídia e do mercado. E, para tanto, foi necessária a criação de novos lugares e resgate de outros em áreas esquecidas e desvalorizadas, transformando-as em um grande *mix* de atividades culturais e de lazer, configurando assim, conforme Del Rio (1997), o desenho da cidade pós-moderna:

> ... a urbanidade incompleta dos enclaves residenciais e de edge cities, simulacros de revitalização em áreas centrais, shopping-centers como museus e museus como shopping-centers, socializações controladas, parques temáticos como alienação desejada e turismo de consumo, intervenções requalificadoras de áreas comerciais. (DEL RIO, 1997:65)

A grande maioria das intervenções apresenta forte apelo visual com o claro objetivo de atrair a atenção do público, somado ao fato dos grandes projetos de intervenção serem freqüentemente desenhados por arquitetos componentes do *star-system* da arquitetura contemporânea, que normalmente produzem trabalhos com o objetivo de dar mais visibilidade para a cidade e legitimar uma série de intervenções pontuais desarticuladas, que beneficiam grupos privilegiados através da valorização imobiliária. As antigas áreas portuárias, por exemplo, aparecem como um grande atrativo para as intervenções estratégicas, onde se aliam espaços de lazer e cultura com a instalação de equipamentos como bares, teatros, cinemas, restaurantes, calçadões, museus, centro de convenções, entre outros.

Mesmo com toda a crise econômica, o poderio financeiro das cidades, através de alianças entre poder público e iniciativa privada, impôs sua impressão na empreitada da requalificação dos espaços públicos, que despontam como símbolos e anúncio de uma nova era. Esses elementos, por muitas vezes, receberam tratamento e qualidade ambiental que destoavam ao da própria cidade, com aplicação de maiores investimentos para que fosse possível a sua melhoria e atuasse sobre este o marketing urbano desejado, para promoção da cidade bem como das administrações. Desta forma, como marca da “nova urbanização”, as praças, dentre os espaços públicos, surgem e encabeçam, visto sua significação histórica e sua representatividade, o conjunto de “objetos-espetáculo” projetados por importantes nomes da arquitetura contemporânea e sendo por si só forte elemento urbano capaz de traduzir os signos e estéticas do novo mundo globalizado.

Nesse sentido, estudar a “praça” como símbolo das intervenções na cidade contemporânea, aparece como importante registro histórico e crítico de um elemento que

traduz e carrega consigo testemunhos da história presente e passada. Neste processo de difusão de revalorização da praça pública como palco da vida urbana, surge a necessidade de discuti-la sob as bases da nova arquitetura da cidade, na qual nota-se destacada intenção de mercantilizar o lugar e construir imagens que possam ser apreendidas, vendidas e consumidas. É conhecida a escassez de bibliografia – sejam publicações editoriais ou artigos, este último em um número mais expressivo que o primeiro – que trate especificamente deste tema.

É possível notar, ainda que de forma incipiente, uma iniciativa de discussão do espaço público em geral em trabalhos apresentados nos últimos seminários de planejamento urbano e história da cidade[16] e dissertações e teses trabalhadas nos programas de pós-graduação. Visto a amplitude e o quase ineditismo do tema, este trabalho não pretende esgotá-lo, mas lança-se no objetivo de contemplar, como início, a discussão sobre a cidade contemporânea através de suas praças públicas.

1.4 – A PRAÇA: OBJETO-ESPETÁCULO

> As praças são as mãos de uma cidade. Lugar de encontro, ou promessa de encontrar. Exata palavra – que provem do latim PLATEA, e esta do grego PLATYS – resume o sentido da ágora grega e do fórum romano: o espaço do público, da reunião. (LLORCA *apud* De ANGELIS, s/d)

As praças, ao longo da história da humanidade, sempre foram sinônimo de espaços de encontros, reuniões, comércio, centro de manifestações políticas e culturais, local das festas profanas e religiosas. Enfim, palco e cenário da vida de uma determinada sociedade capaz de aglutinar e registrar os estilos e modismos de cada época, atuando, assim, como "coadjuvante da História". Para Sitte (1992), fervoroso defensor da arte das praças, na Idade Média na praça era onde "concentrava-se o movimento, tinham lugar as festas públicas, organizavam-se as exibições, empreendiam-se as cerimônias oficiais, anunciavam-se as leis, e se realizava todo tipo de eventos semelhantes" (SITTE, 1992:25). A praça foi, portanto, sempre celebradamente um espaço de convivência e lazer dos habitantes urbanos.

A história demonstra que a praça ocidental tem seu embrião na ágora ateniense, local de reunião e discussão dos destinos de muitas cidades. Da ágora, passando pelo fórum romano, pelas praças medievais, renascentistas e modernas até chegar aos dias de hoje, é possível se constatar que as praças desempenharam importante papel na vida das

[16] A exemplo dos dois mais importantes eventos destinados a esta área: Encontro Nacional da ANPUR e Seminário de História da Cidade e do Urbanismo.

cidades. Seja como comércio, seja pelo local de encontro e de sociabilização, seja local de espetáculo ou testemunho de religiosidade, esse espaço público tem sofrido alterações ao longo da história.

A Ágora é a antecessora remota das nossas praças. Em sua origem era o local de reunião dos cidadãos; espaço aberto, foco da composição urbanística onde se fazia o uso da palavra, falava-se de política e se formava as correntes de opinião. Detentora de amplo espaço em local privilegiado na cidade, a Ágora estava rodeada de monumentos e edificações, delimitando áreas sombreadas parar passeio ou reunião.

> ... espaço central e vital, tornado historicamente símbolo da presença do povo na atividade política. Os gregos diziam que havia povos com ágora e povos sem ágora, uns com liberdade e outros sem liberdade. (SALDANHA, 1993:15)

Já o Fórum Romano diferenciou-se da ágora grega por seu traçado complexo, mais desordenado, em que se misturam os edifícios destinados a diversas funções: a basílica, o mercado, os templos e o teatro. Inicialmente o Fórum Romano era um mero espaço aberto funcionando com atividades ligadas ao mercado.

Com o passar do tempo, o Fórum foi sendo complementado com monumentos, templos, onde as edificações imponentes formam uma estrutura. Fórum e Ágora traduzem uma necessidade de se ter um espaço onde fosse possível reunir-se, comercializar, debater idéias, adorar deuses, assistir competições esportivas ou simplesmente ocupar a ociosidade do tempo. Em outras palavras, era necessário um espaço onde se desenvolvesse um conjunto de atividades ligadas às práticas sociais.

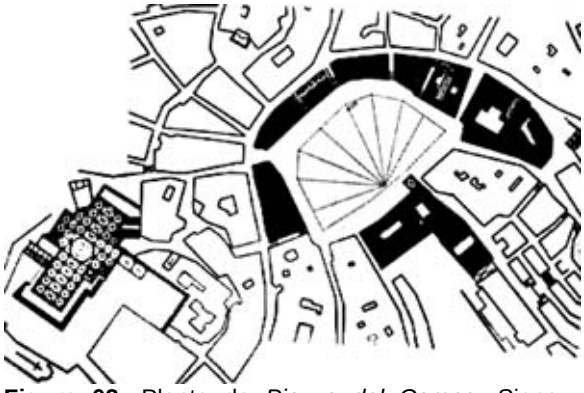


Figura 02: Planta da *Piazza del Campo*, Siena, Itália. (Fonte: DANTAS, 2004)

Na Idade Média, a praça assume um papel preponderante como local de espetáculo. Espaço social por excelência, lugar do mercado, ponto de encontro político, mas também espaço destinado às intensas cenas das relações sociais. Todas as manifestações, resoluções em comunidade, comunicados e toda sorte de comercialização e circulação eram travadas no espaço da praça que, fisicamente, era resultado mais de um vazio aberto na estrutura urbana do que de um desenho prévio. Para Lamas (1993), as praças medievais dividem-se geralmente na praça do mercado e na praça da igreja (adro). As suas funções são diferentes e a sua localização na estrutura urbana também.

Figura 03: *Plaza Mayor*, Madri, Espanha. (Fonte: DE ANGELIS, s/d)

A *Plaza Mayor* (Figura 03) reporta-se às cidades hispânicas e hispano-americanas, onde a mesma se constitui como elemento central do urbanismo, marcando rigidamente o desenho ortogonal da colonização espanhola. Ao longo do século XIV, a Praça Maior sofre uma evolução funcional deixando de ser meramente ponto de mercado para se converter em lugar de reunião e contato social dos habitantes da cidade. No século XV, a praça conhece seu apogeu, onde passou a ser utilizada como cenário de reuniões públicas de grande envergadura, como espetáculos profanos, mercado semanal, representações teatrais e prática da justiça, aproximando-se, assim, da clássica ágora.

A partir do Renascimento a praça se insere em definitivo na estrutura urbana. As praças renascentistas, através do artifício da perspectiva, foram enriquecidas de novos elementos: pórticos, obeliscos, colunas, fontes, pavimentação. Nesse período histórico, a praça se converte em um dos principais elementos urbanísticos para a transformação e embelezamento das cidades. Ela é entendida como um recinto ou lugar especial, e não apenas um vazio na estrutura urbana. Muito mais que o valor funcional, a praça readquire o valor político-social, além de seu valor simbólico e, principalmente, artístico.

Figura 04: Praça de São Marcos, Veneza, Itália. (Fonte: DE ANGELIS, s/d)

Figura 05: Praça do Campidoglio, Roma, Itália. (Fonte: DE ANGELIS, s/d)

Figura 06: Praça de São Pedro, Roma, Itália. (Fonte: DE ANGELIS, s/d)

O Barroco, que impactou as manifestações artísticas pelo seu forte mote cênico, buscou em suas praças caracterizá-las pela imaginação, criando uma nova realidade. Seguindo esse objetivo, foram projetadas grandiosas e impressionantes praças, principalmente em Roma. Na França, no século XVII, a *Place Royale*, foi marcada por ser o prolongamento externo da corte e do palácio. A praça barroca desenhou-se mais monumental que funcional. A esplanada central expulsa o mercado dando lugar aos jardins, árvores bancos e pérgulas, elementos que passaram a ser “obrigatórios” a partir de então no intuito de ajudar na promoção da sociabilidade. Os espaços abertos são valorizados pela arquitetura. A espetacularidade da arquitetura barroca é refletida também nas praças, em que na teatralidade do estilo se explora toda a forma de exterioridade e de poder.

Na Inglaterra, o Classicismo encontra seu maior representante nas praças particulares da cidade de Bath: *Royal Crescent, Circus* e *Queen Square.* Mais do que praças, esses espaços constituem-se em uma nova forma de habitar, são conjuntos de edifícios dispostos, no primeiro caso, em elipse aberta, cuja fachada principal se abre sobre uma praça, e, no segundo caso, as edificações formam um recinto espacial de forma rigorosamente circular, em cujo centro localiza-se a praça. Giedion (2004) resgata de um *Dicionário de Arquitectura*, publicado em 1887, o significado da palavra *square*: “terreno no qual existe um jardim fechado, circundado por uma via pública que dá acesso às casas situadas em cada um de seus lados”. Os projetos de Bath buscavam uma equilibrada composição espacial baseada em uma nova relação entre arquitetura e espaços abertos, através da introdução da paisagem vegetal no tecido urbano, conformando-se em jardins privados, reservados apenas aos moradores dos edifícios do entorno. Além da inovação arquitetônica dos projetos de Bath constata-se um nascer de uma visão, que se estende até os dias de hoje: a preocupação com a temática higiênico-recreativo e social dentro do traçado urbano.

Figura 07: Circus, Bath, Inglaterra. (Fonte: DE ANGELIS, s/d)

Figura 08: Royal Crescent, Bath, Inglaterra. (Fonte: DE ANGELIS, s/d)

No Brasil, a praça desempenha um papel importante no contexto das relações publicas desde os primeiros períodos de colônia. Desta forma, a presença das praças e largos remonta os primeiros séculos da colonização e ocupa a posição de valorizadores do espaço com função organizacional. Sobre estes espaços caíam as atenções principais dos administradores, pois constituíam pontos de focais na feição urbana, localizando-se ao seu redor a arquitetura de maior apuro, já que eram pontos de concentração da população. As praças no Brasil Colônia estavam, geralmente, associadas aos adros das igrejas ou de edificações como as sedes dos governos, servindo de reunião de pessoas e diversas atividades, não só religiosas como também as de recreio, mercado, políticas e militares.

Observa-se que, a partir do século XIX até as primeiras décadas do século XX, as praças brasileiras passaram a receber alguns elementos e ter maior destaque dentro do tecido urbano, especialmente com o desligamento paulatino da vida sob os comandos religiosos. A partir de então, as praças começaram a receber jardins, coretos, pavimentações especiais, fontes, quiosques e ter um maior cuidado em sua composição, de forma que pudesse contemplar as atividades da nova vida urbana. É um período marcado principalmente pelo ajardinamento dos antigos terrenos nas áreas nobres centrais, cujo entorno é composto por edifícios de relevo na sociedade, e pelas transformações ocorridas pelos intensos processos de modernização abrangendo os espaços públicos. Com reformas cujas referências estavam baseadas nas obras empreendidas por Haussmann, em Paris, as cidades brasileiras foram sendo atualizadas ao gosto e costumes europeus. A praça era, então, o cenário da vida social, caracterizando-se como espaços destinados à recreação, ao lazer e ao passeio contemplativo.

A cidade moderna descrevia a inserção de espaços dedicados a funções relativas às necessidades da própria cidade. Rompendo com o modelo eclético, o lazer moderno

necessitava de funções mais ativas. Nesse contexto, se destacou a forte atuação dos arquitetos paisagistas modernos que foram responsáveis pela alteração na concepção de espaços livres na cidade, especialmente na configuração de seus usos. Para tanto, as praças começaram a englobar em seus programas equipamentos destinados às atividades esportivas e recreação infantil. Surgem, então, quadras esportivas, brinquedos infantis, espaços de recreação. Não apenas no que diz respeito às funções, mas também na sua composição estética, as praças sofreram importantes modificações ao se desvencilhar das formas rígidas e linhas tradicionais do projeto eclético, propondo novas formas de construção do espaço público.

A concepção atual de praças pode trazer diferentes conotações que vão desde pequenas áreas de lazer esportivo em bairros habitacionais até as grandes articulações de circulação urbana, passando por adaptações a espaços privados. Por ser tradicionalmente um espaço de convivência social e de lazer, a sua terminologia passou a ser empregada em diferentes tipos de solo, para diferentes tipos de uso.

Um importante exemplo deste emprego está nas praças de alimentação. Inicialmente implantadas nos *shopping centers* das cidades, atualmente estas podem ser encontradas em outros espaços como universidades, galerias e até mesmo em espaços, a princípio, públicos. Compostas, geralmente, por uma área onde estão instaladas as mesas e rodeadas por estabelecimentos de comércio de alimentos, estas praças acabam por incorporar elementos que resgatam a definição do espaço, como fontes, jardins, palcos e até mesmo bancos tradicionais de praças, além da convivência social, como ponto de encontro.

Outro exemplo ligado às práticas contemporâneas são as denominadas praças de eventos. Estas têm em seu caráter a efemeridade da construção. Destinados a abrigar exposições, shows, apresentações artísticas e manifestações culturais, estes espaços produzem cenários diferenciados de acordo com os acontecimentos. Geralmente, reúne um grande público o que promove uma leitura de espaço ligada a funções mais remotas da praça, quando nesta se exercia as atividades mais ligada ao comércio e aos fatos da vida cotidiana. Configuram-se, de uma forma geral, como um grande espaço livre, diferentemente das praças de alimentação, e de acesso controlado e vigiado, estando em espaços privados.

Desde a ágora, passando pelo fórum romano e ainda pelas praças medievais, renascentistas e modernas, até a praça contemporânea, muitos fatos destacaram sua presença e a tornaram, por muitas vezes, referência dos lugares ao longo da história, desempenhando importante papel – a exemplo da Praça da Paz Celestial, Praça

Vermelha de São Petesburgo, a Praça de São Pedro, entre outras. As praças são, portanto, lugares de grande relevância à cidade, ao cidadão, à sua história, considerando o seu caráter de encontro, no âmbito da vida pública, e de espaço das ações do cotidiano, sejam estas religiosas, culturais ou políticas. Sendo, assim, "a praça é um conjunto indissociável entre um sistema de objetos e um sistema de ações" (QUEIROGA, 2003), possibilitando defini-la e qualificá-la pela natureza dos eventos e dos usos nela verificados.

É verdade que a função de praça alterou-se ao longo do tempo, podendo notar uma perda da sua mais rica significância, verificada na Antigüidade. Uma parcela destas transformações se deve às grandes pressões da dinâmica urbana, que resultaram no aniquilamento de antigos usos e valores em prol das novas necessidades. Mesmo nas cidades que optaram pela conservação de frações de seu tecido urbano, de importância histórica – incluindo-se aí, também, os espaços livres –, os lugares das antigas praças transformaram-se, ao longo do século XX, em áreas de múltiplos usos, limitando-se muitas vezes ao cruzamento de vias, rotatórias, estacionamentos ou terminais de transportes.

De símbolo de poder e de liberdade (na ágora ou no fórum romano) à redução de estreitos espaços para ordenação do tráfego, o espaço livre público se tornou, em boa medida, local de circulação e estacionamento de veículos. A nova organização espacial das cidades tinha, portanto, como objetivo atender às exigências do tráfego, sendo, por algumas vezes, necessária a destruição ou a reformulação das praças – como o caso da Praça da Independência, em Belo Horizonte, que se tornou uma rotatória – para uma maior fluidez do trânsito permitindo passagens, cruzamentos e uma melhor distribuição do sistema de vias, de acordo com a demanda dos fluxos.

Com a crise e a crítica à arquitetura e urbanismo modernos, a partir do final da década de 1950[17], vão surgir as primeiras manifestações e protestos a respeito da qualidade do ambiente urbano construído e como este vinha sendo produzido. Despertam os adormecidos valores históricos e tradicionais, em um crescente interesse pelo vernacular, recuperando e reinterpretando os símbolos tradicionais e populares. Há, nesse momento, o resgate do espaço urbano tradicional retratado em obras teóricas do passado, como a de Camillo Sitte[18], de 1889. Com isso, iniciou-se a busca pela construção de espaços com referências na arquitetura não erudita, através de um desenho espontâneo, voltando

[17] A exemplo do Team X, como um movimento de ruptura dos CIAMs na busca da redescoberta da cidade, da vida da rua; da Internacional Situacionista, rejeitando os modelos e propondo uma reversão dos valores; e do Archigram, na crítica aos valores da sociedade de então com apresentação de propostas urbanas utópicas e irônicas.

[18] SITTE, Camillo. *Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen.* (1889)

a atenção para os elementos formadores do tecido urbano e seus significados, ignorados e combatidos pelo Movimento Moderno. Era necessário “superar a abstração funcionalista dos planos de ‘manchas e zonas’, e chamar atenção à forma da cidade como construção espacial concreta” (SOLÀ-MORALES *in* ALMEIDA, 2001:102)

A partir de então, a importância do pedestre como parâmetro para o projeto do espaço público da cidade ganhará força e norteará importantes intervenções. Nas áreas centrais, principalmente, a necessidade de absorver o grande fluxo de pedestres, fez com que o cidadão retome alguns espaços perdidos para os veículos automotivos, proliferando-se inúmeros calçadões, praças, largos e jardins, mesmo que estes tenham a conotação de espaço de passagem.

Para Ghirardo (2002:45-48), enquanto “o espaço público, nos séculos XIX e XX, tem sido definido de forma otimista como o espaço do coletivo, compreendido não como pertencente a um indivíduo, uma classe ou uma corporação, mas ao povo como um todo”, o final do século XX se caracteriza pela “interpretação do espaço público de duas formas afins: como espaços para o consumo e como espaços a serem segregados de maneiras muitíssimo específicas, a serem monitorados e controlados”.

Por ser um espaço urbano de grande visibilidade, a praça esteve e está suscetível a essas transformações de caráter modernizador, seguindo os pensamentos e preceitos vigentes a cada época, através de ações, por parte dos poderes públicos, que ao longo da história, e mais visivelmente a partir do século XX, empreenderam inúmeras intervenções. Nesta intenção, algumas destas intervenções provocaram substituições nas velhas e tradicionais estruturas paisagísticas por outras mais contemporâneas e atualizadas. Desta forma, a praça tem resgatado o seu papel de um importante instrumento para a introdução de uma série de mudanças estéticas e comportamentais propagadas pelas grandes e importantes cidades.

A praça contemporânea tem por finalidade constituir um espaço atrativo de encontro, de reunião, de acontecimentos. A retomada da praça também pode ser entendida como uma reação a uma vida reclusa aos espaços fechados – em ambientes climatizados e protegidos –, nos quais a sociedade teve que se abrigar, e ainda se abriga, em decorrência dos fatores gerados pelas turbulências da vida nas grandes cidades: velocidade dos automóveis, poluição, ruídos, insegurança das ruas. Conseqüentemente, os olhares voltados para a requalificação deste elemento urbano, fez com que as praças – que, por muitas vezes, representam um espaço tradicional na história urbana de uma determinada cidade – começassem a receber, através dos processos de intervenção

projetual, novas conotações simbólicas e de valores, adentrando um processo de "resignificação".

Exemplo deste processo de "resignificação" como resgate simbólico do *locus* em um processo de afirmação e renovação da cultura e representatividades locais, a *Schouwburgplein* (Figura 09), projeto da West 8 Architects (1991-1996), localizada no centro da cidade de Roterdã[19], na Holanda, utiliza-se da figura dos guindastes do porto como referência para o desenho dos postes de iluminação da praça. Assim como, em Barcelona, na Espanha, na *Plaça Real* (Figura 10), projeto de Frederico Correa e Alfonso Milà, os autores utilizaram a inspiração em Gaudí, um dos grandes "símbolos" da cidade, para também construir o desenho dos postes de iluminação em uma tentativa de resgate da cultura local. No Brasil, essas referências com as representatividades locais estarão presentes em inúmeras intervenções nas praças públicas, a exemplo da Praça do Ferreira (Figura 11), projeto de reforma de Fausto Nilo e Delberg Ponce de Leon (1991-1992), em Fortaleza, no Ceará, onde pórticos metálicos com coroamentos triangulares fazem uma releitura dos frontões do casario eclético do entorno da praça, ou a Praça do Marco Zero (projeto de reforma: Fernando Borba e Reginaldo Esteves, 1999), em Recife, em Pernambuco, onde o painel da Rosas dos Ventos do artista Cícero Dias, faz referência à história do local. Desta forma,

> A memória se tornou uma obsessão cultural de proporções monumentais em todos os pontos do planeta. (HUYSSEN, 2000:16)

Figura 09: Schouwburgplein, Roterdã, Holanda. (Fonte: www.west8.nl)

Figura 10: Plaça Real, Barcelona, Espanha. (Fonte: www.barcelonagallery.com)

[19] Roterdã é considerada uma das mais importantes cidades portuárias da Europa.

Figura 11: Praça do Ferreira, Fortaleza, Ceará. (Fonte: cartão postal da cidade)

Figura 12: Praça do Marco Zero, Recife, Pernambuco. (Fonte: cartão postal da cidade)

É fato que o termo "cultura" expandiu-se de tal forma que pode abranger grande parte, senão todas, as dimensões da vida social. Tudo atualmente tem seu fator, aspecto ou caráter cultural. Como não poderia deixar de ser, o valor cultural é também utilizado como mote e instrumento para revitalização urbana, transformando-a em sinônimo de lucro e rentabilidade podendo ser fundida, ou confundida, com a própria economia[20].

> No momento em que as cidades passaram a ser encaradas como um repertório de símbolos, tudo virou cultura. Para ser mais específico, patrimônio a ser preservado. (ARANTES, 2001:138)

Neste sentido, as áreas centrais, principalmente, por serem detentoras de grande significação histórica e cultural, passaram a ser alvo de um processo de renovação como forma de reafirmação da importância da identidade local, como forma de acumulação de "capital simbólico". Uma imagem que anteriormente traduzia uma cidade em crise, mergulhada no caos urbano, tem sua realidade passada da matriz "preto e branco" para as "cores", tentando revelar uma condição de "cidade pretensamente feliz".

A constituição desses "particularismos" e das memórias das cidades históricas depende da intenção do que se quer selecionar como simbolicamente representativo, muitas vezes não sendo este recorte a imagem cultural real do lugar. Isto é possível dada a imparcialidade da operação e atuação dos poderes públicos e da iniciativa privada que acabam por traduzir memórias difusas e confusas. A reapropriação do patrimônio como pretexto para a consolidação da história e cultura de uma sociedade, demonstra o entendimento das políticas contemporâneas de revitalização onde lugares são criados, ou recriados, tradições são resgatadas e "otimizadas", nem sempre respeitando a memória e identidade cultural local.

A praça é, portanto, um dos espaços urbanos mais visíveis e, por isso, extremamente sensível a transformações incentivadas seja pelo poder público, seja pela iniciativa

[20] Otília Arantes (2001) cita o então ministro francês da cultura: "A Cultura é o nosso petróleo".

privada. Desta forma, a praça pública tornou-se um importante palco para a introdução de uma série de mudanças e o lugar suscetível às novas exigências e desejos do mundo contemporâneo.

CAPÍTULO II

SALVADOR: PLANOS E PROJETOS

A partir do início da década de 1990, foi dado o *start* a uma das mais significativas intervenções recentes para a promoção da cultura baiana: o Programa de Recuperação do Pelourinho, com ações na direção de mudar o cenário caótico do Centro Histórico da cidade, que era composto por uma imagem negativa. Área detentora de importante valor histórico-cultural, o Pelourinho exprimiu, não apenas para Salvador – tendo repercussões e servindo de modelo para outras cidades brasileiras –, a concretização prática da vinculação entre a cultura e o consumo em espaços de especial importância simbólica. Emergia, portanto, oficialmente e com grande repercussão, a criação, em Salvador, de lugares detentores historicamente de valor real como objetos para o espetáculo da sociedade de consumo.

A preocupação com a dimensão estética de Salvador, principalmente nas últimas duas décadas, ecoa através dos outdoors, panfletos, encartes, divulgando os prazeres escondidos, ou não, da cidade, seja por sua carga histórica, seja por suas opções de lazer modernas e confortáveis, seja pela alegria e festas populares. As campanhas publicitárias buscam ressaltar as imagens e ícones que representem Salvador, de forma que o consumidor possa identificar a cidade seja pela baiana, pelo acarajé, pelo trio elétrico, ou por alguma porção do tecido urbano: Pelourinho, Dique do Tororó, Lagoa do Abaeté, etc.

> O turismo introduz novos códigos culturais e propõe novos sistemas de símbolos baseados em imagens que substituem a realidade e conduzem a julgamentos segundo códigos impostos pela mídia. (RODRIGUES, 1997:27)

Salvador tem na diversidade étnica e cultural características que lhe confere – ou pelo menos “forçosamente” devem conferir – uma feição singular, manifestada nas práticas religiosas, festas, músicas, arquitetura, culinária, etc. A partir daí tem-se um poderoso arsenal de potencialidades atrativas de forma a legitimar intervenções, principalmente as realizadas em áreas consideradas patrimoniais. A história da cidade transforma-se, portanto, em elemento-chave nos principais processos e estratégias que atingem diretamente a produção do espaço urbano, onde se busca uma utilização mais rentável e/ou uma estética mais atrativa.

A composição do cenário da cidade objetiva encantar turistas e os próprios habitantes: seja através da preocupação e esmero em acentuar os traços marcantes da arquitetura colonial, destacando seus elementos e detalhes arquitetônicos com cores; seja através de abrir grandes espaços livres à circulação, com pisos trabalhados em granito ou fontes-espetáculo, e que se utilizam, em alguns casos, de achados arqueológicos como peças das cenas. O espaço urbano foi sendo transformado em um verdadeiro palco de

simulações e exibições manipulando, assim, o desejo de uma sociedade de consumo, deixando clara a atuação empresarial na promoção da cidade.

Porém, há a necessidade não apenas de atrair olhares externos, mas de obter aprovação por parte de seus próprios habitantes. Ao se dirigir somas de trabalhos e investimentos na recuperação de espaços anteriormente degradados e esquecidos por ambas as partes – população em geral e o poder público –, se promove também um sentimento de civismo, fazendo com que o soteropolitano sinta-se prestigiado ao ver revalorizadas áreas que possuem importante valor na construção da sua própria história. Foi assim, ao ver o Pelourinho sendo transformado, que este mesmo cidadão fez emergir toda a sua baianidade na volta de práticas escondidas ou simplesmente esquecidas, seja através do orgulho de sua religiosidade, seja na sua alma negra, que renasce como configuração de um personagem de essencial relevância no "caldeirão cultural" de Salvador, seja nas singularidades típicas da sua culinária e da sua música, ou mesmo na alegria do baiano.

A utilização da cidade como resposta e espelho dos anseios de uma sociedade de consumo deflagram as reformas dentro dos padrões estéticos "impostos", no intuito de tomar os espaços produzidos, ou reproduzidos, como ingressos num mundo competitivo. O reformar, ou revitalizar, ou recuperar, tornou-se uma manifestação concreta de uma nova maneira de conceber o espaço urbano nos centros históricos, fazendo este parte de um ideal mais globalizado, onde são simplificados e traduzidos os símbolos locais, para que estes componham um "cartão-postal" e possibilitem uma fácil leitura e apreensão do todo por seus usuários temporários.

Portanto, a inserção de Salvador no mercado globalizado através da transformação de seus espaços e potencialidades naturais e histórico-culturais em elementos de um projeto de desenvolvimento econômico, social e cultural tornou-se meta dos últimos anos na administração da cidade. Nesse contexto, as iniciativas de requalificação dos espaços são frutos da seleção no tecido urbano tanto de sítios e elementos de expressivo valor e densidade histórico-cultural como de espaços de "estratégica importância" para a vida da Cidade, que devem significar a síntese e símbolos de uma história secular.

Em um ambiente de globalização, o mercado desprende esforços e discursos a valorizar o exótico. Nesse setor, Salvador procura em seus diversos personagens e símbolos esse diferencial para tornar-se um destaque e promover o seu significado exótico. Desde a batida do Olodum ao lado místico do sincretismo religioso, a cidade se impregna de fatos e representações como pontos essenciais à diferenciação positiva.

> Mais do que nunca, os produtos – inclusive turísticos – devem explorar todas as características que possam **diferenciá-los positivamente dos da concorrência** e procurar não apenas

> satisfazer o cliente, mas também 'encantá-lo', torná-lo fiel; conquistar não apenas a sua lembrança em relação ao produto (share of mind), mas uma participação emocional (share of heart), que leva à preferência sobre os concorrentes. (Pires, 2002:60).

Terra da tão propagada diversidade cultural, Salvador apresenta um tabuleiro variado de produtos para atender as mais diferentes demandas do cliente – seja este o turista ou o próprio cidadão soteropolitano. Do colorido do Pelourinho, das 365 igrejas[21] e as belezas bucólicas proclamadas nas músicas de Caymmi, do artesanato que faz alusão a símbolos notórios do imaginário popular (Pelourinho, Elevador Lacerda, berimbau, baiana de acarajé), da crença diversificada com seus mitos e ritos, do carnaval do som dos trios elétricos, Salvador abre um verdadeiro "mosaico de atrativos"[22] possibilitando sua inserção no mercado internacional. A comprovação deste resultado se verifica no fato da capital baiana ter se tornado um dos principais destinos nacionais do turismo estrangeiro, ficando atrás apenas das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo (ver Tabela 01).

RECEPTORES		
RANKING	**CIDADE**	**%**
1º	Rio de Janeiro	36,9
2º	São Paulo	18,5
3º	**Salvador**	**15,8**
4º	Fortaleza	8,5
5º	Recife	7,5
6º	Foz do Iguaçu	7,4
7º	Porto Alegre	5,9
8º	Florianópolis	5,3
9º	Belo Horizonte	5,2
10º	Natal	4,3

Tabela 01: Fluxo Internacional de Turistas segundo principais Cidades Receptoras, Brasil – 2003
Fonte: EMBRATUR em Salvador em Dados 2006, site da SEPLAM/PMS.

Estas particularidades construíram a imagem exótica da cidade, servindo de ímã economicamente satisfatório:

> Esta Terra de todos os credos, de todos os tons, de muitos sabores e infinitos amores, onde a natureza faz seu reinado, majestosa e grandiosa, te convida a passear pelo encanto de todos os seus cantos e celebrar o melhor da vida! (BAHIATURSA., s/d)

Na sua constituição cultural, a cidade apresenta como um dos carros-chefe o sincretismo religioso, a "Terra de Todos os Santos e de Todos os Ritos" (BAHIATURSA,s/d). As 365 igrejas de Caymmi apresentam todos os seus santos cristãos católicos somados à fé da religião originária da África, dos orixás, patuás e entidades sagradas do Candomblé. Algumas das principais festas populares religiosas reúnem católicos, filhas e filhos de

[21] Refere-se à música "365 Igrejas", composta pelo compositor baiano Dorival Caymmi em 1946.
[22] BAHIATURSA..., s/d

santo, padres, babalorixás e ilalorixás, em um mesmo solo sagrado, a exemplo da Procissão do Nosso Senhor do Bonfim e a Festa de São Lázaro, em janeiro, a Festa de Santa Bárbara, em dezembro, comungando e celebrando em um mesmo culto apesar das crenças diferenciadas.

Esta democracia religiosa vai além das celebrações sendo possível verificar na cidade algumas manifestações de arte urbana, que carimbam espaços da cidade demonstrando a liberdade religiosa existente na cultura soteropolitana, como, por exemplo, os orixás encontrados no Dique de Tororó, de Tati Moreno, ou a escultura da "Cruz Caída", de Mário Cravo Junior, na Praça da Sé, simbolizando um marco católico.

A terra do sincretismo religioso também é a terra da música. Esta ganhou grande destaque nas últimas décadas que vão além dos grandes representantes da MPB, que marcaram história no cenário nacional e internacional[23]. As manifestações musicais como parte do "pacote" dos fetiches culturais vão desde a revalorização do Samba de Roda do Recôncavo ao *Axé* dos trios elétricos.

Em meados da década de 1980, artistas e grupos como Luiz Caldas, Gerônimo, Olodum e outros deram início, através de sucessos como "Fricote" (1986), "Eu sou Negão" (1987) e "Faraó" (1987), respectivamente, ao que se estabeleceu como marca da musicalidade contemporânea baiana. A *Axé Music* integrou-se de forma satisfatória ao carnaval baiano, definindo uma indústria que atrai milhões de pessoas nos dias de festa de momo tendo uma continuidade, sob o mesmo formato, nas micaretas[24].

Além dos sons e cores, Salvador se apresenta ao mercado como a terra dos sabores. O tempero do dendê e da pimenta baiana também aguça os paladares externos em busca desta culinária exótica provocando um sentimento de curiosidade no conhecimento de acepipes como acarajés e abarás, e pratos como moquecas, vatapás, carurus e mariscadas. Os pratos seduzem tanto a partir dos seus ingredientes típicos quanto pelas cores resultantes da mistura desses. E, também, não menos importante, a partir desta arte apresenta-se e divulga-se toda a influência africana na cultura baiana.

Todos esses fatores somados transformam-se em um grande chamariz que conta ainda com um outro elemento extremamente relevante: trata-se do "exótico" do baiano que é a anunciada alegria de seu povo. A contagiante expressão de felicidade do povo baiano estampada nas peças publicitárias turísticas se apresenta como um dos fatores de atração do consumidor confortando-o com a certeza de uma receptividade que

[23] Refere-se a nomes como Dorival Caymmi, João Gilberto, Caetano Veloso, Gilberto Gil, entre outros.
[24] Carnavais fora de época, em várias cidades brasileiras e também acontecendo no cenário internacional como em Barcelona em 2004, com a marca do *modus operandi* baiano.

encontrará ao visitar a cidade. E não é para menos: onde o turista chega há sempre uma "baiana"[25] sorridente distribuindo fitas do Senhor do Bonfim ou posando para fotos – "uma lembrança da Bahia"[26] –, ou mesmo em folders informativos.

A figura da baiana, por exemplo, não é utilizada apenas no âmbito do turismo, mas também se revelou como grande "objeto" de comunicação em massa para a população local, que a identifica como personagem de suas próprias histórias individuais. A exemplo disso, em março de 2006, foram expostos *outdoors* pela cidade divulgando a campanha de vacinação contra a febre aftosa que estampavam ao lado de um bovino a figura da baiana, como se desejando facilitar o entendimento da informação – visto que a imagem da baiana é muito bem aceita pela população como algo formador de sua própria identidade – para uma fácil e inevitável comunicação visual.

Todo esse arsenal de ações, representações, simulações, criações, vem direcionando a cidade de Salvador para um posicionamento de destaque no mercado de cidades. Longe ainda de atingir graus de excelência dos grandes centros mundiais, Salvador é transformada com o objetivo de se destacar cada vez mais neste cenário competitivo, onde a cidade tem buscado dentro de suas maiores referências culturais a sua marca identitária.

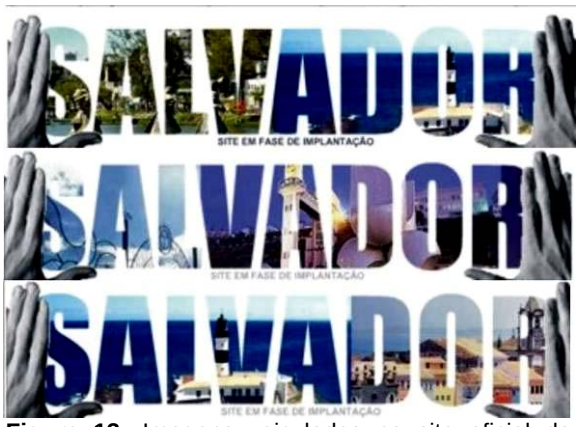


Figura 13: Imagens veiculadas no site oficial da Prefeitura Municipal de Salvador, tendo ao fundo imagens símbolo da cidade. (Fonte: PMS, s/d)

Sob este aspecto, pode se afirmar que a cidade já elegeu seus grandes ícones representativos bem como seus importantes cartões-postais. Ao se referir a Salvador, as imagens urbanas recorrentes são aquelas já incutidas no imaginário coletivo e consolidadas pela mídia: o casario do Pelourinho, o Elevador Lacerda, o Farol da Barra, o Porto da Barra, o Mercado Modelo, além de personagens e atividades, como a baiana, o carnaval, a capoeira, dentre outros. As imagens urbanas são como rótulos que podem facilmente ser absorvidos e adquiridos pelo consumidor sem que este precise ter um conhecimento mais aprofundado, afinal "imagem é tudo"[27].

[25] Nem sempre uma baiana autêntica, mas sim uma estilização da figura da baiana.
[26] Expressão comum entre as "baianas" ao se oferecerem para posar para uma foto – pela qual cobram, naturalmente – juntamente com o turista.
[27] Inversão de um slogan publicitário de uma marca de refrigerantes que pode muito bem ser aplicado ao marketing urbano (VIEIRA, 2000).

2.1 – PROJETOS ESPECIAIS

Observa-se que as gestões públicas cada vez mais estão condicionadas pela lógica e desejos do mercado. Segundo Lopes (1998), os desafios lançados pelas novas condições da globalização levam os administradores públicos a desenvolver um projeto de cidade que, de forma abrangente, envolve diversos setores passíveis de competitividade seja área urbana, econômica, política e/ou social, e, obviamente, alicerçados por um eficiente programa de marketing. Caso contrário, continua Lopes, se não se adequar e posicionar-se a favor dos "movimentos" da globalização, estarão condenadas a perder oportunidades e percorrer caminhos solitários dentro do mercado. Desta forma, a conexão da imagem sintetizadora da cultura local associada ao seu marketing transforma-se em um ponto de fundamental relevância para a promoção das cidades e, para tanto, seus administradores empenham esforços em adequar os símbolos representativos locais às demandas do mercado, orientando, muitas vezes, as ações na cidade de acordo com os desejos do consumidor.

> Estamos diante de políticas de *image-making*, na mais trivial acepção marqueteira da expressão, pois quem diz *image-making* está pensando, queira ou não, em políticas *business-oriented*. (ARANTES *in* ARANTES, 2000:14)

Mesmo não tendo concluído o plano estratégico para a cidade, embora esteja até os dias atuais vinculada ao CIDEU, conforme visto anteriormente, Salvador teve iniciativas práticas que traduziram o pensamento veiculado pelo "novo" planejamento urbano. A postura assumida por grande parte dos gestores urbanos, possibilitou que uma série de projetos mais marcantes começasse a permear o planejamento de Salvador a partir da década de 1990. Sempre com o objetivo de conformar uma nova estética e significado para diferentes espaços públicos, os que no presente trabalho são denominados "Projetos Especiais", visam fortalecer e resgatar alguns espaços simbólicos dentro da cidade bem como figuras e atividades que possibilitem sua respectiva exploração, principalmente, por parte do mercado turístico.

> Os monumentos e o patrimônio histórico adquirem dupla função – obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos. (CHOAY, 2001:211)

Ao examinar o planejamento e ações da administração pública, fica nítida a necessidade de condução de um projeto de cidade que, para promover seu desenvolvimento interno, necessita de afirmação externa perante um mercado globalizado. O exemplo mais recente está no Programa de Estratégia Econômica (2005/2006), desenvolvido pela

Secretaria de Economia, Emprego e Renda da Prefeitura Municipal de Salvador: “Entrego à Cidade o documento da primeira Estratégia Econômica de Salvador. A primeira em 457 anos. Minha administração orgulha-se desse feito”, declara na abertura do documento o atual prefeito (João Henrique Carneiro *apud* SEMPRE/PMS, s/d). Observa-se o enfoque claramente mercadológico como o grande objetivo a ser alcançado dentro das metas traçadas, onde os problemas a serem sanados, seja em qualquer âmbito, passam pela inevitável construção da imagem positiva da cidade.

No citado documento, as ações baseiam-se na premissa de que as grandes cidades e as metrópoles mundiais:

> ... destacaram-se pela **pujança de suas economias**, por suas **expressões artísticas e culturais ou por seus patrimônios arquitetônicos e ambientais**. Nos últimos anos muitas delas formularam seus planos de crescimento, definiram com clareza seus objetivos e se organizaram para cumpri-los. E também por isso se destacaram no contexto global. (grifos nossos) (LEONELLI *apud* SEMPRE/PMS, s/d)

Para chegar ao almejado *status* dos grandes centros urbanos o Programa prevê a necessidade da consolidação da economia da cidade como meio de “elevar sua posição na hierarquia das grandes capitais brasileiras” (SEMPRE/PMS, s/d). Para tanto, delineia sete desafios auxiliares no conjunto das atividades econômicas, dentre as quais, e em primeiro lugar:

> 1) Gerar mais renda para a cidade através da captação de novos recursos pela atração de investimentos e obtenção de financiamentos internacionais, nacionais e estaduais, para projetos na área da cultura, de prestação de serviços superiores e nas atividades de exportação e importação. (SEMPRE/PMS, s/d)

Dentro das diretrizes prioritárias da Estratégia Econômica de Salvador, o programa delineia as principais ações de caráter mais urgente para que a cidade possa se colocar inserida em um cenário mais global. Afinal, Salvador necessita que “a modernidade, a globalização e o crescimento econômico do Brasil e da Bahia funcionem a seu favor” (SEMPRE/PMS, s/d). Para tanto, dentro dos enfoques principais, no que tange ao turismo, por exemplo, observa-se nitidamente a contaminação pelo Planejamento Estratégico no discurso de venda da cidade e de seus produtos. O documento descreve como “ingredientes” do plano estratégico de turismo, entre outras resoluções de cunho prático como melhoria dos serviços de receptivo, a definição de “alvos” do *marketing* turístico que possa abrir novas fronteiras atraindo novos investidores e capital, ou ainda, de forma mais direta, a criação do slogan propagandístico da cidade baseado no *“made in Salvador”* (SEMPRE/PMS, s/d).

Tomando como base essas premissas professadas pelas administrações públicas, observa-se que alguns programas e projetos, no âmbito urbanístico, têm se destacado nas duas últimas décadas tendo em seu embasamento as considerações acerca da importância da mudança da imagem da cidade e a construção de um repertório iconográfico para a representatividade de Salvador diante do panorama internacional do mercado de cidades. Esses fatores, muitas vezes, são tidos como prioritários nas intervenções, tendo desdobramentos na qualidade urbana, na afirmação identitária da população local, nas melhorias de infra-estrutura e, especialmente, na promoção da administração pública responsável, seja esta a Municipal ou a Estadual.

Neste contexto, serão trabalhados aqui os projetos do Promenade da Orla Marítima (1998), dando um novo tratamento paisagístico à orla e potencializando alguns de seus usos; do Polígono da Identidade Cultural (1999), que busca identificar espaços de significação histórica e cultural da cidade no momento da comemoração do seu 450º aniversário; e da Via Náutica (2000), cujas intervenções visam explorar o potencial de transporte e, especialmente, de turismo da Baía de Todos os Santos. Através da exposição destes projetos, pretende-se iniciar uma reflexão acerca da natureza das principais intervenções no espaço público de Salvador, bem como as suas implicações.

O objetivo desta abordagem é esboçar um panorama geral das ações recentes da administração municipal, uma vez que os três projetos citados foram desenvolvidos na primeira gestão do Prefeito Antônio Imbassahy[28], sendo o projeto da Via Náutica em parceria com o Governo do Estado.

2.1.1 – Promenade da Orla Marítima

Tendo a faixa litorânea como referência das intervenções recentes nos espaços públicos da cidade, a orla atlântica de Salvador tem sido alvo de projetos e, em alguns casos, as respectivas implantações provenientes não apenas do poder público como também de algumas ações da iniciativa privada, a exemplo do *Aeroclube Plaza Show*. A orla marítima da cidade se transformou em um terreno fértil para projetos com os mais diversos enfoques e os mais diferentes interesses.

> As ações que estão sendo implementadas ou anunciadas – melhorias de calçadas e novas barracas – são puramente cosméticas. (Paulo Ormindo de Azevedo *apud* PEREIRA, 2006:16)

[28] Antônio Imbassahy foi prefeito de Salvador por dois mandatos consecutivos: 1997-2000 e 2001-2004.

Dentro dos projetos de ações por parte do poder público da cidade, e que suscitou muitas polêmicas[29], está o do Promenade da Orla Marítima, que também, assim como a Via Náutica, teve algumas etapas não executadas, dentro do previsto no programa. O projeto, idealizado pela Prefeitura Municipal de Salvador a partir do fina da década de 1990, tem como objetivo principal requalificar o espaço da orla abrangendo a extensão dos bairros da Barra, Ondina, Rio Vermelho, Amaralina, Pituba e Armação com obras de alargamento dos passeios, reorientação e reorganização do tráfego, instalação de equipamentos e projetos de desenho urbano em alguns espaços, além de definições de mobiliário urbano, iluminação e paisagismo.

Percebe-se, através do mapa (Figura 14), que o parcelamento do Projeto Promenade da Orla Marítima reforça o caráter pontual e fragmentário da intervenção. O Projeto Promenade foi dividido em trechos que em alguns momentos são contínuos e, ao mesmo tempo, criam "hiatos" no tratamento da frente marítima. Seguindo no sentido Barra-Armação, o projeto divide-se em cinco regiões, divididas em três trechos: o Promenade da Barra, que se estende do Forte de São Diogo ao Morro do Cristo; o Promenade Ondina/Rio Vermelho, que compreende dois trechos (da praia de Ondina até o Restaurante Sukyaki e da praia da Paciência até o Largo da Mariquita); e o Promenade de Amaralina/Pituba/Armação, também com dois trechos que vão da praia de Amaralina até a praia de Armação.

Legenda

1. Promenade da Barra;

2 e 3. Promenade de Ondina/Rio Vermelho;

4 e 5. Promenade de Amaralina/Pituba/Armação.

Figura 14: Projeto do Promenade da Orla Marítima e a divisão dos espaços. (Fonte: SEPLAM/PMS, 2004)

[29] As polêmicas maiores foram referentes, principalmente, ao projeto de alargamento do passeio em balanço sobre a praia da Barra e Rio Vermelho, que incluía a destruição da balaustrada construída nas primeiras décadas do século XX.

É possível notar, de acordo com as manchas assinaladas no mapa, alguns “hiatos” nas intervenções urbanas: são espaços em que o espaço público junto ao mar desaparece e a orla marítima é ocupada por construções, geralmente de uso privado, interrompendo o “promenade”, o caminho. Correspondem, entre outros, ao trecho entre o Clube Espanhol e o Ondina Apart-Hotel, em Ondina, onde diversos edifícios de apartamentos, hotéis e a Base Militar da Aeronáutica estabelecem uma interrupção entre o espaço de uso coletivo e o Oceano Atlântico; ao trecho da Pedra da Sereia, entre o Restaurante Sukyaki e a balaustrada da praia da Paciência, no Rio Vermelho, ocupado por alguns edifícios e casas residenciais e pela invasão Alto da Sereia; e ao Monte Conselho, em que o acesso ao mar hoje é privilégio dos moradores dos edifícios de luxo e dos hóspedes dos hotéis ali localizados.

O projeto do Promenade da Barra (Figura 15), projeto de Chango Cordiviola e UMK Arquitetos (1998), foi proposto para um dos espaços referenciais mais significativos da cidade . Este trecho se caracteriza por abrigar as praias da Barra e do Porto da Barra e é marcado pelos Fortes de Santo Antônio da Barra, encimado pelo Farol, e de Santa Maria, elementos de forte identificação da cidade de Salvador no mercado externo. Localiza-se nesse trecho um dos importantes cartões-postais da cidade, tendo, portanto, valor referencial na imagem da cidade. Desta forma, a intervenção nesta área especificamente da orla trará, além de melhorias de infra-estrutura para a cidade, uma nova imagem, atualizada e dentro de uma estética contemporânea, urbana que possa ser veiculada juntamente com o Pelourinho, a baiana do acarajé ou a roda de capoeira.

Este trecho do Promenade foi subdividido em função dos acidentes geográficos. Assim, o projeto se apropria das enseadas e pontas naturalmente existentes para assinalar uma seqüência de marcos, como destaques referenciais, intercalados por sub-trechos lineares que se desenvolvem ao longo das enseadas.

Os principais marcos receberam um tratamento especial para enfatizar sua importância no contexto. Para tanto, destaca-se a esplanada em frente ao Forte de Santa Maria (Figura 16), o monumento a Stefan Zweig e a Ponta do Padrão (Figura 19) na área em frente ao Farol da Barra (Figura 17), projeto de Chango Cordiviola e UMK Arquitetos, além do Morro do Cristo, projeto de Assis Reis (Figura 18). Estes espaços, mais amplos, foram alvos de uma nova linguagem no projeto sendo dedicados um novo desenho de seus respectivos mobiliários urbanos, pavimentação, paisagismo, iluminação e acessos. Nos sub-trechos lineares é previsto o alargamento do passeio através de um balanço sobre a areia da praia, bem como uma redefinição dos acessos.

Esta proposta de alargamento provocou uma grande polêmica, seja devido ao avanço do passeio sobre a praia, que segundo aqueles que se opuseram ao projeto provocaria um sombreamento na faixa de areia, seja devido à substituição proposta da balaustrada existente por um novo guarda-corpo. Até mesmo a questão da segurança foi utilizada contra a execução deste projeto, uma vez que se argumentou que a zona sob o balanço se transformaria em abrigo de sem-tetos e ponto de uso de drogas e de realização de outras atividades ilícitas. Além de aspectos ligados à apropriação do espaço, o projeto apresenta em sua composição, no elemento do balanço, a forma de onda fazendo uma alusão ao espaço onde o mesmo estaria sendo inserido. Como uma forma lúdica de trabalhar a plástica do projeto, o calçadão traria ainda esse formato na tentativa, talvez ingênua, de identificar-se com o local.

Visando minimizar as críticas ao projeto, os seus autores propuseram posteriormente que, com a execução do balanço que permitiria o alargamento do passeio, a balaustrada existente fosse relocada para o novo limite.

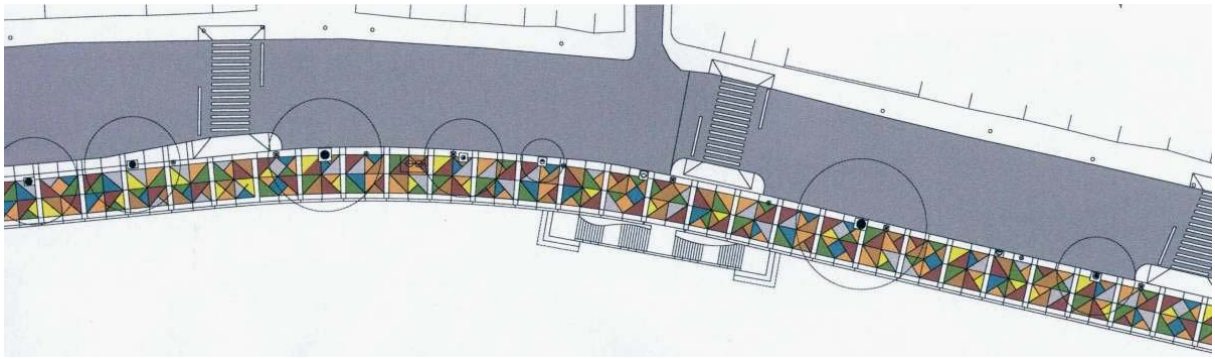


Figura 15: Projeto Promenade da Barra: alargamento e novo desenho do piso do passeio, com balanço sobre a areia da praia e substituição da balaustrada. (Fonte: UMK Arquitetos, s/d)

Figura 16: Tratamento do entorno do Forte Santa Maria: piso, iluminação, paisagismo e acessos. (Fonte: UMK Arquitetos, s/d)

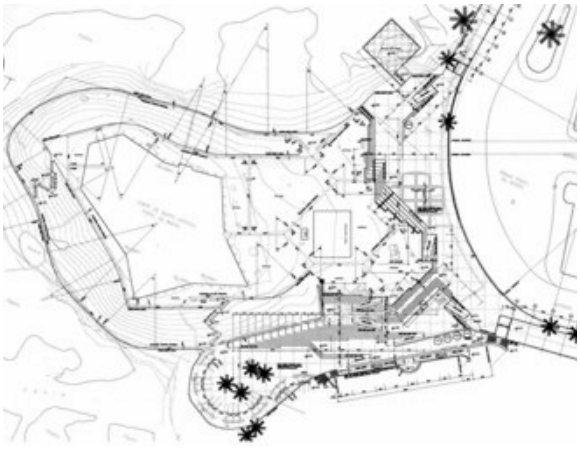


Figura 17: Tratamento do entorno do Farol da Barra: piso, iluminação, paisagismo e acessos. (Fonte: UMK Arquitetos, s/d)

Figura 18: Projeto para o Morro do Cristo. (Fonte: SEPLAM/PMS, 2004)

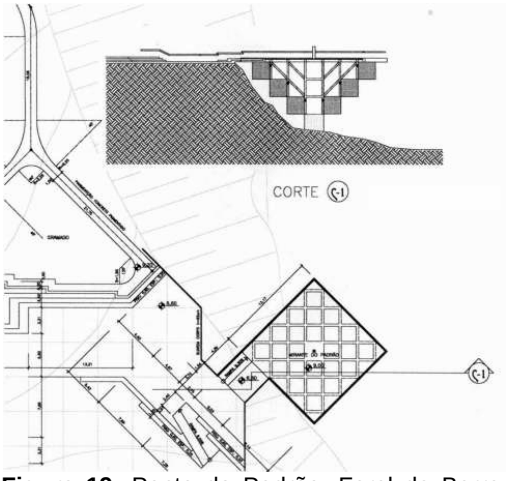


Figura 19: Ponta do Padrão, Farol da Barra. (Fonte: UMK Arquitetos, s/d)

Figura 20: Alargamento e tratamento da calçada do trecho Ondina/Praia da Paciência. (Fonte: SEPLAM/PMS, 2004)

O projeto não executado (projeto: Chango Cordiviola e UMK Arquitetos, 1998) para o Promenade Ondina/Rio Vermelho (Figura 20), trecho que compreende da praia de Ondina até o Largo da Mariquita, dá continuidade à requalificação do passeio ao longo da orla, alargando-o e modificando a paginação do piso, o mobiliário urbano e os acessos à praia. Na Praia da Paciência, com o objetivo de equacionar os problemas de tráfego, se prevê o alargamento da rua e do passeio existentes, com a conseqüente retirada da balaustrada e dos obeliscos construídos no início do século XX. Este ponto do projeto gerou muitas discussões por parte de alguns segmentos da sociedade que vinculavam os elementos existentes à história do lugar. O projeto não executado prevê a manutenção de um dos obeliscos, exatamente o primeiro, no intuito de resguardar a “memória de uma imagem histórica” (SEPLAM/PMS, 2004), como uma forma simbólica de referência ao local. Toda a balaustrada, no entanto, seria substituída por bancos de alvenaria que, sendo mais baixos que a balaustrada existente, possibilitariam uma vista mais ampla do mar.

Além do tratamento do trecho linear Ondina/Rio Vermelho do Promenade Marítimo, o projeto prevê intervenções pontuais nas diversas praças e alargamentos existentes. A Praça Bahia Sol (Figuras 21 e 22), projeto de Daniel Colina (1998), em frente ao IBR (Instituto Baiano de Reabilitação), em Ondina, foi um dos únicos trechos executados e seu projeto teve como objetivo oferecer aos portadores de necessidades especiais uma área adequada ao tratamento fisioterápico e atividades esportivas.

O projeto do mirante de Iemanjá (Figura 23), projeto de Chango Cordiviola e UMK Arquitetos (1998), no bairro do Rio Vermelho, não foi executado e pretendia criar um imenso espaço seco e escalonado que serviria de mirante para apreciar o pôr-do-sol e os rituais de uma das festas mais importante do calendário cultural e religioso de Salvador: a festa de Iemanjá, no dia 02 de fevereiro. Tal projeto também provocou protestos por parte dos moradores do bairro e terminou sendo substituído por uma outra intervenção na qual, por solicitação da comunidade local, o mirante escalonado foi substituído por quadras esportivas e, na extremidade leste, foi instalada uma escultura de Mestre Didi (Figura 24), de forma a marcar o caráter cultural afro-baiano do sítio.

Figura 21: Praça Bahia Sol, em Ondina: adequação aos portadores de necessidades especiais. (Fonte: SEPLAM/PMS, 2004)

Figura 22: Praça Bahia Sol. (Fonte: foto realizada pela autora, 2006)

Figura 23: Mirante de Iemanjá, não executado, no Rio Vermelho. (Fonte: SEPLAM/PMS, 2004)

Figura 24: Escultura de Mestre Didi. (Fonte: DESAL)

Ainda no Rio Vermelho, no espaço que circunda a nova Igreja de Santana (Figura 25), projeto de Chango Cordiviola e UMK Arquitetos (1998), e no trecho compreendido entre esta e o Teatro do SESI, foram propostas modificações na pavimentação, traçados dos canteiros, acessos e mobiliário urbano, além de um novo ordenamento do estacionamento.

Por fim, o projeto da área do Largo da Mariquita e Mercado Municipal do Rio Vermelho (Figura 26), projeto de Chango Cordiviola e UMK Arquitetos (1998), previu a

requalificação do passeio, tratamento de piso, organização do estacionamento no Largo e instalação de quadras esportivas, além de uma fonte monumental no Largo da Mariquita, assim como aconteceu em importantes espaços públicos da cidade.

Figura 25: Espaço da nova Igreja de Santana, no Rio Vermelho: ponto focal da festa de Iemanjá. (Fonte: SEPLAM/PMS, 2004)

Figura 26: Largo da Mariquita e do Mercado do Peixe, no Rio Vermelho. (Fonte: SEPLAM/PMS, 2004)

Figura 27: Promenade de Amaralina, requalificação da praça e tratamento da beira-mar. (Fonte: SEPLAM/PMS, 2004)

O projeto de intervenção da zona do Promenade da Orla Marítima que se estende de Amaralina até a Praia de Armação prevê o zoneamento de áreas de prática de esportes diferenciados, lazer, padronização das barracas de praia, ciclovia, além de um novo tratamento de piso, paisagístico e de iluminação. De autoria do arquiteto Daniel Colina, as intervenções caracterizam-se por pretender dar uma nova imagem à orla marítima, adequando-a especialmente às práticas esportivas e de lazer e buscando uma leitura unificada de mobiliário e equipamentos urbanos. No trecho que compreende o Promenade da Orla de Amaralina (Figura 27), o projeto – atualmente em fase inicial de execução – compreende a requalificação da praça e do passeio no entorno dos prédios residenciais à beira-mar, com o reordenamento do tráfego, tratamento de piso, iluminação com ênfase nas características paisagísticas e "recuperação" do coqueiral da praia.

O espaço compreendido entre o Jardim de Alah e a Praia de Armação foi dividido em três setores (SEPLAM/PMS, 2004), sendo identificadas características diferenciadas. No

trecho que vai da ponte do Rio Camurujipe ao Jardim de Alah (Figura 29) está previsto o alargamento do calçadão com implantação de ciclovia; para o Jardim de Alah está prevista a instalação de parques infantis, equipamentos de ginástica, estacionamento e implantação de *decks* com barracas de praia padronizadas, além da continuação da ciclovia (nesse trecho de forma independente do calçadão). Por fim, para o espaço entre o Jardim de Alah e a Praia de Armação (Figura 30), está programada a implantação de outros *decks*, a exemplo do segundo trecho, além do prolongamento da ciclovia e da ampliação e definição das áreas destinadas à prática de vôlei e parque infantil. Está prevista, conforme a SEPLAM/PMS, a criação de um sistema binário (Figura 28) de vias no intuito de aliviar o tráfego na região na Praia de Armação, conforme a planta abaixo.

Figura 28: Proposta da criação de um binário viário na Praia de Armação. (Fonte: SEPLAM/PMS, 2004)

Figura 29: projeto para o Jardim de Alah, implantação de ciclovia, estacionamento e *decks*. (Fonte: SEPLAM/PMS, 2004)

Figura 30: projeto para a Praia de Armação, continuação da ciclovia, parque infantil e *decks*. (Fonte: SEPLAM/PMS, 2004)

Ao longo de todo esse espaço, de Amaralina a Armação, o projeto enfatiza as práticas esportivas e marca, através da ciclovia, esta intenção projetual, diferentemente dos espaços entre a Barra e o Rio Vermelho, nos quais se vê uma preocupação maior com significados históricos e culturais.

Pautados na “necessidade de adequar o patrimônio em que a Orla se constituiu ao longo do tempo à nova escala da cidade” (SEPLAM/PMS, 2004), os projetos do Promenade Marítimo de Salvador, através da requalificação dos espaços – especialmente o passeio do pedestre – atuam em pontos específicos da orla, seja acentuando o seu caráter simbólico, seja efetuando melhorias para o uso do cidadão, no intuito de construir uma nova imagem da cidade, desde os novos desenhos da pavimentação até a inserção de elementos de representatividade cultural soteropolitana.

O hábito do passeio, como a própria denominação do projeto sugere, voltou à cena nas cidades contemporâneas. Termo de origem francesa, promenade evoca a prática do passeio, do caminhar. Ao centrar suas intenções no prolongamento e em uma conseqüente leitura de conjunto de “calçadão”, o projeto do Promenade de Salvador destaca a orla marítima como um espaço passível para a realização de tal função. Assim como aconteceu em diversas cidades – destaca-se a experiência referencial de Barcelona e toda a requalificação de sua área marítima, no caso mais específico, para o calçadão de Barceloneta – a cidade resolveu, como forma de explorar suas “potencialidades”, olhar para o mar e, com isto, aliar as práticas da sociedade contemporânea à mudança da feição de um dos seus espaços mais significativos. Para as práticas da “nova sociedade” as orlas marítimas apresentam-se com um interessante espaço para atividades esportivas bem como para o convívio social, trazendo as benesses de conhecimento notório.

Juntamente com este fator, e explorando-o como mote de intervenção, está o tratamento dispensado aos espaços da orla marítima, sejam estes de notoriedade simbólica ou de intensa circulação de pessoas, conforme o projeto aqui exposto, na busca de uma integração com uma nova estética para espaços públicos, dentro de “padrões” contemporâneos. Observa-se que há uma visível ação em prol de intervenções e ações que, muitas vezes, passam apenas por um fator meramente estético. Ao efetivar alargamentos de passeios, aplicação de novos materiais de revestimento de piso, instalação de postes de iluminação com um novo “*design”*, entre outros “incrementos”, se tem uma sensação que as políticas de intervenções atuam de forma a compor uma “maquiagem urbana”, em que é necessário, em curto prazo, equacionar questões ditas “urbanas” de melhorias da cidade.

O problema está no fato de que produzir espaços com holofotes e que possam trazer uma boa fotografia da cidade, está longe de se tratar de resoluções de âmbito urbano e de conveniência dos próprios usuários. Desta forma, percebe-se em algumas ações, sejam estas já efetivadas ou aquelas apenas elaboradas, que a construção da imagem

positiva da cidade, tanto para um público externo como para sua população, sobrepõe-se às demandas e necessidades urbanas e da população.

É o que se verifica a partir das polêmicas suscitadas onde nem sempre a intenção dos gestores urbanos reflete os anseios da população local – encontrando-se aí mais uma premissa que denota os aspectos estéticos desfavorecendo os de utilidade pública. Se por um lado o projeto para o Mirante de Iemanjá, que pretendia se constituir, conforme planos dos gestores, em um espaço de apreciação da paisagem local e das manifestações de cultura popular, voltado aos turistas, foi rechaçado e substituído por espaços destinados à prática esportiva por parte dos moradores do bairro.

Por outro lado, as manifestações por parte da sociedade organizada contra a substituição das balaustradas da Barra e da Praia da Paciência, no Rio Vermelho, demonstram que para a população em geral, ou pelo menos para alguns segmentos da sociedade, a resolução de problemas de tráfego – sejam eles de veículos ou de pedestres – não pode prevalecer sobre a preservação de elementos preexistentes ligados à história e à identidade locais.

2.1.2 – Projeto do Polígono da Identidade Cultural

> A requalificação de áreas de expressivo valor histórico-cultural e urbano-ambiental ganha novos significados no atual contexto da globalização. A constituição de uma sociedade pós-industrial – na qual o mercado de bens e serviços simbólicos e culturais passa a ter expressão e significado cada vez maiores – tem levado as cidades a repensar as relações com sua própria história, seu patrimônio ambiental, cultural e histórico. (LORENZO, 2004).

No aniversário de 450 anos da Cidade, em 1999, a Prefeitura Municipal, sob a administração do então prefeito Antonio Imbassahy, lançou-se na empreitada de recuperar os espaços públicos "deteriorados", traçando eixos definidos como concentradores de ícones de importante e significativo valor cultural. A partir desses eixos formou-se então o que se chamou de Polígono da Identidade Cultural da Cidade de Salvador[30], cujo objetivo centrava-se na "busca de reelaborar a imagem urbana como forma de inserção competitiva de Salvador no mercado globalizado de cidades" (LORENZO, 2004).

[30] O Projeto do Polígono da Identidade Cultural será alvo de estudo no Capítulo III, cabendo, a este momento, uma explanação geral da definição do projeto, dos principais objetivos, linhas de ação bem como a exposição de alguns espaços que não serão abordados no Capítulo III.

> Dentro dessa área reside o **grande imaginário da população** dessa cidade. Então, nós **selecionamos um conjunto de intervenções pontuais** em espaços públicos e desenvolvemos projetos, alguns já implantados, onde a gente busca uma requalificação por excelência dessas áreas, dando-lhe um bom acabamento ou substituindo, empregando materiais novos, **dignificando o espaço público**. (grifos nossos) (LORENZO, s/d b)

Com a intenção de fortalecer o "imaginário da população", e mais fortemente, criar a tão almejada imagem urbana, as intervenções nos espaços públicos, especialmente nas praças públicas, seguiram parâmetros e moldes projetuais, facilmente identificados em semelhantes espaços requalificados de outras cidades, que, contraditoriamente, se embasam na busca de uma singularidade local e na contemporaneidade de feição do projeto. As singularidades, tão almejadas como forma de identificação dos lugares, acabam por se assemelharem graças à necessidade de uma leitura, por parte dos consumidores, homogênea e de fácil assimilação.

O resgate da riqueza histórica, da memória, da identidade e da sua cultura no bojo dos discursos para a promoção da cidade e inserção da mesma em patamares mais altos do cenário internacional, fez com que administradores públicos, com apoio da iniciativa privada, se empenhassem, neste momento, na exposição de espaços de significância como um memorial.

Foram, então, selecionados ícones de valor simbólico como a primeira tarefa do Projeto do Polígono da Identidade Cultural, fazendo um levantamento de áreas de forte densidade e representatividade, de lugares-símbolos que pudessem estimular o imaginário popular, tentando, assim, criar um sentimento de apego pelas imagens-sínteses da cidade.

No meio desses objetivos, reverter o processo de degradação dos espaços públicos e promover a sociabilidade das praças tornou-se, também, no discurso da administração pública, uma "tarefa inadiável" e de suma importância na recriação do imaginário da cidade, evitando assim a "morte, pelo arruinamento, deste significativo espaço da identidade baiana e brasileira" (LORENZO *apud* SEPLAM/PMS, 2004).

O Polígono foi dividido, primeiramente, em setores de abrangência incluindo regiões intrapolígono e extrapolígono. A área intrapoligonal, marcada na mancha matriz (Figura 30), constitui-se dos bairros: Centro Histórico, Comércio e Pilar; São Pedro, Campo da Pólvora e Saúde; Tororó, Fonte Nova e Nazaré; Santo Antonio, Barbalho e Lapinha; Piedade, Barris, Aflitos e Campo Grande; Águas de Menino, São Joaquim e Calçada; Roma, Itapagipe e Ribeira; Bonfim, Monte Serrat e Boa Viagem. Já os setores extrapolígono são conformados como áreas de expansão à linha poligonal definida, são

esses: Vitória, Barra e Cristo; Morro Ipiranga, Ondina e Rio Vermelho (SEPLAM/PMS, 2004).

Dividido em etapas, cuja primeira, segundo FMLF (2000), compreende os espaços da Praça da Sé, Praça Castro Alves, Campo Grande e Ponta de Humaitá, o primeiro estudo do projeto foi identificado no trecho que vai da Praça da Sé à Praça Castro Alves, principal artéria urbana da Cidade Alta, que foi subdividida em dois outros trechos: a rua da Misericórdia, estendendo-se da Praça da Sé à Praça Municipal, e a rua Chile, principal eixo do antigo comércio da Cidade Alta. Traçados estes objetivos, a cidade iniciou o processo de requalificação de seus espaços públicos, dentro do Projeto do Polígono da Identidade Cultural, com as obras da Praça da Sé, em 1999

O projeto elege e nomeia três zonas principais da cidade concentradoras de espaços de significação: a Cidade Alta, a Cidade Baixa e o Eixo da Independência, que são chamadas de eixo. Algumas dessas zonas tiveram intervenções iniciadas e concluídas anteriormente ao Projeto do Polígono, algumas iniciadas na administração anterior de Lídice da Mata[31], tendo sido incorporadas ao Polígono por seu valor histórico-cultural.

Figura 31: Espaços de requalificação do Projeto do Polígono da Identidade Cultural da Cidade de Salvador. (Fonte: SEPLAM/PMS, 2004)

[31] Prefeita de Salvador entre os anos de 1993 a 1996.

Figura 32: Mirante dos Aflitos. (Fonte: SEPLAM/PMS, 2004)

As obras na Cidade Alta se concentraram naqueles espaços de maior significado histórico: iniciadas na Praça da Piedade (projeto: Daniel Colina, 1998), passaram pela Praça da Sé (projeto: Assis Reis, 2000) e estenderam-se até a Praça Dois de Julho – o Campo Grande (projeto: Arilda Cardoso e Maria Ângela Cardoso, 2003)[32]. Dentre os demais espaços, foi alvo de intervenção o Mirante dos Aflitos (Figura 32), projeto de Assis Reis (2000), com a instalação de estacionamento, tratamento de piso e iluminação e melhorias de infra-estrutura para que este espaço recebesse uma nova roupagem, visto que nele se localiza a Igreja dos Aflitos e que se trata de um importante mirante para um dos cartões-postais mais festejados e referenciados da cidade: a Baía de Todos os Santos. Vale salientar que o espaço da Igreja dos Aflitos tem a peculiaridade de se abrir para a Baía, não sendo o caso da maioria das igrejas de Salvador que se localizam na primeira cumeada. O projeto do Mirante muito se assemelha com a intervenção feita no Largo de Pirajá (ver Capítulo III), de projeto do mesmo arquiteto, principalmente no tratamento de piso e a quase inexistência de vegetação, transformando o espaço em um piso árido, de um acabamento estético dentro dos "padrões" contemporâneos.

O projeto do Largo Dois de Julho[33] (projeto: Sean Bradley, Sérgio Sá de Carvalho e equipe, 2005) foi escolhido através de concurso promovido pelo IAB-BA (Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento da Bahia), proporcionando a instalação de equipamentos como quiosques, escadarias, além de pergolados e pouca arborização, conforme será exposto posteriormente, no Capítulo III.

Alguns projetos ainda não foram executados e complementam o eixo da Cidade Alta, são estes: a Rua Chile (projeto: André Sá e Francisco Mota) com a previsão de alterações que vão desde o fluxo do tráfego até o alargamento de passeios com novo desenho e revestimento de pavimentação do piso; o Passeio Público (Figura 33), projeto de Assis Reis, situado ao lado do Palácio da Aclamação, com trabalho de reconfiguração do piso e melhorias dos acessos pela Avenida Sete de Setembro e pelo Largo dos Aflitos, com

[32] Estes dois últimos, Praça do Campo Grande e Praça da Sé, serão alvos de estudo no Capítulo III, no sub-item "Estudo de Casos".
[33] O Largo Dois de Julho será tratado mais adiante, no Capítulo III, juntamente com os demais espaços do Polígono.

ligação para o projeto da Via Náutica; e o Largo de Santo Antônio Além do Carmo (projeto: Assis Reis), em que é prevista a instalação de equipamentos para atender particularmente à população local.

Figura 33: Passeio Público. (Fonte: SEPLAM/PMS, 2004)

No eixo denominado da Cidade Baixa, a Praça da Inglaterra (projeto: Assis Reis, 1998), localizada no Comércio, teve suas obras concluídas anteriormente ao projeto do Polígono, sendo incorporada como espaço referencial no conjunto das intervenções. O reconhecimento dos elementos e espaços de representatividade inicia-se no Elevador Lacerda (Figura 34), projeto de Daniel Colina (2002). Símbolo marcante da cidade, a presença deste transporte que liga a Cidade Baixa à Cidade Alta, tem importante valor de referência tanto para a divulgação de Salvador exteriormente – sendo excessivamente publicado em imagens – como para os próprios soteropolitanos que reconhecem seu *locus* através da imagem do elevador, sendo um dos marcos visuais mais importantes da cidade.

Nas intervenções, foram efetuadas obras de otimização do funcionamento, com a instalação de catracas eletrônicas, a climatização dos espaços de acesso público, a troca do revestimento interno, além da implantação da iluminação cênica. Observa-se a aplicação do granito em todo o revestimento interno da construção, buscando uma identificação com o que seria uma intervenção aos “moldes contemporâneos”. O granito tornou-se um material de freqüente aplicação nas reformas das cidades, de uma forma geral, associando a este uma configuração atual de arquitetura. Este fato pode ser percebido não apenas em obras públicas, mas também nas fachadas de edificações privadas mais imponentes, o que gerou, e ainda gera, sérios problemas de manutenção

quando o mesmo é não é corretamente especificado ou tem falhas em sua aplicação, proliferando um grande número de fachadas com infiltrações e com falta de revestimento.

Na Península de Itapagipe, o Largo da Madragoa (projeto: GERPRO/Fundação Mário Leal Ferreira, 2003), se caracteriza pela inserção, principalmente, de equipamentos destinados à realização de esportivas e recreativas, tendo um importante destaque para alguns parâmetros de adaptação dos acessos aos portadores de deficiência, algo que foi relegado em muitos projetos, havendo significativos prejuízos a este grupo de pessoas[34]; o Largo do Papagaio (projeto: GERPRO/Fundação Mário Leal Ferreira, 2003) foi redesenhado com enfoque nos usos esportivos e de lazer; e, por fim, a Ponta do Humaitá (Figura 35), projeto de Assis Reis (2001) transformou-se em mais um ponto atrativo na cidade, principalmente pelo pôr-do-sol ali apreciado, adequando o espaço com nova pavimentação, construção do píer além da instalação de equipamentos náuticos.

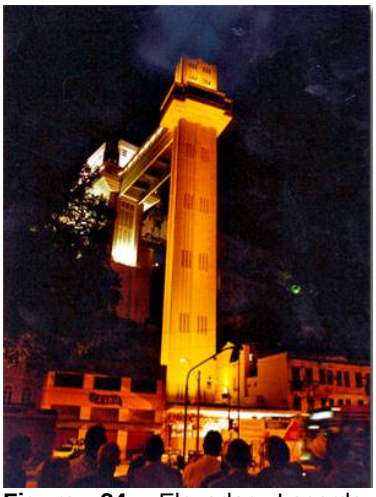


Figura 34: Elevador Lacerda, vista noturna: referência da cidade. (Fonte: SEPLAM/PMS, 2004)

Figura 35: Ponta do Humaitá. (Fonte: SEPLAM/PMS, 2004)

Os principais projetos ainda não executados, para este eixo, são: a Praça Cayru (projeto: Luiz Antonio de Souza, Luís Fernando Senna e equipe), também vencedor de concurso público promovido pela Prefeitura Municipal de Salvador com o IAB-BA; e o Mirante do Bonfim (projeto: Assis Reis), promovendo no alto da colina um espaço de belvedere.

Por último, a zona definida e denominada Eixo da Independência que se inicia no bairro da Lapinha estendendo-se por toda a Estrada da Liberdade até o bairro de Pirajá, demarcando, assim, o roteiro das manifestações do dia 2 de Julho, em referência a Independência da Bahia, tendo nos espaços identificados referências a símbolos e personagens da luta que marcou a história da Bahia. Neste eixo foram destacados três largos, que serão tratados de forma mais aprofundada no Capítulo III. Ressalta-se aqui

[34] Para maiores informações e detalhes a respeito do assunto ver COSTA, 2006.

que todos os projetos identificados neste eixo são de autoria do arquiteto Assis Reis, também autor do Projeto do Polígono, assim como outros já identificados anteriormente, não tendo passado os mesmos por processo de concurso. Neste eixo todos os projetos foram executados e à exceção do Largo da Soledade, os demais já haviam sofrido as últimas intervenções, anterior ao Polígono: o Largo da Soledade (Figura 36), projeto de Assis Reis (2000), no início da Estrada da Liberdade, com a reforma e nova paginação do piso tendo o monumento de Maria Quitéria como centro do desenho; o Largo da Lapinha (Figura 37), projeto de Assis Reis (1998), executada a recomposição do piso, encontrando-se o mesmo abaixo do nível da rua, e instalação de mesas para jogos da comunidade local, além de anfiteatro e como referência ao 2 de Julho, o busto do General Labatut; e, por último, na outra extremidade, o Largo de Pirajá (Figura 38), projeto de Assis Reis (1998), que teve restaurado o cruzeiro e o panteão dos heróis da Independência da Bahia.

Figura 36: Largo da Soledade. (Fonte: SEPLAM/PMS, 2004)

Figura 37: Largo da Lapinha. (Fonte: SEPLAM/PMS, 2004)

Figura 38: Largo de Pirajá. (Fonte: SEPLAM/PMS, 2004)

Observa-se, com a implementação dos projetos traçados pelo Projeto do Polígono Cultural da Cidade, sejam os executados ou os não executados, o delineamento de alguns aspectos que, ao compará-los com o discurso proferido pelas representações do poder público, transcreve a concretização da construção da imagem midiática, verificando-se este fato desde a própria nomenclatura do Projeto e descrição dos objetivos centrais até os pormenores dos detalhes projetuais, com ênfase a uma leitura de representações culturais.

Outro fato de importante destaque é a contratação de arquitetos para projetos em espaços sem a execução de um concurso público. Durante a administração Imbassahy, em que o Secretário de Planejamento Manoel Lorenzo esteve à frente das obras de intervenção, nesta empreitada de reforma da cidade, verifica-se apenas a realização de dois concursos públicos – Largo Dois de Julho e Praça Cayru, esta última ainda não executada – havendo uma série de projetos que foram executados por arquitetos

convidados pela Secretaria de Planejamento, com destaque para os arquitetos Daniel Colina e, principalmente, Assis Reis, idealizador e mentor do Projeto do Polígono da Identidade Cultural e autor de diversas intervenções dentro do Polígono.

2.1.3 – Via Náutica

> Via Náutica, projeto simples, criativo e de grande apelo promocional. [LORENZO, s/d(a)]

A faixa litorânea das cidades conforma um espaço bastante cobiçado por diversos segmentos. A proximidade com o mar atrai interesses que vão desde a ocupação populacional, geralmente de maior renda, à exploração de diferentes atividades de comércio e serviços, principalmente os ligados à atividade turística e de lazer, graças, principalmente, as suas particularidades naturais, paisagísticas e culturais. Devido a esses fatores, as intervenções nessa área das cidades promovem intensas divergências e calorosas discussões entre os diferentes atores urbanos e que trabalham com enfoques diferenciados em suas colocações. Dentre os mais acirrados destacam-se os discursos ecológicos, do patrimônio histórico e dos investidores imobiliários e empresariais.

Atualmente, o turismo e o lazer vinculados à orla marítima das cidades têm se demonstrado uma relevante fonte de renda e exploração em todo o mundo. As frentes marítimas ou *waterfronts*, como são denominadas pelos especialistas, configuram-se em espaços de grande potencial para os setores recreativos, culturais e turísticos podendo, assim, ser exploradas suas peculiaridades geográficas, históricas e estruturais como forma de atração.

Historicamente, Salvador virou as costas para seu potencial litorâneo, em especial à Baía de Todos os Santos, principalmente após o surgimento dos novos bairros e eixos de expansão da cidade, como o Iguatemi e a Paralela, na década de 1970, o que provocou o histórico esvaziamento e a decadência econômica do bairro do Comércio e de toda a região central da cidade.

> O grande diferencial turístico da Bahia é, sem dúvida, a bela Baía de Todos Santos e a cultura que ela gera no seu Recôncavo. Ao abandoná-la, perdeu-se naturalmente a chance de se desenvolver um produto turístico bem mais exclusivo e, claro, com um potencial de mercado muito superior. (ALBAN, 2005:77)

Porém, nos últimos anos, observam-se, mesmo que lentamente, algumas ações, planos e empreendimentos[35]– seja por parte dos poderes públicos, seja por parte da iniciativa privada – que procuram resgatar esse "grande diferencial turístico da Bahia" de seu estado de abandono. Grandes e polêmicos projetos buscam promover e evidenciar o potencial natural, histórico, paisagístico, cultural e econômico da Baía de Todos os Santos, inserindo as mais diferentes atividades ligadas à cultura náutica através da diversificação das estruturas de lazer e aumento da atratividade local. Em um programa mais global de desenvolvimento do setor náutico, Salvador procura seguir exemplos e modelos internacionais – Gênova na Itália, Barcelona na Espanha, entre outros – e nacionais – nos litorais do Rio de Janeiro e de São Paulo – procurando se destacar dentro desse ramo do mercado.

Para tanto, a partir da década de 1990, é dado marcadamente um novo impulso ao turismo náutico com vistas sobre a exploração da baía. No que tange às iniciativas implantadas ou em implantação, até o momento, em prol deste setor, pode-se destacar a criação do Centro Náutico da Bahia (CENAB) e a instalação da Marina Bahia. O CENAB[36], iniciado em meados da década de 1990, surgiu como iniciativa do Governo do Estado e acabou se configurando em uma ONG (Organização Não-Governamental), estando voltada para o desenvolvimento do lazer náutico, com atividades de projetos culturais, sociais e educacionais, e tendo também, dentro de suas metas, uma forte política de promoção e captação de eventos ligados à cultura náutica. Tais eventos, como regatas internacionais, promovem também a injeção de capital bem como uma expressiva mídia internacional do "produto-Bahia".

> A área de eventos náuticos tem merecido por parte do CENAB atenção especial e importantes empreendimentos nacionais e internacionais têm sido captados, promovidos e apoiados ao longo dos anos, fazendo da Bahia um importante ponto de destino do turismo náutico internacional. (CENAB, s/d)

Dentro das iniciativas de investimentos por parte dos poderes públicos em conjunto com a iniciativa privada, porém com poucas execuções e atualmente sem andamento, um dos projetos de relevante destaque é a Via Náutica.

> Este [Via Náutica] é o maior projeto simples, criativo, tem um grande apelo. Na verdade, nós temos a maior baía do Brasil, um golfo extraordinário, e aproveitamos pouco, a cidade capitaliza pouco esse acidente geográfico. (LORENZO, 2000)

---

[35] Notadamente o investimento da Bahiatursa, por parte do poder público, e de grandes projetos da iniciativa privada como a Bahia Marina o Centro Náutico da Bahia.

[36] Possui atualmente duas sedes: em Salvador, no antigo prédio da Companhia de Navegação Baiana – CNB, no bairro do Comércio; e uma outra marina na Ilha de Itaparica.

Trata-se de uma parceria da Prefeitura Municipal com o Governo do Estado que tem como objetivo proporcionar a exploração das atratividades da Baía de Todos os Santos, principalmente pelo turismo costeiro. Entre as metas específicas delineadas pelo Projeto, estão:

> - implementar um sistema de transporte hidroviário voltado ao lazer e à recreação da população e das demandas turísticas;
>
> - melhorar as condições de acesso a sítios e monumentos de notável interesse turístico, cultural e recreativo;
>
> - promover a recuperação de sítios e monumentos históricos, bem como a reabilitação de áreas degradadas. (SEMPI/PMS, 2000:12)

O projeto da Via Náutica é definido por um percurso de 15 km de extensão onde estão programadas, para a primeira etapa do Projeto, nove estações de parada, no trecho que se desenha do Porto da Barra à Ribeira (Figura 39). O projeto tem como alvo a implantação de atividades ligadas ao lazer, recreação e turismo, envolvendo a construção de atracadouros e a intervenção urbanística nos espaços onde serão instaladas as distintas estações de parada – denominadas de Cais. O sistema de transporte hidroviário, diferenciado da linha regular, bem como os equipamentos de lazer serão explorados por parte da iniciativa privada, ficando a cargo do poder público a fiscalização dos serviços.

Figura 39: Implantação do Projeto Via Náutica: localização dos cais. (Fonte: SEMPI/PMS, 2000)

Há ainda uma proposta por parte da CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – de uma extensão do projeto para que o mesmo possa atingir os municípios que margeiam a Baía, com a instalação de atracadouros, entrepostos

comerciais, espaços culturais e terminais de passageiros (ALBAN, 2005), contemplando um programa que agrega toda a cultura e riqueza do recôncavo baiano.

Os atracadouros estão localizados em regiões de importante valorização histórica, no intuito de cumprir uma das metas do projeto que prevê *"a recuperação de sítios e monumentos históricos, bem como a reabilitação de áreas degradadas"*, em cada espaço serão construídos equipamentos e revitalizados ambientes de acordo com a "vocação" do lugar. Para tanto, foram selecionados os seguintes cais*:* Porto da Barra, Gamboa, Unhão, Porto de Salvador, Bahia Marina, Água de Meninos, Humaitá, Bonfim e Ribeira.

> O roteiro da Via Náutica foi estruturado para abranger pontos turísticos notáveis de Salvador, com o intuito de usufruir simultaneamente da **importância histórica**, da **magnitude cênica**, do **exotismo cultural** e da **riqueza gastronômica** que estes locais oferecem. (grifos nossos) (SEMPI/PMS, 2000)

Figura 40: Cais Porto da Barra. (Fonte: SEMPI/PMS, 2000)

O ponto de partida é o "Cais do Porto da Barra" (Figura 40), praia bastante freqüentada por soteropolitanos e por turistas, especialmente os estrangeiros, situada entre os Fortes de São Diogo e Santa Maria, e que compõe um dos principais cartões postais da cidade[37]. Caracterizada por ser uma praia de águas tranqüilas e limpas, uma pequena enseada no encontro da Baía com o Oceano Atlântico, a praia do Porto da Barra atrai as atenções ficando repleta de pessoas todos os dias da semana, mas especialmente aos domingos, tendo dentre os seus freqüentadores os moradores que possuem um hábito cotidiano de ir se banhar no final da tarde.

Além da beleza natural, este espaço tem grande significância histórica por ser o ponto inicial de fundação da cidade, acolhendo o marco zero de Salvador. O projeto prevê estacionamento de ônibus turísticos, quiosques de vendas de quitutes e artesanatos e, como nos demais cais, a instalação de bilheteria e píer de acesso às embarcações, com apoios voltados ao turismo.

[37] Ao se realizar uma simples pesquisa em sites de buscas de imagens na internet, utilizando a expressão "Salvador Bahia", uma das primeiras imagens captadas é a da Praia do Porto da Barra, geralmente apresentada como Praia da Barra.

A segunda parada é o “Cais da Gamboa” (Figura 41), nas imediações do Forte de São Paulo da Gamboa, importante construção militar do período colonial, tombada pelo IPHAN. O projeto propõe a restauração e adaptação do monumento a novos usos, transformando-o em um Centro Gastronômico, prevendo ainda uma passarela ligando-o ao conjunto do Unhão – onde se encontra a parada seguinte da Via Náutica. Existe ainda a proposta da construção de um teleférico ligando esta passarela ao Largo dos Aflitos, e assim, indiretamente, ao Campo Grande, ao Passeio Público e aos diversos equipamentos culturais e turístico da área, como teatros[38] (Castro Alves, Vila Velha, da Gamboa, do ICBA e do ACBEU) e hotéis.

Figura 41: Cais da Gamboa. (Fonte: SEMPI/PMS, 2000)

A inserção de novos equipamentos na paisagem urbana – a passarela de ligação entre o Forte de São Paulo da Gamboa e o conjunto do Unhão e o teleférico que a conecta aos Aflitos – pretende resolver o problema da acessibilidade ao forte, hoje pouco conhecido, através da sua conexão com a região do Campo Grande e toda a infra-estrutura cultural e de lazer de sua vizinhança. Entretanto, estas intervenções podem representar uma alteração significativa na leitura do frontispício da cidade, da mesma forma como – embora em outra escala – aconteceu com o processo de verticalização do corredor da Vitória.

A terceira parada é o “Cais do Unhão”, onde se localiza o conjunto homônimo, no qual funcionam o MAM-BA (Museu de Arte Moderna da Bahia, projeto de intervenção realizada pela arquiteta Lina Bo Bardi na década de 1960) e o Parque das Esculturas (projetado pelas arquitetas Maria Ângela Cardoso e Rosa Grena Kliass no final da década de 1990). A Via Náutica possibilita um acesso alternativo a este conjunto, aproveitando e adaptando a estrutura do atracadouro existente, vizinho ao restaurante especializado na gastronomia baiana e voltado para o turismo.

[38] Dentre os teatros localizados na área, estão o Teatro Castro Alves (a principal sala de espetáculos da cidade), o Teatro Vila Velha e o Teatro da Gamboa, além dos teatros do ICBA (Instituto Cultural Brasil-Alemanha) e ACBEU (Associação Cultural Brasil-Estados Unidos)

A quarta parada é o “Cais da Bahia Marina”, “concebido de acordo com os padrões internacionais” (SEMPI/PMS, 2000) configura-se com uma área de atracação de barcos e píeres protegidos pelo quebra-mar. O projeto de construção da Bahia Marina conta com serviços de apoio para as manobras náuticas, estabelecimentos de comercialização de produtos e serviços náuticos e com um complexo de restaurantes, suscitou uma grande polêmica não somente do ponto de vista ambiental quanto devido à ortogonalidade do seu quebra-mar, em forte dissonância formal com a forma curva do quebra-mar sul (Figura 42).

> É a primeira marina do Estado com padrão internacional, os serviços e as facilidades encontradas nas mais importantes marinas do mundo. (BAHIA MARINA, s/d)

Figura 42: Vista da Bahia Marina e do frontispício da cidade a partir da Baía de Todos os Santos, com destaque ao quebra-mar ortogonal. (Fonte: BAHIA MARINA, s/d)

O projeto da Bahia Marina, contudo, não foi totalmente executado. Ainda estão previstas construções de algumas torres de escritórios, lojas e serviços que, provavelmente, promoverá uma impactante modificação na paisagem da baía e do frontispício da cidade, criando um obstáculo à visão de quem desce a Avenida Contorno em direção ao Comércio. Porém, sem dúvida, a Bahia Marina desponta como o mais completo e audacioso dos empreendimentos ao longo do projeto da Via Náutica, sendo o único implantado, e atualmente em fase de complementação do circuito, estabelecendo-se como referência em centros náuticos de padrão internacional[39].

A quinta parada é o “Cais do Porto de Salvador” (Figura 43), considerada a estação mais importante do roteiro, inserida também dentro do Projeto de Revitalização do Bairro do Comércio, a intervenção objetiva a instalação de um Complexo Cultural e de Lazer

[39] São 300 vagas em píeres flutuantes, todas com água e energia, pátio para docagem com 2.800 m^2, posto flutuante, *Travel Lift* para embarcações de até 40 toneladas, central de rádio SSB e VHF, infra-estrutura de serviços de manutenção, além de estacionamento, restaurantes e um amplo centro comercial de produtos náuticos. (BAHIA MARINA, s/d)

Náutico para a área dos armazéns 1 e 2 das docas, pautada e inspirada nas experiências e modelos de projetos de mesma natureza que aconteceram em outras cidades.

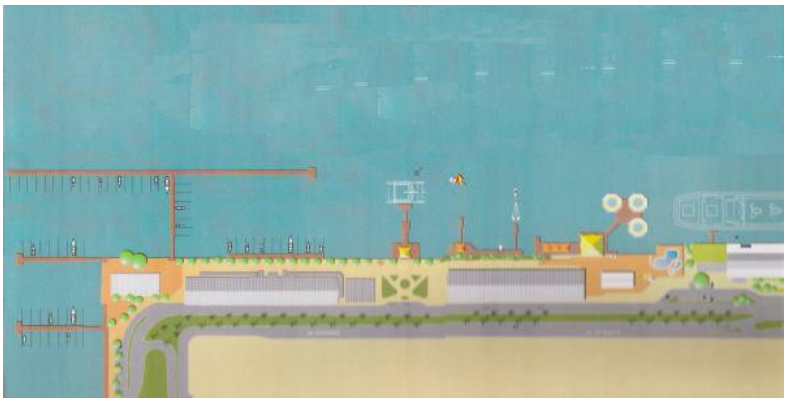


Figura 43: Cais do Porto de Salvador. (Fonte: SEMPI/PMS, 2000)

Alvo também de intervenção dentro do Projeto de Revitalização do Comércio, a área portuária funcionará como um importante pólo concentrador de terminais turísticos, com a previsão de reformulação dos armazéns no intuito de promover o funcionamento do grande centro náutico, com o apoio de restaurantes e bares, a exemplo dos grandes projetos realizados em *waterfronts* em várias cidades do mundo[40].

> incluindo neste escopo a reconversão da referida faixa de cais em área urbana para transformá-la em pólo de atração de novas atividades (...) seguindo os passos de diversas cidades litorâneas no Brasil e no mundo, onde a experiência da transformação de áreas semelhantes constitui um sucesso. (SETIN/PMS, 2006:5)

As diretrizes básicas do projeto de intervenção no Porto prevêem a desobstrução visual para a baía e a partir da baía, com a criação de praças abertas e acessos de circulação livre ao público e com um novo tratamento das fachadas dos armazéns, de forma a buscar uma maior transparência que implique na "melhoria do padrão construtivo e da paisagem" (SEMPI/PMS, 2000), além da instalação de atividades de comércio e serviço que possibilitem a vitalidade diuturna da área com restaurantes, bares, lojas e serviços voltados à prática náutica. O projeto defende ainda o respeito ao *skyline* da cidade, uma vez que afirma que a "riqueza histórica e formal [do frontispício soteropolitano] constitui um dos grandes cenários que diferenciam Salvador de qualquer outra cidade" (SETIN/PMS, 2006:8).

[40] O conjunto histórico da cidade de Boston (a partir da década de 1950); o Inner Harbour, em Baltimore (década de 1960); o Port Vell, em Barcelona (década de 1980); o Porto Antico, em Genova (década de 1980); o Cannary Wharf, em Londres (década de 1980); Puerto Madero, em Buenos Aires (década de 1990). No Brasil um rebatimento dessas intervenções pode ser percebido no projeto da Estação das Docas e do Mercado de Ver-O-Peso, realizado em Belém-PA, a partir da década de 1990, e nos projetos inicialmente não executados para o porto do Rio de Janeiro (Píer e Praça Mauá, Cais da Gamboa, etc) e que incluíam a construção de uma filial brasileira dos museus Guggenheim, projetada por Jean Nouvel, que não foi levado adiante.

Neste último ponto nota-se um desencontro quanto às linhas projetuais definidas para o cais anterior – Cais da Bahia Marina –, embora ambos sejam contemplados dentro do mesmo programa. Assim, o mesmo Projeto Via Náutica define para trechos vizinhos do frontispício da cidade duas abordagens bastante distintas: por um lado é permitida a instalação de grandes equipamentos como as torres de uso misto da Bahia Marina, cuja massa construída criaria obstáculos visuais definitivos na paisagem urbana; por outro lado, utiliza-se a retórica da "desobstrução visual" por não observar e respeitar a "riqueza histórica e formal" da cidade.

Seguindo em direção a Ribeira, a sexta parada é no "Cais de Água de Meninos" (Figura 44), entre a Feira de São Joaquim, uma das mais tradicionais feiras populares da Bahia, e o Forte da Jequitaia. Esta estação é caracterizada por ser um centro de divulgação e comercialização da cultura do Recôncavo Baiano.

Figura 44: Cais de Água de Meninos. (Fonte: SEMPI/PMS, 2000)

O projeto abarca a recuperação do Forte, edifício de propriedade da Petrobras, que funcionará como Centro Cultural para a população local, prevendo a instalação de um curso profissionalizante voltado para o aprendizado das práticas náuticas. Em seu entorno estaria implantado um centro de divulgação e comercialização da cultura do Recôncavo, através do comércio da culinária e de produtos típicos da região, além de serviços de apoio ao turista. Desta forma, esta estação teria um caráter, ou uma "vocação", de valorização e venda da cultura do Recôncavo, possibilitando ao usuário o contato com suas especialidades tradicionais.

A sétima parada no "Cais da Ponta do Humaitá" (Figura 45), cuja estrutura, correspondendo ao cais de atracação, já foi executada, tem como atrativos a apreciada vista da Baía de Todos os Santos e a Igreja de Monte Serrat, monumento individualmente tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Este cais tem a intenção de servir de mirante da cidade – "reforçando sua vocação, enquanto local de

visitação e contemplação" (SEMPI/PMS, 2000) – e, portanto, as intervenções executadas e previstas são de caráter de infra-estrutura.

> O Projeto absorve o conceito de ecologia da paisagem, transformando a Ponta de Humaitá em um verdadeiro mirante de onde se descortina uma das melhores vistas da cidade. (SEMPI/PMS, 2000)

Figura 45: Cais da Ponta de Humaitá. (Fonte: SEMPI/PMS, 2000)

Figura 46: Cais do Bonfim. (Fonte: SEMPI/PMS, 2000)

A oitava parada é o "Cais do Bonfim" (Figura 46), próximo à ladeira do Porto da Lenha, dá acesso à Igreja do Nosso Senhor do Bonfim, um dos principais monumentos religiosos da cidade, também individualmente tombado pelo IPHAN, cenário de uma das principais festas religiosas do calendário baiano: a Lavagem do Bonfim. A Igreja do Bonfim é caracterizada por ser um dos tradicionais pontos de visitação turística, tendo sua imagem já estabelecida como importante cartão-postal da cidade.

A intervenção prevê a instalação de restaurantes, cujos projetos definem um balanço de parte da área sobre o mar – atualmente este espaço é constituído por restaurantes mais populares de propriedade dos habitantes locais –, quiosques de artesanato – com destaque para o comércio das tradicionais fitas do Bonfim – e adequação do espaço para circulação de pedestres bem como para o estacionamento de veículos turísticos. Além do apoio e entretenimento do turista, a intervenção propõe também a inserção de quadras poliesportivas para uso, eventualmente, da população local.

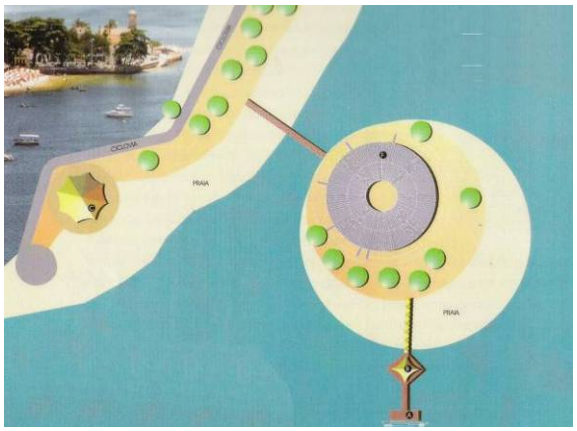


Figura 47: Cais da Ribeira. (Fonte: SEMPI/PMS, 2000)

Por fim, a nona e última parada é o "Cais da Ribeira" (Figura 47), bairro da península itapagipana. Esta última estação tem a intenção de consolidar a vocação náutica da península – onde já se encontram algumas marinas –, recebendo novos equipamentos, com destaque a implantação de um restaurante na coroa de areia existente, próxima à Igreja da Penha, que servirá de apoio e caminho para o píer de atracação. As linhas do projeto dão início a uma série de intervenções voltadas não apenas ao turismo mas também melhorias da infra-estrutura para os moradores do local, com a implantação de ciclovia, calçadão e reordenamento das barracas de praia e de reforço na "vocação" náutica tradicionalmente enraizada na cultura da população local.

Neste roteiro, com forte apelo às imagens e à gastronomia baiana, é traçado um importante eixo de ligação, com vistas ao turismo, entre diferentes regiões da cidade. Ao conectar o Porto da Barra à Ribeira, além de trazer o bairro da península itapagipana para a relação de lugares turísticos, o projeto proporcionaria um passeio pela Baía de Todos os Santos, contemplando o frontispício da cidade, tendo paradas em estações com ambientes construídos de acordo com a "vocação" do lugar. Por exemplo, ao desembarcar no "Cais de Água de Meninos" o turista é convocado ao consumo dos produtos do Recôncavo e duas estações depois, no "Cais do Bonfim", poderá conhecer um dos objetos da religiosidade baiana: as fitinhas do Bonfim, com direito à realização de seus pedidos.

2.2 – ANTECEDENTES: PROJETOS EMBLEMÁTICOS

Durante as duas últimas décadas, o que se percebe é um intenso empenho por parte dos gestores urbanos de Salvador – seja em âmbito municipal, seja em âmbito estadual – na reformulação de espaços de interesse estratégico para a construção de uma nova imagem urbana. Indiferentes, por muitas vezes, ao entorno e às necessidades sociais, estas intervenções têm tido cada vez mais um caráter de formatação e adequação dos espaços às demandas da indústria turística. Ao selecionar cuidadosamente sítios urbanos que apresentam grande potencial de exploração turística, os empreendedores

urbanos, sejam eles públicos ou privados, optam por uma leitura da cidade focada em questões de cunho simbólico – através do resgate de “memórias” e “identidades” –, promovendo uma nova estética urbana e, consequentemente, transformando os espaços urbanos em espaços do espetáculo e do consumo simbólico.

Neste sentido, os programas especiais desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Salvador, abordados anteriormente, são representativos desta estratégia de gestão urbana, enquanto alguns projetos desenvolvidos pelo Governo do Estado a partir do início da década de 1990 foram precursores desta abordagem, ao realizarem uma série de obras que formataram uma nova imagem urbana para Salvador, realçando valores da cultura local (através de uma leitura simplificada e estilizada dos mesmos), mas ao mesmo tempo utilizando como referências modelos globais, como pode ser percebido na inserção de novos equipamentos urbanos e no tratamento paisagístico dado a alguns destes espaços que muitas vezes ignoram o próprio caráter do espaço preexistente.

Neste sentido, foi desenvolvido pelo Governo do Estado, o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) com o objetivo de intervir em trechos urbanos em avançado estado de abandono e desuso, atuando em diversas cidades baianas. Em Salvador, o Programa executou uma série de intervenções conformando um conjunto de obras significativas que buscavam a construção de uma nova imagem urbana, seja através do resgate de espaços de significância histórica, seja na criação de espaços voltados para o esporte e lazer. Os principais projetos executados, no período da década de 1990, foram o Parque Metropolitano do Abaeté (Figura 48), projeto de Rosa Kliass (1992) – com a atração da águas escuras da Lagoa do Abaeté; o Pelourinho, a partir de 1992; o Parque Costa Azul (Figura 49), projeto de José Tabacow (1995) – com pisos, pistas, muros e construções; o Parque do Dique do Tororó (1998); o Parque Metropolitano do Pituaçu (Figura 50); e, mais recente, o Jardim dos Namorados (Figura 51), projeto de Silvio Ramos (1999) – destacado por suas formas e cores diversas.

Figura 48: Parque Metropolitano do Abaeté. (Fonte: MACEDO, 1999)

Figura 49: Parque Costa Azul. (Fonte: MACEDO, 1999)

Figura 50: Parque Metropolitano do Pituaçu. (Fonte: CONDER, s/dc)

Figura 51: Jardim dos Namorados. (Fonte: MACEDO, 2003b)

Também contando com o apoio do Governo do Estado, outros grandes projetos também pontuaram algumas reformulações da imagem e da estruturação da cidade, ocorrendo nestes casos o forte e maciço investimento da iniciativa privada. A partir dos projetos iniciados pelo Governo do Estado no Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, os investidores privados sentiram-se atraídos para também injetarem recursos na criação e construção de espaços voltados ao lazer e ao turismo. Foram os casos da instalação do parque aquático *Wet´n Wild*, na Avenida Paralela, o Aeroclube Plaza Show, com associação direta com a Prefeitura Municipal de Salvador, apresentado como o "Maior Festival Center da América do Sul", e o grande projeto turístico do Complexo de Sauípe, no litoral norte do estado, composto por hotéis luxuosos, pousadas, bares, restaurantes, lojas e espaços para lazer e apresentações culturais.

No âmbito do presente trabalho, foram escolhidos os projetos especiais do Parque do Dique do Tororó e do Pelourinho, como exemplos das intervenções concebidas pelo Governo do Estado, por compartilharem algumas semelhanças e diferenças de interesse de abordagem neste trabalho:

- ambos são espaços de grande importância histórica, cultural e simbólica para a cidade;
- as intervenções executadas possuem nítidas e sabidas intenções de exploração por parte da indústria turística, mais especificamente no caso do Pelourinho, aproveitando-se especialmente do caráter representativo da cultura local, enquanto no Dique há esta exploração porém menos selvagem que no primeiro caso;
- em decorrência destes fatos, esses espaços são sítios com grande potencial para o consumo simbólico e imagético;

- quanto ao aspecto social, o projeto realizado, e ainda em execução, para o Pelourinho não contempla as populações que anteriormente usufruíam destes espaços, em um processo de gentrificação e exclusão social, enquanto no Dique percebe-se uma rica apropriação tanto por parte da comunidade do entorno, mais carente, quanto por parte de integrantes de uma classe mais privilegiada, tornando-se um espaço misto do ponto de vista social.

2.2.1 – Dique do Tororó

> Salvador recupera um dos seus mais belos cartões postais e ganha mais uma área para lazer, cultura e esporte. (CONDER, s/d b)

As intervenções realizadas no Dique do Tororó a partir de 1995, tiveram sua origem na necessidade de saneamento – recorrente nos projetos propostos durante o século XX – buscando recuperar, a princípio, o equilíbrio do ecossistema aquático existente, a exemplo do grande projeto do Bahia Azul, do Governo do Estado[41]. Torná-lo, portanto, um espaço salubre e utilizável pela população estava nos planos e diretrizes das diferentes intervenções propostas ao longo do tempo.

Historicamente, o Dique havia sido posto em segundo plano no planejamento urbano da cidade, apesar das propostas realizadas pelo EPUCS[42] a partir da década de 1940, e da retomada dessas intenções pelo PLANDURB[43], na década de 1970 evidenciarem a preocupação com esta porção do tecido urbano, englobando-o em ações em uma escala mais ampla de planejamento.

Embora o Conjunto Paisagístico e Urbanístico do Dique seja tombado pelo IPHAN desde 1959, a questão da sua recuperação ambiental e paisagística ganhou destaque no planejamento urbano de Salvador apenas a partir de 1992, como conseqüência dos desdobramentos da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92[44]), que promoveu na administração pública uma nova leitura

---

[41] O projeto do Bahia Azul trata-se de um programa de saneamento ambiental cujo objetivo principal é garantir infra-estrutura de esgotamento sanitário, abastecimento de água e controle ambiental para Salvador e cidades circunvizinhas. A ausência de diagnóstico prévio para a avaliação as atividades de implantação de algumas etapas da obra tem se conformado em grandes impactos negativos, especialmente para as comunidades atingidas.

[42] Escritório do Plano Urbanístico de Salvador (1942-1949) formado por uma equipe de técnicos de diversas áreas, dirigidos pelo engenheiro sanitarista Mário Leal Ferreira, com o objetivo de traçar um plano piloto pioneiro para uma nova estruturação da cidade.

[43] Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Salvador, com as primeiras idéias traçadas em 1975.

[44] Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, entre os dias 03 e 14 de junho de 1992, que teve como resultado a elaboração de uma série de importantes

da questão da estruturação de áreas verdes, resultando na proposta de implantação de um parque no Dique do Tororó.

> O projeto proposto e não executado na seqüência do evento promovia a reestruturação do entorno através da duplicação da Avenida Vasco da Gama, da eliminação da Avenida Costa e Silva e da instalação de passarelas sobre o lago – elementos de maior impacto do conjunto e alvo de discussões –, além da limpeza das encostas, da poda da vegetação, do plantio de árvores, da reconstrução do passeio e da instalação de equipamentos (restaurantes, lojas, pedalinhos, etc.) a serem explorados pela iniciativa privada (NOGUEIRA, 2000:104-105).

Tais diretrizes foram alvo de discussões polêmicas entre técnicos, intelectuais, entidades ligadas à proteção ambiental e a sociedade em geral, que atentavam, principalmente, para a exploração privada de uma área pública, pois esta revelaria a "tendência de se lotear a cidade para a satisfação de interesses particulares" (NOGUEIRA, 2000:105).

Em 1995, o Governo do Estado finalmente desenvolveu e implementou o Programa de Despoluição do Dique[45], cujas intervenções seriam cumpridas em um prazo de dois anos, como parte integrante do Programa Bahia Azul, visto anteriormente. Em uma primeira etapa, o foco encontrava-se na criação de mecanismos que pudessem sanar problemas técnicos de dragagem, drenagem, captação e armazenamento das águas, além da eliminação de ligações clandestinas de esgotos que ali desembocavam, provenientes dos bairros do entorno – Tororó, Engenho Velho de Brotas, Jardim Baiano, Vasco da Gama, etc –, que agravavam a situação de degradação ambiental do Dique. A segunda etapa, consistia no processo de revitalizar as águas do lago através da inserção de algumas espécies de peixes, como tambaquis e tilápias, na tentativa de recuperar sua qualidade natural, além do tratamento paisagístico e da reurbanização do dique, dentro do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, com a construção de equipamentos de lazer que pudessem trazer também um aproveitamento turístico do espaço, transformando-se no mais novo cartão-postal da cidade.

> O novo Dique do Tororó é um presente para Salvador e o coroamento de uma política que está devolvendo aos cidadãos áreas de valor históricos, artísticos, cultural e ambiental, inteiramente revitalizadas e prontas para receber investimentos, inclusive da iniciativa privada. (CONDER, s/d b)

O espelho d'água, que possui atualmente uma área de 110 mil metros quadrados[46], teve sua nova configuração inaugurada no dia 02 de abril de 1998, juntamente com todas as

---

documentos, dentre os quais a Agenda 21 cujo objetivo é estabelecer recomendações acerca do desenvolvimento sustentável.

[45] O Programa de Despoluição do Dique atuou conjuntamente com o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas na revitalização e reurbanização do Dique do Tororó.

[46] Esta área era bem maior na configuração original do Dique, abrangia a região que ia dos Barris até as proximidades do túnel da Avenida Centenário.

obras de intervenção no espaço do Dique. Com este projeto de intervenção, o espaço do Dique configurava-se como uma possibilidade da utilização deste marcante sítio urbano para atividades esportivas e de lazer bem como para apresentações de cunho cultural.

> Salvador recupera um dos seus mais belos cartões postais e ganha mais uma área para lazer, cultura e esporte. (CONDER, s/d b)

Dentre as intervenções no Dique do Tororó e no seu entorno, em 1998, foram executadas obras de melhorias na infra-estrutura, como recapeamento asfáltico, sistema de drenagem pluvial, iluminação, estacionamento, calçamento e instalação de sanitários públicos. Para viabilizar a prática esportiva e atividades de lazer foram construídas pista de cooper, píer para pesca e equipamentos de ginástica. Como apoio a toda esta estrutura, buscando atender às necessidades de lazer e cultura, foram instalados restaurantes, praça de eventos, palco, fonte luminosa, além das esculturas dos orixás, de autoria do artista plástico Tati Moreno (Figura 52).

Figura 52: Dique do Tororó com as esculturas dos orixás de Tati Moreno. (Fonte: foto realizada pela autora, 2006)

Expressões como “novo cartão postal da cidade”, “história e folclore”, “espaço de cultura, esporte e lazer”, “novo Dique” e “nova beleza” estampavam as páginas de jornais, discursos de administradores públicos e peças publicitárias espalhadas pela cidade, na época, anunciando a mais nova obra do Governo do Estado e ressaltando a importância da recuperação de um local de grande relevância para a cultura baiana.

> Na primeira semana de abril de 1998, uma forte campanha para a inauguração do *novo Dique* tomava a cidade: outdoors com destaque para as esculturas de Tati Moreno se multiplicavam por vários locais de Salvador, anúncios na televisão e em todos os jornais. (NOGUEIRA, 2000: 120)

Apesar de intenções e ações baseadas na recuperação sanitária e ambiental deste espaço da cidade, percebe-se o forte apelo estético com inserções de referências da

cultura baiana, bem como de equipamentos destinados a certos tipos de atividades, que promoveriam uma mudança de hábito na utilização do local, trazendo-lhe uma maior vitalidade.

Figura 53: Antigas práticas domésticas realizadas no dique, na década de 1920. (Fonte: FGM/PMS, s/d)

Se anteriormente o Dique atendia, mais intensamente, às necessidades dos moradores de seu entorno (Figura 53), seja como fonte de sustento de muitas famílias através da pesca, seja como espaço sagrado para os adeptos do candomblé (a morada de Oxum, o orixá da água doce), seja ainda como espaço de realização de atividades domésticas cotidianas como lavagem de roupa, etc, o Dique do Tororó, após a intervenção, passou a representar, a partir de então, uma "nova beleza" (Figura 54), atraindo não apenas os olhares de sua vizinhança, mas também de moradores de outros bairros que passaram a interpretar o espaço do Dique em toda a sua diversidade. O espaço não estaria apenas vinculado aos usos e interesses de seus antigos usuários, mas passando também a abrigar uma variedade de comércio e de atividades que atendem diferentes interesses bem como diferentes classes sociais.

Nas atividades comerciais há um destacado espaço para a comercialização de alimentos, com a instalação de restaurantes e lanchonetes – Restaurante A Porteira (Figura 55), Pizzaria Cheiro de Pizza, ambos no espaço interno do Dique, e a lanchonete Habib´s, no prédio da antiga estação de energia, no entorno do Dique. Essa diversidade proporcionou uma mescla do público atendido. É possível notar que, por exemplo, no restaurante há uma freqüência maior de uma classe média, enquanto que na lanchonete do entorno, verifica-se o intenso uso por parte de uma classe mais carente[47], devido ao apelo mais popular dos preços de seus produtos.

Além das atividades comerciais ligadas à alimentação, há um comércio informal que acabou por se formar para atender o grande uso do espaço. Os próprios moradores do entorno aproveitam o novo poder de atração do Dique para tirar seu sustento com a venda de sorvetes, lanches rápidos, aluguel de varas de pesca (Figura 56), passeios em embarcações e em pedalinhos. Outro atrativo de grande impacto está nas atividades esportivas possíveis de se praticar no espaço do Dique. Sejam as atividades náuticas,

[47] Há também uma verificada utilização por parte da classe média, mas o fato da instalação desta lanchonete nas proximidades das comunidades mais carentes, faz com que se note uma presença mais maciça e importante desta população, se for comparado com outros estabelecimentos do mesmo porte em bairros mais "enobrecidos".

como o remo (Figura 57), sejam as atividades aeróbicas, a intervenção procurou preencher espaços de forma a atender diferentes públicos, desde o infantil até o adulto. Para tanto, foram instalados parques, pistas de cooper, equipamentos de ginástica, entre outros, que acabaram sendo apropriados por uma diversidade de usuários.

Figura 54: Paisagismo de contenção na margem do lago. (Fonte: VISITEABAHIA, s/d)

Figura 55: Restaurante A Porteira, Dique do Tororó. (Fonte: foto realizada pela autora, 2006)

Figura 56: Prática da pesca do dique. (Fonte: PMS, s/d)

Figura 57: Prática do remo no dique. (Fonte: PMS, s/d)

Para Nogueira (2000:183), o Dique do Tororó representa um “objeto de projeção das fantasias estéticas” na qual se reflete o desejo de inserir valores e padrões externos, que surtissem efeito na promoção da cidade e na valorização da sua cultura. As iniciativas efetivadas na intervenção do dique ressaltam a importância histórica e cultural do local. A autora dá ênfase a uma análise que se baseia especificamente no tratamento estético adotado pelo projeto, o que não é completamente descartado. Porém, com a observação após 8 anos de implantação da intervenção, nota-se que a apropriação social acabou por enriquecer o espaço do Dique, não lhe dando apenas uma conotação superficial de embelezamento do local.

Figura 58: Esculturas dos Orixás, do artista plástico Tati Moreno. (Fonte: PMS, s/d)

As práticas religiosas do candomblé, anteriormente discriminadas[48], foram apropriadas no projeto através da inserção de esculturas de doze orixás (Figura 58), como uma referência às tradições religiosas da "Lagoa Sagrada", denominação dada pelos adeptos do candomblé ao Dique do Tororó, onde eram colocadas oferendas às divindades ligadas à água doce.

O artista plástico Tati Moreno esculpiu em ferro as esculturas dos orixás[49] e dispôs oito delas[50] formando um círculo, como uma roda de candomblé, tendo ao centro um jato de água iluminado, visando abrilhantar ainda mais o cenário onde os orixás poderiam ser "filmados e fotografados, mostrados em todo o mundo" (BERBERT *apud* NOGUEIRA 2000:113).

Nota-se, em suma, que o espaço antes escanteado por parte da população, tornou-se um importante *locus* para as atividades públicas de uma camada da sociedade que, até então, não estava acostumada a integrar o cenário do Dique do Tororó. A inserção da pista de *cooper*, equipamentos de ginástica, restaurantes e outros elementos, serviu de atrativo para o uso do espaço que contava agora com uma feição mais "interessante". Ao se transitar pelos calçadões à margem do dique, verifica-se a utilização por parte de moradores não apenas das redondezas mas também, em expressivo número, de moradores de bairros como Barra, Ondina, Graça, que se deslocam com seus automóveis até o dique, utilizam o estacionamento agora existente e saem para fazer seus exercícios físicos ou, simplesmente, freqüentar os restaurantes ali instalados[51].

---

[48] A prática do Candomblé, com suas raízes na cultura africana, foi por muito tempo marginalizada. Atualmente, constata-se uma valorização e popularização dos rituais e símbolos das práticas religiosas afro-brasileiras. Por conta desta "descoberta cultural", hoje alguns terreiros de candomblé se transformaram em pontos de visitação turística obrigatória, enquanto cartões postais e publicações com as imagens de orixás e a descrição de suas principais características são vendidos no Pelourinho e em outros locais turísticos.

[49] Polêmicas quanto à instalação das esculturas surgiram, à época, de diversos segmentos da sociedade, sendo o debate de cunho religioso aquele que obteve maior repercussão, encabeçado especialmente pelas igrejas evangélicas, pautando-se na crítica à colocação de símbolos representativos do candomblé em um espaço de uso público.

[50] Os oito orixás dispostos em círculo dentro do espelho d'água foram Xangô, Ogum, Iansã, Oxum, Oxossi, Oxalá, Nana, Iemanjá e Oxum. Os quatro restantes – Oxumaré, Ossanha, Logunedê e Exu – foram instalados às margens do dique pelo fato de serem, segundo a tradição afro-brasileira, orixás "da terra".

[51] A utilização dos restaurantes, principalmente o A Porteira, é também bastante intenso visto a proximidade com regiões centrais da cidade, fazendo com que as pessoas que se encontrem ou exerçam suas atividades nessas regiões não precisem se deslocar até os centros do Iguatemi, Pituba ou Itaigara para poder usufruir de um restaurante que tem uma clientela mais específica.

2.2.2 – Parque Histórico do Pelourinho

> Em 1995, o Brasil e os visitantes do mundo inteiro se encantam com a história e a beleza das ruas, becos, praças e casarios do Centro Histórico de Salvador revelam e resgatam, como em um movimento continuo e eterno de resistência e vitória contra o tempo. (SOUTO *in* IPAC, 1995:09)

A primeira intervenção, na tentativa de reversão do quadro de degradação do denominado Centro Histórico de Salvador[52], foi idealizada ainda na década de 1960[53], durante a gestão municipal de Antonio Carlos Magalhães, que previa a restauração do Largo do Pelourinho e das ruas de acesso ao Largo partindo do Terreiro de Jesus. Ao longo do tempo, algumas outras ações foram desenvolvidas mas de forma pontual, como a restauração de alguns imóveis isolados. Da década de 1970 ao início dos anos de 1990, foram aproximadamente 20 planos e projetos para o sítio do Pelourinho sem, no entanto, atingir os resultados esperados (FERNANDES & GOMES, 1995:52).

Apesar de ter passado por momentos de intensa degradação, em que a pobreza da população residente somada à marginalidade que dominava a área agiam como empecilho a investimentos no sentido da recuperação do espaço, o Largo do Pelourinho e seus arredores também viram crescer e se fortalecer, durante esse período, o movimento cultural de grupos negros organizados. A valorização da cultura e da estética afro-baianas através da música, religião, indumentárias, dentre outros elementos, passou a compor o cenário cultural do Centro Histórico, que terá sua maior expressão através de grupos afro-percussivos, a exemplo do Olodum, fundado em 1979 e reestruturado como Grupo Cultural Olodum em 1983, dos blocos Araketu e Muzenza (ambos criados no início da década de 1980), do Ilê-Ayê (década de 1970) e do tradicional grupo Filhos de Gandhy, criado na década de 1950.

> A crescente degradação física da área será acompanhada por um enorme e pujante movimento cultural, reafirmando o Pelourinho como uma espécie de território central numa rede de territórios negros. (FERNANDES & GOMES, 1995:53-54)

Esta fortificação e afirmação da cultura negra, enraizada nas ruas, becos e casarões do Centro Histórico, proporcionou a criação de uma marca forte para o *marketing* de revalorização do local. A "descoberta" do valor da cultura negra aliou-se perfeitamente aos interesses de desenvolvimento da indústria turística servindo de alavanca para o

---

[52] O termo Centro Histórico de Salvador, utilizado aqui, refere-se ao perímetro delimitado e definido pelo IPHAN como Patrimônio Histórico e Artístico, em 1959, e conhecido popularmente como Pelourinho.
[53] Em 1967 foi criada, pelo Governo do Estado, a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural atual IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia).

processo de recuperação do sítio urbano, em que “a negritude do Pelourinho é um trunfo para o sucesso mercadológico da intervenção” (FERNANDES & GOMES, 1995:54).

Figura 59: Símbolos da cultura afro-baiana exposta nas ruas do Pelourinho: a “Baiana estilizada”, o acarajé e as fitinhas do Bonfim. (Fonte: EMTURSA, s/d)

Em 1991, foi elaborado o Termo de Referência que tinha como função orientar todas as operacionalizações do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, executado pela CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia. Tal Programa pretendia reverter o quadro de esvaziamento econômico do Centro Histórico enfrentado nas últimas décadas, preservando e ressaltando sua importância histórica e cultural. Dentre os objetivos traçados no Termo Referência destacavam-se:

> - Dotar o Centro Histórico de Salvador, através da ativação do ciclo econômico, de condições efetivas para a manutenção dos bens e valores culturais de forma continua e eficaz;
>
> - Promover a recuperação e a restauração física da área do Centro Histórico de Salvador, redefinindo sua função em relação à cidade e à região metropolitana;
>
> - Criar condições de desenvolvimento do potencial produtivo e da organização social da área. (IPAC, 1995:18)

No início de 1992, o Termo de Referência foi entregue ao então Governador do Estado Antonio Carlos Magalhães, juntamente com projetos de restauração de quarteirões no Centro Histórico, e dois dias depois os projetos eram aprovados para quatro quarteirões, o que configurou a 1ª etapa do projeto das 7 etapas (Figura 60) em que foram dividido o projeto: na 1ª etapa, realizada entre novembro de 1992 e março de 1993, foram recuperados 89 imóveis de 4 quarteirões; na 2ª etapa, realizada entre abril e agosto de 1993, foram entregues 47 imóveis restaurados, distribuídos em 2 quarteirões; na 3ª e 4ª etapas, entregues em uma mesma inauguração[54], em abril 1994, foram recuperados de 58 imóveis em 3 quarteirões, compreendendo a 3ª etapa, e 140 imóveis, como parte da

[54] Por ser um ano eleitoral (1994), o então Governador do Estado Antonio Carlos Magalhães, que seria sucedido por um dos seus aliados o governador Paulo Ganem Souto, decidiu fazer a inauguração da 3ª e 4ª etapas do Projeto como forma de marcar sua administração a frente do Estado.

4ª etapa; a 5ª etapa, inaugurada em novembro de 1997, contou com a recuperação de 59 imóveis em 2 quarteirões; a 6ª etapa, em 2000, recuperação de 82 casarões e a construção do Quarteirão Cultural, a ser abordado adiante, além das escavações arqueológicas na Praça da Sé; e, por fim, a 7ª etapa, ainda em andamento, prevê a recuperação de 97 imóveis com enfoque à moradia, fazendo parte do Programa Monumenta, uma parceria do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), do Ministério da Cultura e do Ministério das Cidades.

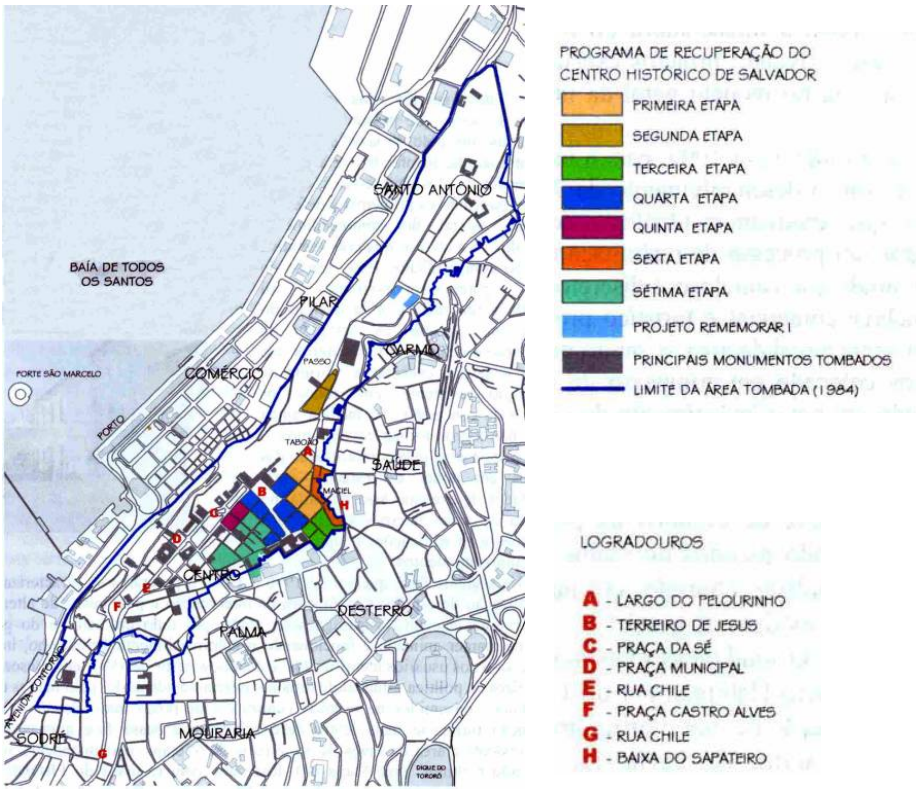


Figura 60: Etapas de Execução do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador. (Fonte: SANT´ANNA, 2004)

As ações, descritas e estipuladas inicialmente pelos órgãos envolvidos, foram regidas por seis categorias de intervenções no espaço degradado dando enfoque à sua importância sócio-cultural, quais sejam: a restauração, com aplicação de metodologias rígidas de restauro; a recuperação estrutural e funcional, observando a conservação da volumetria e função dos imóveis; a conservação, com a manutenção dos exemplares que apresentavam em bom estado; a construção, sob a preocupação de se erguer uma nova edificação e uso para espaços já inexistentes, evitando o falso histórico; a reconstrução, atingindo imóveis parcialmente destruídos, mas que ainda conservava informações que possibilitaria sua recuperação; e, por fim, agenciamento, urbanização e paisagismo, com a criação de praças internas nos antigos quintais dos sobrados.

Tais operações, que perduram até os dias atuais, foram permeadas, nas primeiras etapas, por grandes operações de remoção da população ali existente, pelo fato desta não estar incluída nos planos de recuperação do Centro Histórico. Para se atingir o objetivo de se reconstituir um espaço previsto para atingir o público turístico, não cabia a permanência dos seus antigos ocupantes. Os discursos, que inicialmente previam ações em benefício da comunidade local, foram intencionalmente esquecidos, sendo ignorada qualquer forma de participação efetiva da comunidade local.

> há de se favorecer o desenvolvimento sócio-cultural das populações residentes (...) elaborou-se o Termo de Referência com uma estrutura organizacional embasada na efetiva participação das comunidades residentes. (IPAC *apud* VIEIRA, 2000:174)

Os moradores foram cadastrados e houve uma "opção" maciça pela indenização, com a quantia calculada caso a caso, dentre as três alternativas oferecidas por parte do Governo: a indenização, com o recebimento de uma quantia em dinheiro para a mudança imediata do local; a relocação definitiva, dando ao morador a opção de permanência definitiva no imóvel recuperado em troca do pagamento de aluguel; ou a relocação provisória, onde o morador poderia ficar residindo temporariamente no imóvel até mudar-se em definitivo, sem direito a indenização (IPAC, 1995:21). Os habitantes indenizados "puderam adquirir casas populares em bairros proletários ou de periferia" (IPAC, 1995:21).

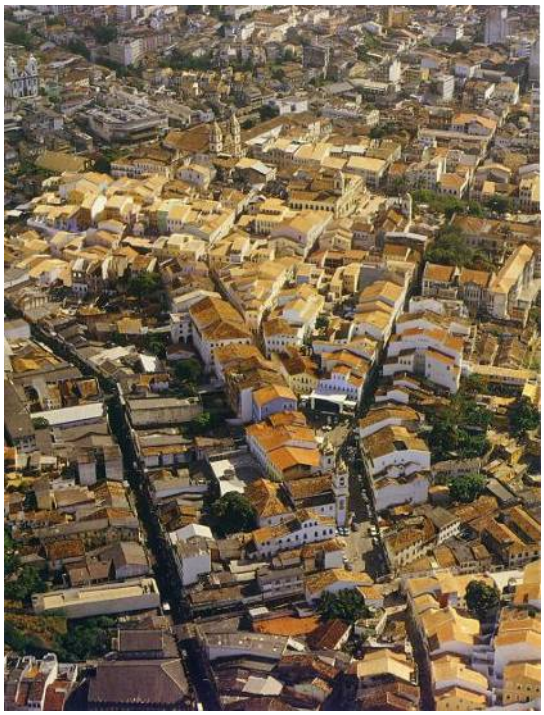


Figura 61: Foto aérea em que se percebe os limites de intervenção e dos turistas no Centro Histórico. (Fonte: IPAC, 1995)

Após a retirada desta população, foi instalado um policiamento ostensivo na área para que pudesse garantir a segurança de seus novos freqüentadores e eliminar a imagem de uma zona perigosa, povoada por delinqüentes, prostitutas e outros personagens marginalizados. Esta ação tornou o Centro Histórico uma ilha (Figura 61) vigiada e monitorada, onde seus antigos moradores não eram mais bem vindos e não faziam mais parte do cenário. Alguns destes se estabeleceram às margens da área de intervenção e outros poucos permaneceram na área recuperada, dentro de algumas condições, para que sua presença, em seu local de origem, pudesse conferir e certificar a

“originalidade” e a “autenticidade” da história e cultura do sítio (FERNANDES & GOMES, 1993).

Figura 62: Imagens lançadas na mídia com suas cores fortes na fachada dos casarões. (Fonte: EMTURSA, s/d)

A intervenção pautou-se, de forma geral, na recuperação do conjunto histórico e dos monumentos ali existentes, concedendo à iniciativa privada, por meio de aluguel, os antigos casarões para a instalação de atividades econômicas, prioritariamente direcionadas ao turismo, sem que houvesse a modificação estrutural dos imóveis, nos quais as atividades deveriam adequar-se à estrutura pré-existente. O resultado foi a instalação de restaurantes tradicionais, bares, galerias de arte, lojas de *souvenirs* – estampados com as cores do novo Pelourinho –, agências de viagens, instituições culturais, bancos, joalherias, entre outras atividades.

O projeto de recuperação do Centro Histórico conformou-se, em um primeiro momento, em uma verdadeira grande operação de *marketing* – tanto da cidade quanto político –, com um significativo e volumoso investimento econômico em seu conjunto, estimado em cerca de US$ 90 milhões, que tinha como objetivo vender as características particulares do local assinaladas na cultura e memória baianas, especialmente as ligadas à origem africana – tornado um “trunfo” para o deslanche e consolidação das intervenções executadas.

O Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador também contemplava a criação de espaços de praças, conforme foi descrito dentro das diretrizes de intervenção, além da revitalização daquelas historicamente existentes. O projeto de destaque no âmbito destas intervenções é a Praça da Sé (1999), e esta é uma das razões para que seja dedicado no presente trabalho uma abordagem mais específica, no Capítulo III.

Entretanto, no que se refere às intervenções em espaços públicos, as primeiras etapas do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador se caracterizaram pela criação de novos espaços abertos de uso coletivo no interior dos quarteirões, a partir do amembramento dos quintais dos lotes centenários. Estes “largos” – que receberam nomes de personagens da obra literária de Jorge Amado[55] – foram criados para abrigar as manifestações culturais, até hoje financiadas pelo Governo do Estado através do

[55] Tais como Quincas Berro d’Água, Teresa Batista e Pedro Arcanjo.

projeto “Pelourinho Dia e Noite”, como forma de atrair os habitantes de Salvador e seus visitantes.

Mais recentemente, em 1999, foi inaugurado o Quarteirão Cultural (projeto: IPAC) entre as ruas Gregório de Mattos, Frei Vicente, J.J. Seabra e Ladeira do Ferrão. Este quarteirão, abrigando teatro, cinema, livraria, antiquário, cafés, museus e diversos equipamentos e serviços voltados à cultura, se articula ao redor da Praça ACM (Figura 63) – Praça das Artes, Cultura e Memória[56] –, projeto das arquitetas Etelvina Rebouças e Vivian Lene, premiado com menção honrosa na Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, em 1999. Trata-se de uma praça escalonada em terraços, criada sobre um estacionamento subterrâneo, cujo acesso é feito por três fachadas de antigas casas[57] da Baixa dos Sapateiros.

Trata-se, assim como os “largos” supracitados, do amembramento dos antigos quintais configurados em terraços escalonados devido ao significativo desnível, em torno de 13 metros, existente entre a rua J. J. Seabra (Baixa dos Sapateiros) e os fundos dos casarões. Os diferentes platôs são arrematados por escadarias e arcos que remetem ao jardim do Asilo Santa Izabel, localizado frontalmente à praça na Baixa dos Sapateiros. Emoldurados pelos antigos casarões os terraços estão repletos de diversos elementos que compõem o conjunto do cenário da praça: fontes, jardins, arcos, esculturas de vários artistas[58], iluminação, paisagismo natural contando com palmeiras e árvores frondosas, além dos achados arqueológicos[59].

Tem-se, portanto, definido um espaço a priori perdido nos fundos dos lotes, mas que, no entanto, se transformou em mais uma área de entretenimento no Pelourinho contando, para tanto, com alguns elementos: as referências ao entorno – na tentativa forçada e forçosa busca de um vocabulário formal na referência do Asilo Santa Izabel; a inserção de obras de referenciados artistas baianos contemporâneos (Figura 64); com fragmentos da história do local – referenciados na parcela das antigas construções encontradas durante as escavações (Figura 65); além de promover um espaço contemplativo, com o desvendamento da paisagem histórica da cidade alta bem como da Baixa dos

[56] “Curiosamente”, na Bahia ACM é a sigla utilizada para se referir ao senador e ex-governador Antônio Carlos Magalhães, principal figura do cenário político dominante local desde o final da década de 1960.
[57] Conservaram-se as fachadas e o interior das casas foi demolido para adequação ao novo uso: estacionamento.
[58] Obras e artistas: Bel Borba (painel em mosaico identificando a praça), Goca Moreno (*Dança dos Arcos*, escultura-fonte), Denise Milan (*Redenção do Pelourinho*, escultura em forma de fonte de pedra), Eliana Kertész (*Maria da Praça*, fonte e escultura com música e cores) e Osmundo Teixeira (imagem em cerâmica de São Miguel).
[59] Registra-se o achado de uma fonte do século XVII e alguns vestígios do tecido urbano. Ambos “adequadamente” identificados e referenciados no projeto da praça.

Sapateiros, sítio ainda excluído do roteiro turístico. Todo este repertório reforça a temática da praça: arte, cultura e memória.

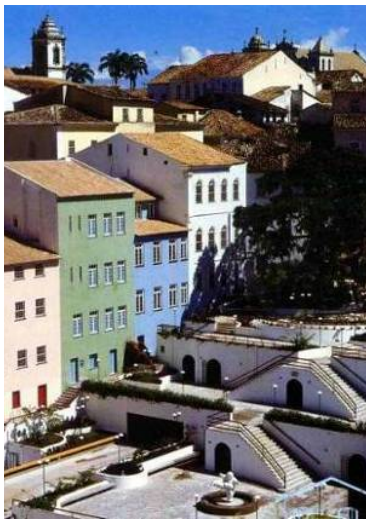


Figura 63: Praça ACM, platôs com escadarias. (Fonte: COSTA & FERNANDES, 1999)

Figura 64: Escultura "Maria da Praça". (Fonte: COSTA & FERNANDES, 1999)

Figura 65: Fonte do século XVII. (Fonte: COSTA & FERNANDES, 1999)

Percebe-se, no entanto, que os ícones relacionados aos valores históricos, de cultura e memória presentes neste trecho do tecido urbano, expostos como *souvenirs* do exótico do local, tiveram sua autenticidade comprometida ao se adaptar às demandas de venda de imagem e à clientela turística. As baianas de acarajé, as fitinhas do Bonfim, a roda de capoeira, dentre outras manifestações de significado cultural e a própria história foram sintetizados e expostos sob os moldes e gostos de um mercado, colaborando para a sua divulgação tanto em um circuito nacional como internacional.

O caráter empreendedor dos gestores urbanos investiu na lógica de que a história se apresenta como um interessante produto, de relevante vendagem, e de grande aceitação por parte do mercado, visto experiências anteriores em outras cidades. Desta forma, o Pelourinho se consolidou como esse território de onde poderiam ser extraídos importantes produtos culturais para o consumo, seja por parte da população local seja, especialmente, por parte dos consumidores externos.

Após a conclusão de cinco etapas do projeto[60], catorze anos depois[61], podem ser percebidas algumas modificações na forma de gestão e execução das obras, o que acarretou em uma modificação de postura perante a experiência das etapas anteriores. A 7º etapa, em execução desde 1999, foi integralizada no Programa Monumenta, conforme citado anteriormente, o que possibilitou uma série de mudanças. Com a gerência por

[60] Encontram-se em fase de conclusão a 6ª e 7ª etapa do Programa de Recuperação do Pelourinho.
[61] Até o momento se contabiliza que cerca de 72% dos imóveis previsto para o programa foram recuperados, 2909 famílias foram relocadas tendo 1350 unidades sido produzidas. (FERNANDES, 2006)

parte do Monumenta, passou a ser exigidos estudos prévios da área a sofrer a intervenção, necessitando de aprovações sob um sistema rigoroso que normatiza os procedimentos. O que antes era decidido através do IPAC, órgão do Governo Estadual responsável pelas demais etapas implantadas, que concentrava em uma única instituição as decisões de intervenção, passou a ser estudado por uma UEP – Unidade Executora de Projeto, compondo um escritório técnico que responde exclusivamente às questões relacionadas ao Pelourinho. E, dentre outros aspectos, destaca-se a nova postura social apresentada por esta última etapa, visto que esta questão tornou-se imprescindível, perante o Ministério da Cultura e Ministério das Cidades, para a continuidade do projeto.

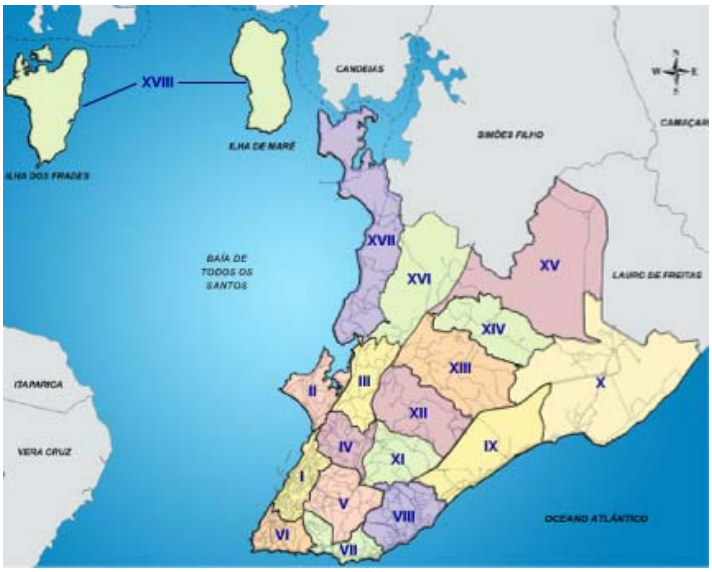
O Pelourinho simbolizou a “entrada oficial” de Salvador, mais intensamente a partir da década de 1990, como um dos principais destinos de turistas estrangeiros no país, em busca do exotismo da cultura afro-baiana. Com seu casario de fachadas artisticamente coloridas, o som dos tambores pelas ruas e becos, o cheiro do dendê fritando os bolinhos de acarajé, o toque do berimbau, entre outras manifestações, o Pelourinho já não era “mais aquele”, com edificações em ruínas, escondendo e abrigando a marginalidade, afastando a sociedade “branca” de um espaço de importante significado histórico para a cidade. O Pelô, como é carinhosamente chamada a região do Centro Histórico da cidade, passava a ser o grande cartão-postal de Salvador.

> Pelourinho não é mais aquele, Olha a cara dele (...)
>
> Aqui tudo mudou, São quinze anos que brilhou (...)
>
> Negros conscientizados, cantam e tocam no Pelô
>
> Pelourinho primeiro mundo, Cartão postal de Salvador
>
> (JACKSON, Mestre; TROPICÁLIA, Ittamar. Cartão Postal. In **Olodum – Filhos do Sol**. Warner, 1995)

CAPÍTULO III

EM BUSCA DA IDENTIDADE: AS PRAÇAS PÚBLICAS DENTRO DO PROJETO DO POLÍGONO DA IDENTIDADE CULTURAL

As últimas administrações municipais da cidade de Salvador têm se interessado de forma particular pela recuperação dos espaços públicos, especialmente suas praças e seus largos. A cidade conta hoje, conforme registros da GERPRO/SEPLAM – Gerência de Projetos Especiais –, com um total de 298 praças e largos (Tabela 02) distribuídos por suas 18 regiões administrativas – R.A. (Mapa 01). Muitos desses espaços passaram por reformas para melhoria de sua infra-estrutura para que pudesse ser reintegrado ao uso da cidade, recebendo nova pavimentação, equipamentos e iluminação.



Mapa 01: Mapa das Regiões Administrativas de Salvador (R.A.). (Fonte: Site SEPLAM/PMS).

R.A.	REGIÕES	Nº LOCALIDADES	Nº PRAÇAS	Nº LARGOS
I	Centro	17	42	25
II	Itapagipe	14	35	14
III	São Caetano	08	12	04
IV	Liberdade	08	09	04
V	Brotas	09	03	03
VI	Barra	11	09	09
VII	Rio Vermelho	09	24	05
VIII	Pituba/Costa Azul	05	30	-
IX	Boca do Rio/Patamares	05	05	-
X	Itapuã	11	26	03
XI	Cabula	04	03	02
XII	Tancredo Neves	05	09	-
XIII	Pau da Lima	04	06	01
XIV	Cajazeiras	01	01	01
XV	Ipitanga	02	01	-
XVI	Valéria	02	02	-
XVII	Subúrbios Ferroviários	05	05	01
XVIII	Ilhas	02	04	-
TOTAL			226	72

Tabela 02: Levantamento de praças e largos por R.A.
Fonte: GERPRO/SEPLAM – Gerência de Projetos Especiais, levantamento datado de Abril/2005.

Esta grande empreitada focada no espaço público denota a visão contemporânea em que estes elementos urbanísticos retomam sua função de palco de atividades de recreação, lazer e comércio. Isto pode ser percebido na cidade através da apropriação, em muitos casos, por parte da população de locais que haviam caído em desuso e estavam relegados a se constituírem em grandes vazios. Para tanto, a administração municipal se empenhou em equipar as praças e largos de forma que pudessem atrair as pessoas ao seu uso, mesmo que este seja apenas de passagem. Uma das decisões tomadas em prol de assegurar o "retorno" destes logradouros na convivência urbana foi o Programa Nossa Praça, em maio de 2005, em que se objetivou promover a participação da sociedade, através das empresas privadas ou de grupos sociais organizados, na construção e manutenção das praças. Em contrapartida, o adotante dos espaços públicos estaria autorizado a instalar uma peça publicitária, no local de sua responsabilidade, de acordo com as normas estabelecidas, também arcando com a conservação da mesma.

Inúmeros programas e projetos, portanto, e conforme foi visto no capítulo anterior, têm marcado decisivamente a paisagem da cidade, e não só sob o aspecto urbano mas atingindo as esferas sociais e econômicas, o que tem acarretado em um direcionamento e uma condução de forma especial de algumas intervenções na cidade. Estes projetos especiais baseiam-se particularmente nas obras de intervenção urbana cujo objetivo está na leitura de resgate dos significados desses espaços. Dentro desta perspectiva, um grande volume de obras foi intensificado notadamente a partir de 1997 – quando Antonio Imbassahy assumiu a prefeitura (perdurando por suas duas administrações municipal, 1997-2000 e 2001-2004) –, transformando a cidade em um verdadeiro canteiro, em que algumas praças foram sendo "atualizadas" com um variado repertório de elementos e formas.

O *boom* de projetos de intervenção nas áreas das praças contempla a inserção e a integração de sub-espaços de acordo com a "vocação" do logradouro: quadras esportivas, mesas de jogos, parque infantil, monumentos, fontes, esculturas, anfiteatros, pórticos, grades, pérgulas, etc. Em alguns exemplos, a inserção de vários destes elementos se distribuem de maneira que não se percebe uma lógica compositiva na sua integração, transformando o espaço em um verdadeiro mostruário de cores, formas e sons[62]. Juntamente com a inserção destes mobiliários e objetos percebe-se ainda a implantação de outros artifícios como forma de valorização dos espaços, tais como: a iluminação cênica, que em grande parte dos casos tem a intenção de destacar alguns

[62] A exemplo das fontes cibernéticas.

elementos de maior significância do local, sejam estes monumentos, esculturas, fontes; o tratamento de piso com desenhos renovados bem como o material de revestimento, geralmente granito; e a arborização que, em alguns casos, foi renovada não contando, muitas vezes, com espécies mais frondosas, criando alguns espaços áridos.

Com este panorama observado em um conjunto de recentes intervenções na cidade, foi, portanto, escolhido o Projeto do Polígono da Identidade Cultural como estudo na tentativa de refletir acerca das diferentes ações de intervenção em Salvador. Aliados ao discurso de construção e venda de imagem da cidade para um mercado consumidor externo, como também de resgatar a memória no imaginário popular, os projetos de reforma buscam ainda despertar no soteropolitano um sentimento e um reconhecimento da sua cultura e da sua identidade.

3.1 – UMA LEITURA DAS PRAÇAS DO PROJETO DO POLÍGONO DA IDENTIDADE CULTURAL

> Considerados locais privilegiados, essas artérias [eixos de intervenção do Polígono] têm qualidades capazes de sinalizar as identidades dos bairros e, consequentemente, a dos cidadãos (...) assumem [as artérias] a categorias de linhas históricas e estruturais da cidade, ou seja, a **traça da identidade**. (REIS *in* SEPLAM/PMS, 2004)

O conjunto correspondente ao Projeto do Polígono da Identidade Cultural, estende-se do Campo Grande à Península de Itapagipe (Mapa 02). No sub-item “Projetos Especiais”, do capítulo anterior, foram explanados os principais objetivos e diretrizes do projeto, idealizado pelo arquiteto Assis Reis, enquanto nesse momento o estudo estará concentrado especificamente nas praças e largos públicos presentes nessa delimitação do território da cidade.

Neste contexto, serão identificadas estas praças e largos buscando expor as principais linhas projetuais que nortearam as diversas intervenções. Para tanto, como forma de sistematização das informações, foi confeccionado um quadro geral (Tabela 03) que será utilizado de base para a análise que se segue. Neste quadro estão assinalados alguns dos principais elementos de composição em destaque na reformulação de praças de uma forma geral. Observa-se, a princípio, que alguns destes elementos se mostraram comuns a diferentes logradouros, tendo alguns casos que os mesmos se apresentaram de forma bastante peculiar e particular, onde neste último será tratado mais particularmente, identificando-os.

Para a construção deste quadro foram verificados aspectos presentes nas intervenções contemporâneas que possam desenhar as semelhanças e as diferenças dentro das requalificações dos espaços públicos no Projeto do Polígono. Desta forma, o quadro compõe-se de sete grupos de alvos das intervenções: vegetação, equipamentos, contexto, topografia, pavimentação, iluminação e elementos de referência simbólica.

Estes, por sua vez, foram subdivididos em caracterizações mais específicas: a vegetação objetiva-se caracterizá-la quanto à sua existência e ao seu porte; os equipamentos observam-se o mobiliário urbano básico como postes e bancos, bem como os que são "adicionais" como construções em altura (pérgulas e pórticos), elementos ligados à água (fontes e espelhos d´água), recreação (parque infantil e atividades esportivas), palcos, estacionamentos e gradil de proteção; o contexto no qual estão inseridas as praças, se em perímetro tombado em conjunto histórico ou de ocupação recente; a topografia que caracteriza o piso apresentando-se plana ou acidentada, em platôs ou escalonada; a pavimentação de forma a marcar um desenho homogêneo ou heterogêneo, tendo marcações de criação de percurso ou de reforço a elementos de destaque; a iluminação observa-se se esta se distribui projetada como postes, embutidas no piso e com enfoque a elementos específicos do lugar; e, por fim, se há elementos de referência simbólica tendo sido restaurados ou inseridos no local, como achados arqueológicos, mobiliário de composição especial (em postes e bancos), fontes e espelhos d´água, construções em altura.

Para iniciar e resultar em uma melhor visualização de conclusões a respeito de alguns dos principais exemplares de intervenções nas praças da cidade, foi feita uma divisão, não pretendendo classificar ou categorizar mas sim facilitar o entendimento, baseando-se nas demarcações estabelecidas pela própria SEPLAM – Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Cidade de Salvador – para o Projeto do Polígono da Identidade Cultural, visto que objetiva-se construir uma reflexão acerca das políticas e diretrizes projetuais adotadas nas reformulações das praças partindo do pressuposto dos discursos de promoção da cidade, para os diferentes locais.

Segundo a subdivisão estabelecida pela SEPLAM, a área demarcada pelo projeto no tecido urbano é dividida em três eixos principais, de acordo com sua posição geográfica e histórica, a saber: a Cidade Alta, compreendendo a cidade fundacional e algumas áreas de expansão urbana como Nazaré, Avenida Sete de Setembro até o Campo Grande, composta pela Praça da Sé (projeto: Assis Reis, 1999), Praça da Piedade (projeto: Daniel Colina, 1998), Largo Dois de Julho (projeto: Sean Bradley, Sergio Sá de Carvalho e equipe, 2005), Praça do Campo Grande (projeto: Arilda Cardoso e Maria Ângela

Cardoso, 2003) e pela Praça Almeida Couto (projeto: Jorge Boreau, 2000), em Nazaré; a Cidade Baixa, compreendendo a região do Comércio e Península de Itapagipe, onde estão localizados a Praça da Inglaterra (projeto: Assis Reis, 1998), a Praça Deodoro (projeto: Daniel Colina, 2000), o Largo da Madragoa (projeto: GERPRO, 2003) e o Largo do Papagaio (projeto: GERPRO, 2003); e, por fim, o Eixo da Independência definido por áreas periféricas ao Centro, caracterizadas pelo enfoque a trajetória da Independência da Bahia em 1823, atingindo os projetos de bairros como o Largo da Soledade (projeto: Assis Reis, 2000), o Largo da Lapinha (projeto: Assis Reis, 1998) e o Largo de Pirajá (projeto: Assis Reis, 1998).

Desta forma, esses espaços da cidade, de alguma forma, ou pelo menos dentro da perspectiva do projeto, são pólos de sua história e, conseqüentemente, detentores de importantes representações simbólicas que a revelam. No caso da Cidade Alta[63], o projeto destaca a importância definida pelo "sítio da primeira mancha urbana da cidade de Salvador" (SEPLAM/PMS, 2004). Já na Cidade Baixa vê-se seu valor dentro de uma "extensão urbana que vai do sopé da Avenida de Contorno até a extremidade da Península de Itapagipe" (SEPLAM/PMS, 2004) marcada pelos sucessivos aterros históricos na região do Comércio, que se prolonga até as belezas, naturais ou de obra humana, apreciadas a partir da península itapagipana. E, por fim, o Eixo da Independência que tem no seu valor referencial na identificação dos episódios da luta pela independência da Bahia, em 2 de julho de 1823, onde "homenagens aos heróis da Independência podem ser tributadas com o respeito que o sítio merece" (SEPLAM/PMS, 2004).

Ao interpretar os dados colhidos através do quadro de caracterizações das praças e largos observam-se alguns comportamentos dos espaços que se diferenciam até mesmo de acordo com o "eixo" no qual estão inseridos. Não deixando de perceber que, em alguns critérios, recebem as mesmas caracterizações no conjunto do Projeto.

O tratamento dispensado à vegetação tem caracterizações não tão diversificadas de acordo com o enfoque e localização das praças. De uma forma geral, percebe-se uma preocupação salutar no que diz respeito à cobertura vegetal dos espaços, visto que se torna bastante relevante como propiciador de local de convivência, porém não sendo um fator fundamental para tanto. Sejam nas áreas mais centrais, sejam nas áreas mais periféricas, a presença de árvores mais frondosas, que resultam em sombras mais generosas além de um conforto térmico mais agradável, se nota nos diferentes espaços.

[63] Este conta ainda com a implantação do Projeto de Recuperação do Pelourinho, exposto anteriormente, que fez aflorar não apenas os marcos da história da cidade mas também a cultura negra que se estabeleceu no decorrer do tempo nesse espaço.

As praças do Campo Grande (Figura 66) e da Piedade, por exemplo, se destacam por sua tradicional feição de espaço verde, tendo seus projetos de intervenção priorizado a conservação desta massa, não desfigurando seu caráter original. Porém, em alguns casos, como o Largo Dois de Julho, a Praça da Sé e o Largo de Pirajá – este último praticamente inexiste exemplares verdes – se apresentam mais como um espaço de transição do que como um local de prolongada permanência, notando-se que a proporção do piso pavimentado em relação à área verde não torna o espaço atrativo nesta perspectiva.

O Largo Dois de Julho (Figura 67), por exemplo, nota-se a presença de bancos que não se encontram protegidos por sombras de árvores, sendo atingidos apenas e em alguns casos pelo sombreamento das altas edificações do entorno – o que não acontece nem toda sua extensão e nem em toda a duração do dia. No caso do Largo de Pirajá (Figura 68), o espaço se demonstra extremamente seco, com apenas uma única árvore de médio porte, configurando-se em um logradouro que tem um caráter de referência histórica, como uma peça de museu, ao invés de um espaço para a utilização pública.

Figura 66: Campo Grande com uma vegetação mais frondosa permitindo a permanência mais longa na praça. (Fonte: foto realizada pela autora, 2006)

Figura 67: Largo Dois de Julho: poucas vegetação e sombra ocasionada pelos edifícios do entorno. (Fonte: foto realizada pela autora, 2006)

Figura 68: Largo de Pirajá: espaço de referência sem cobertura vegetal. (Fonte: SEPLAM/PMS, 2004)

Figura 69: Largo da Madragoa: descanso sob a as árvores. (Fonte: foto realizada pela autora, 2006)

Porém, já se percebe uma diferença, de acordo com a localização do logradouro, no que diz respeito aos atrativos inseridos nas praças através dos equipamentos implantados. À exceção dos bancos e postes, praticamente obrigatórios em qualquer espaço de praça, salvo alguns casos, se percebe uma diferenciação maior na inserção dos equipamentos de função ornamental e os de uso público. Levando-se em consideração que elementos como pérgulas, pórticos, fontes (Figuras 70 e 71), espelhos d´água e gradil têm funções, a grosso modo, mais ligados à estética do espaço, enquanto que os palcos (Figura 72), parques, locais de práticas esportivas, mesas com bancos para jogos (Figura 73) e estacionamentos têm um valor mais utilitário, encontra-se aí um dos importantes contrastes entre as praças localizadas mais próximas ao centro, e, portanto, de maior visibilidade para a cidade, e as localizadas nas áreas mais periféricas.

À exceção da Praça do Campo Grande que congrega equipamentos de lazer e de contemplação, a instalação de elementos para recreação aparece apenas no Largo da Madragoa, no Largo do Papagaio, no Largo da Lapinha e no Largo da Soledade, afastando-se do centro referencial da cidade. Este fato pode levar a conclusões como o fato da visibilidade e função da praça, onde pode se ver explicitado o que viria a ser a praça de contemplação, com o máximo de agregados estéticos – fontes, pérgulas, grades, espelhos d´água, etc –, trazendo-lhe um maior destaque quanto aos elementos e materiais que as compõe; e a praça de “utilização pública”, no sentido mais social, em que não é dispensando elementos ornamentais, porém sua configuração se concentra na simplicidade do espaço.

Outro fator de reflexão é o que se refere ao fato de se ter investimentos de forma mais expressiva em locais de maior destaque na cidade. Este representa um importante peso dentro das escolhas projetuais, orientadas também pelas motivações políticas e econômicas. Apesar dos equipamentos recreativos terem um custo de manutenção, este não se aproxima ao custo de execução, por exemplo, de uma fonte com efeitos luminosos, que dá à praça um maior realce e valor estético, sob o ponto de vista dos seus usuários. Não apenas no que diz respeito a questões dos equipamentos, pode se perceber que em alguns outros critérios, não todos, o fator localização e acesso, especialmente do público externo, será de grande relevância nesta distinção que se mostra nítida.

Porém, não se pode ignorar o fato da localização do sítio de acordo com o uso do seu entorno. A Praça Campo Grande consegue absorver em seu espaço equipamentos variados, devido ao fato que há nos seus arredores usuários em potencial destes elementos, assim como acontece nos bairros mais afastados. No caso de locais como a

Praça da Inglaterra ou Deodoro, cujo entorno é principalmente comercial, alguns dos equipamentos de recreação não foram instalados devido à falta de uma demanda específica. Porém, nada impediria a instalação de outros que fossem ligados, por exemplo, a manifestações culturais.

Figura 70: Praça da Sé: fonte cibernética com efeitos de luz, movimentos e som. (Fonte: foto realizada pela autora, 2005)

Figura 71: Praça do Campo Grande: fonte que dá força estética ao local. (Fonte: foto realizada pela autora, 2006)

Figura 72: Largo do Papagaio: anfiteatro para utilização da população. (Fonte: foto realizada pela autora, 2006)

Figura 73: Largo da Lapinha: mesas e bancos para o lazer. (Fonte: foto realizada pela autora, 2006)

As características ligadas à topografia e à pavimentação das praças se demonstram, conforme o quadro, de uma forma mais homogênea nos diferentes eixos, tendo apenas em alguns casos destaques específicos. Em sua maioria, os pisos foram tratados tendo apenas um platô principal. No caso da Praça da Sé[64], do Largo Dois de Julho, do Largo do Papagaio e do Largo da Lapinha observa-se um trabalho na topografia buscando desníveis no piso para ressaltar alguns ambientes. Nesses espaços citados, pode se observar que em dois destes o piso é enterrado em relação ao nível geral do logradouro – Praça da Sé e Largo da Lapinha –, enquanto que nos demais – Largo do Papagaio e

[64] Esta será estudada mais profundamente no sub-item “Estudos de Casos”, no presente capítulo.

Largo Dois de Julho – as porções em desnível se elevam em relação ao platô principal. A opção projetual em executar pisos em diferentes níveis muitas vezes acarreta em uma forma questionável ao se tentar criar um movimento em altura ou dar destaque a um elemento específico.

Tomando o exemplo do Largo da Lapinha (Figura 74), chama bastante atenção o fato de grande área do piso está implantada em um nível abaixo da rua que compõe todo o seu entorno, estando o espaço "enterrado". O projeto é constituído de diferentes equipamentos que se agregam no espaço, que não tem grande dimensão, sendo estes ambientes instalados em um mesmo nível, diferenciados com o tratamento da pavimentação. O nível de piso para utilização destes elementos pela população – locais de mesas com bancos, o parque infantil e o anfiteatro (Figura 75) – é acessado por rampas ou degraus. O terreno dos arredores do largo não possui diferença de cotas que possam justificar esta opção de projeto, como é o caso da Praça da Sé. Ao submergir o piso da praça acaba por provocar um desconforto aos seus usuários.

Figura 74: Largo da Lapinha: os diferentes ambientes em nível abaixo da rua. (Fonte: foto realizada pela autora, 2005)

Figura 75: Largo da Lapinha: anfiteatro. (Fonte: foto realizada pela autora, 2006)

Já no caso das intervenções que optaram pela elevação de parcelas de piso não trabalharam com grande parte da área total da praça, mas sim de uma parcela menor dando destaque a um certo elemento. No caso do Largo do Papagaio, foi inserida uma plataforma elevada (Figura 76), na face que se abre para a avenida principal, buscando realçar a presença do busto de Ernesto Simões Filho, monumento já existente no local. Este fato nada interfere no trafegar pela praça, visto que se trata apenas de uma elevação que busca dar evidência ao monumento e não cria percursos ou ligações deste com os demais espaços.

No Largo Dois de Julho, foram feitas opções na tentativa para se vencer o desnível existente no local que, além criar opções de ligações entre as diferentes cotas, buscou

dar destaque a elementos ornamentais, no caso as pérgulas distribuídas por grande parte da intervenção (Figura 77), que tenta criar uma ligação entre as fachadas do perímetro, tendo o destaque do espaço central a pérgula circular.

Figura 76: Largo do Papagaio: desnível para ressaltar o busto, sem ligações com os demais espaços da praça. (Fonte: foto realizada pela autora, 2006)

Figura 77: Largo Dois de Julho: desnível existente a ser vencido e destaque da pérgula circular. (Fonte: foto realizada pela autora, 2006)

Quanto ao tratamento da pavimentação dos pisos das praças, eles se apresentam uniformemente, exceto a Praça da Sé, cujo piso faz referência a elementos de destaque no conjunto, conforme será estudado mais adiante. Os logradouros são projetados com desenhos únicos em todo o piso, havendo, em alguns casos, uma diagramação que serve de sinalização de mudança de espaços dentro da praça, não como uma marcação de percursos ou de elemento de destaque, como, por exemplo, o Largo da Lapinha, o Largo da Madragoa (Figura 78), o Largo da Soledade (Figura 79) e a Praça do Campo Grande. Estes apresentam um revestimento diferenciado de acordo com a função de cada espaço, como parque infantil, espaço de prática esportiva, anfiteatros e palcos.

Figura 78: Largo da Madragoa: revestimentos para espaços distintos. (Fonte: foto realizada pela autora, 2006)

Figura 79: Largo da Soledade: pavimentação definindo espaços. (Fonte: foto realizada pela autora, 2006)

Observa-se nitidamente, portanto, que há uma diferenciação quanto ao revestimento utilizado na pavimentação, de acordo com o destaque que a praça tem no contexto da cidade. Foram especificados materiais mais ostensivos, principalmente com o uso do granito, polido ou não, nos espaços mais centrais. Portanto, se tem um *showroom* de materiais na Praça da Sé, na Praça do Campo Grande e na Praça da Piedade, enquanto os largos da península (Papagaio e Madragoa) ou da Estrada da Liberdade (Lapinha e Soledade) são pavimentados com concreto, pedra portuguesa ou blocos pré-moldados.

Este fato não se evidencia não apenas na pavimentação do piso, mas também no revestimento de alguns equipamentos e elementos decorativos. Enquanto, por exemplo, nos pórticos do Largo da Madragoa (Figura 80) é percebida a aplicação pastilhas cerâmicas, os pilares da Praça da Inglaterra (Figura 81) são revestidos, até meia-altura, em aço, assim como na Praça da Sé, no Memorial das Baianas. O que novamente denota o foco de maior investimento em espaços de maior visibilidade.

Figura 80: Largo da Madragoa: revestimentos em pastilha cerâmica. (Fonte: foto realizada pela autora, 2006)

Figura 81: Praça da Inglaterra: revestimento em aço até meia-altura. (Fonte: foto realizada pela autora, 2006)

E, por fim, os critérios ligados ao realce de elementos de identificação e referência simbólica e histórica que estão presentes nos espaços para lhes dar sua importância dentro projeto do Polígono. A começar pela distinção dos três eixos de intervenção, o projeto descreve um discurso completamente explícito e baseado em espaços de significação simbólica para cidade. Nesta perspectiva, mesmo os que não tem o mesmo "peso" referencial na imagem que se tenta criar pelo projeto, há um contexto em que justifica a sua inserção dentro da poligonal. Observando por eixos a inserção e identificação de elementos referenciais percebe-se que, novamente, os logradouros localizados no eixo mais tradicional da cidade, a saber o da Cidade Alta, tem um volume maior de informações e referências que lhes dedicam uma especial atenção.

Nos espaços do eixo da Independência, estão destacados os principais referenciais dps personagens e símbolos ligados ao fato ocorrido em 1823. No Largo de Pirajá, tem-se a forte presença do Panteão em homenagem aos heróis da Independência e da Igreja de São Bartolomeu do Pirajá (Figura 82), que por eles mesmos já traduziam a importância do sítio, conforme o autor do projeto que assim descreve as linhas que o nortearam conceitualmente:

> O projeto foi fundamentado nos conceitos de “Memória e Identidade Cultural” e nos princípios de revitalização de “Monumentos Históricos” e “Sítios Notáveis” da cidade de Salvador. (REIS, Assis *in* SEPLAM/PMS, 2004)

Desta forma, em Pirajá os próprios elementos referenciais guiaram as linhas do desenho do largo, balizando eixos de implantação do cruzeiro e do obelisco (Figura 83). Observando também que os monumentos foram realçados com uma iluminação direcionada e exclusiva, dando-lhes ainda maior importância no logradouro.

Figura 82: Igreja de São Bartolomeu de Pirajá e o Panteão construído em homenagem aos heróis da luta, ainda na década de 1930. (Fonte: SEPLAM/PMS, 2004)

Figura 83: Largo de Pirajá, em 2003, com uma nova configuração e destaque aos elementos simbólicos. (Fonte: SEPLAM/PMS, 2004)

Já nos largos da Lapinha e da Soledade, localizados na Estrada da Liberdade, homenageiam dois personagens específicos do 2 de Julho: o General Labatut (Figura 84), na Lapinha, e Maria Quitéria (Figura 85), na Soledade. Ambos são referenciados com a implantação de estátuas de suas figuras em local de destaque nos largos, verificando-se que ambos encontram-se gradeados.

Figura 84: Lapinha: busto do General Labatut, gradeado. Ao fundo a Igreja da Lapinha. (Fonte: foto realizada pela autora, 2006)

Figura 85: Soledade: estátua de Maria Quitéria, gradeada e em figuração de luta. (Fonte: foto realizada pela autora, 2006)

No eixo da Cidade Baixa, nota-se que os referenciais não estão apenas em figuras específicas da história, assim como no eixo da Independência, mas, em alguns casos, no próprio significado do local. Nas praças do Comércio, tem-se nitidamente este fato diferenciado: enquanto na Praça da Inglaterra foi implantada uma estátua em homenagem ao antigo administrador da cidade José Joaquim Seabra (Figura 86), na Praça Deodoro, optou-se por uma escultura artística “Integração das Américas” (Figura 87), com duas mãos entrelaçadas tendo na palma destas os mapas das Américas.

Nos largos da península de Itapagipe, surge a primeira exceção de todo o grupo dos logradouros: no Largo do Papagaio está instalada, conforme foi mencionado anteriormente, o busto de Ernesto Simões Filho (Figura 88), em uma plataforma mais elevada; já no Largo da Madragoa (Figura 89) não se verifica nenhuma referência histórica ou simbólica, inexistindo estátuas, bustos, escultura, ou quaisquer outros objetos artísticos. Este fato leva a refletir que este último, apesar de todo o embasamento do projeto voltado a referenciais simbólicos, tratou de efetivar este conceito voltando-se a um espaço de resgate do uso dos moradores locais, verificado na estrutura diversificada para atividades que ali podem ser praticadas, em seus diferentes equipamentos (ginástica, parque infantil, mesa de jogos, patinação, além do palco de apresentações culturais).

Figura 86: Praça da Inglaterra. (Fonte: foto realizada pela autora, 2006)

Figura 87: Praça Deodoro. (Fonte: foto realizada pela autora, 2006)

Figura 88: Largo do Papagaio. (Fonte: foto realizada pela autora, 2006)

Figura 89: Largo da Madragoa. (Fonte: foto realizada pela autora, 2006)

Porém, é no eixo da Cidade Alta que localizam-se os exemplares mais importantes, tanto dentro da história da fundação da própria cidade, quanto ao destaque que estes espaços têm no imaginário coletivo. Nestes foram aplicados, ou conservados, elementos que contam suas respectivas histórias e as demarcam como importantes dentro do imaginário popular. Para tanto, observa-se a presença do grande monumento ao 2 de Julho, na Praça do Campo Grande (Figura 90); os nomes dos heróis da Conjuração dados aos portões de entrada da Praça da Piedade; a Praça da Sé (Figura 91) que por si só já se conforma como um monumento histórico, sendo complementado pela estátua do Dom Sardinha e o monumento da Cruz Caída; e, por fim, a Praça Almeida Couto, com a instalação da estátua de Dom Pedro II (Figura 92):

Figura 90: Monumento ao Dois de Julho, Praça do Campo Grande. (Fonte: foto realizada pela autora, 2006)

Figura 91: Busto do Frei Sardinha, Praça da Sé. (Fonte: foto realizada pela autora, 2006)

Figura 92: Estátua de D.Pedro II, Praça Almeida Couto. (Fonte: foto realizada pela autora, 2006)